



DIÁRIO

República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 35

SÁBADO, 6 DE MARÇO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

RESOLUÇÃO
Nº 8, DE 1993

Autoriza o Governo do Estado do Pará a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 49.390.000.000,00 (quarenta e nove bilhões e trezentos e noventa milhões de cruzeiros), equivalentes a 1.599.000 UPF em agosto de 1992, junto à Caixa Econômica Federal.

Retificação

Na publicação feita no DCN (Seção II), de 29-1-93, pág. 839, na Resolução nº 8, de 1993, do Senado Federal, no art. 1º

Onde se lê:

“...no âmbito do Programa Prosaneat/BIRD-CEP.”

Leia-se:

“...no âmbito do Programa Prosaneat/BIRD-CEF.”

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº 16, DE 1993

Autoriza o Governo do Estado de Goiás a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Goiás (LFT-GO), destinando-se os recursos advindos de tal emissão, ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1993.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Goiás autorizado, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Goiás (LFT-GO), para giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1993.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Senador Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

a) **quantidade:** a ser definida na data de vencimento dos títulos a serem substituídos, correspondente a oitenta e oito por cento do valor de resgate das LFT-GO e a cem por cento do principal das Obrigações do Tesouro do Estado de Goiás (OTGO);

b) **modalidade:** nominativa-transferível;

c) **rendimentos:** igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional (mesma taxa referencial);

d) **prazo:** até 1.461 dias;

e) **valor nominal:** Cr\$ 1,00;

f) **características dos títulos a serem substituídos:**

LFT-GO

Vencimento	Título	Quantidade
15-3-93	651095	1.500.000.000
15-3-93	651096	144.000.000
	TOTAL	1.644.000.000

OTGO

Vencimento	Título	Quantidade
15-1-93	936009	314.923

g) **previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:**

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
Março/93	15-1-97	651461	15-1-93
15-3-93	15-3-97	651461	15-3-93

b) **forma de colocação:** através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central;

i) **autorização legislativa:** Leis nºs 10.908 e 11.069 de 14 de julho de 1989 e 15 de dezembro de 1989, respectivamente.

Art. 3º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de março de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente

SUMÁRIO

1 — ATA DA 19ª SESSÃO, EM 5 DE MARÇO DE 1993**1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República**

— Nº 121/93 (nº 103/93, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República, em aditamento à Mensagem nº 444, de 1992 (nº 907/92, na origem), comunica a designação do General-de-Divisão Lélvio Gonçalves Rodrigues da Silva para assumir o Comando Militar da Operação de Paz em Moçambique (ONUMOZ), atendendo solicitação do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Nºs 123 a 125/93 (nºs 105 a 107/93, na origem), de agradecimento de comunicações.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 122/93 (nº 104/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para contratar operação de arrendamento mercantil, sem aval da União, pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A — EMBRAER, junto à IBM do Brasil Leasing Ltda, para os fins que especifica.

Recebimento da Mensagem nº 126/93 (nº 108/93, na origem), solicitando seja tornada sem efeito a Mensagem nº 95/93 (nº 35/93, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.

— Aprovação, pela Comissão Diretora, dos Requerimentos nºs 160 e 192/93, dos Senadores Eduardo Súplich e Beni Veras, respectivamente de informações, ao Ministro da Fazenda.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO — Defesa do bicameralismo e do sistema presidencialista de governo.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Razões para reapresentação de projeto de lei de sua autoria, instituindo o ensino universitário pago com ressalva para estudantes carentes. Transcrição de editorial intitulado **Universidade excludente**, sobre o perfil dos estudantes da Universidade de Brasília.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Realização, em Fortaleza, do 24º Congresso Brasileiro de Medicina Tropical.

1.2.4 — Comunicação

— Da Banca do Partido Progressista, referente a sua formação no Senado Federal e a indicação do Senador Irapuan Costa Júnior para Líder do Partido.

1.3 — ORDEM DO DIA

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1991 (nº 3.490/93, naquela Casa), que estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol profissional, parcelamento dos débitos e dá outras providências.

Retirado da pauta, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno, após parecer de plenário favorável.

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1993 (nº 3.520/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Projeto de Resolução nº 29, de 1992, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar. **Discussão encerrada**, após pareceres de plenário, tendo usado da palavra os Senadores José Paulo Bisol, Elcio Álvares e Jutahy Magalhães, sendo deferido ao Relator, Senador Nabor Júnior prazo de 24 horas para proferir parecer sobre a emenda apresentada nesta oportunidade.

Projeto de Resolução nº 30, de 1992, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar. **Discussão encerrada**, após pareceres de plenário, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993 (nº 48/91, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional). **Em fase de discussão em 2º turno (2ª sessão)**.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Razões do seu desligamento do PDT e filiação ao Partido Progressista.

SENADOR IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Refutando críticas de embaixador aposentado à política externa liderada pelo Chanceler Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR NABOR JÚNIOR — Conclusões de relatório elaborado por Comissão de Deputados Estaduais do Acre, que examinou a situação de seringueiros brasileiros que atuam na Bolívia.

SENADOR ALUIZIO BEZERRA — O problema do alto preço dos medicamentos em nosso País.

1.3.2 — Comunicações da Presidência

Fixação de nova proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes.

Retirada, da Ordem do Dia de segunda-feira, dia 8, do Projeto de Resolução nº 62, de 1991, anteriormente agendado para aquela data, por ter sido constatada falha de instrução na matéria.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO**

2 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 44, DE 1993

3 — ATO DO PRESIDENTE Nº 159, DE 1993

4 — PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 1, DE 1993

5 — ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 4, DE 1993

6 — ATA DE COMISSÃO

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 19ª Sessão, em 5 de março de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues, Nabor Júnior e José Paulo Bisol

ÀS 9 HORAS, ACHIAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Chagas Rodrigues – Epitácio Cafeteira – Francisco Rollemberg – Magno Bacelar – Mauro Benvides – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de sete Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 121, DE 1993 (Nº 103/93, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Em aditamento à Mensagem nº 907, de 15 de dezembro último, informo a Vossa Excelência de que o Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, solicitou ao Governo brasileiro designar um oficial-general para assumir o comando militar da operação de paz em Moçambique (ONUMOZ), em adição aos 20 observadores militares desarmados que já foram colocados à disposição da ONU para atuar naquele país. Esta Operação de Paz foi criada pela Resolução 797 do Conselho de Segurança em dezembro passado (cópia anexa) e envolve componente militar, policial e civil.

O convite formulado reflete, a um tempo, a boa imagem do Brasil, como país pacífico e confiável, assim como a alta reputação profissional dos militares brasileiros no exterior. Recorde-se a propósito, que, de 1989 a 1991, o General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes comandou a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM).

Considerando-se tratar-se de um país irmão de língua portuguesa, com quem mantemos profundos laços de amizade e de cooperação, e, em obediência à letra e ao espírito do art. 4, numerais VI e VII, da Constituição Federal, tomei a decisão de indicar o General-de-Divisão Lélcio Gonçalves Rodrigues da Silva, da Terceira Divisão de Exército em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, para assumir o Comando Militar da ONUMOZ. A designação do oficial brasileiro foi aprovada pelo Governo da República de Moçambique, pela "Resistência Nacional Moçambicana" (RENAMO) e pelos membros do Conselho de Segurança, em meados do corrente mês.

O referido oficial partiu para Maputo no dia 12 de fevereiro a fim de assumir suas novas funções, reafirmando o compromisso do Brasil de contribuir, dentro de suas possibilidades materiais e humanas, com iniciativas que buscam promover a paz através da cooperação internacional.

A presente comunicação enquadra-se na minha determinação de manter Vossa Excelência permanentemente informado sobre as principais medidas que venho tomando em matérias de relações internacionais, para que haja ampla coordenação entre os Poderes Executivo e Legislativo nesse campo, em benefício da execução eficiente da política externa brasileira.

Brasília, 3 de março de 1993. — **Itamar Franco.**

RESOLUCIÓN 797 (1992)

Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 3149ª sesión,

celebrada el 15 de diciembre de 1992

El Conjeto de Seguridad,
Recordando su resolución 782 (1992), de 13 de octubre de 1992,

Recordando también la declaración formulada por el Presidente del Consejo de Seguridad el 27 de octubre de 1992 1/,

Habiendo examinado el informe del Secretario General de fecha 3 de diciembre de 1992.

Subrayando la importancia que atribuye al Acuerdo General de Paz para Mozambique 3/ y al cumplimiento de buena fe por las partes de las obligaciones contenidas en él,

Tomando nota de los esfuerzos que han hecho hasta ahora el Gobierno de Mozambique y la Resistencia Nacional Moçambicana para mantener el cese del fuego y expresando preocupación por las demoras en el inicio de algunas de las principales tareas previstas en el Acuerdo General de Paz,

Acociendo con beneplácito el nombramiento por el Secretario General de un Representante Especial Interino para Mozambique, que estará encargado de las actividades de las Naciones Unidas en apoyo del Acuerdo General de Paz, así como el envío a Mozambique de un equipo integrado por veinticinco observadores militares, conforme a lo dispuesto en la resolución 782 (1992), de 13 de octubre de 1992,

1/ S/242719.

2/ S/24892 y Corr. 1 y Add. 1.

3/ S/24635, anexo.

Tomando nota de la intención del Secretario General, em ésta como en otras operaciones de mantenimiento de la paz, de vigilar cuidadosamente los gastos durante este período en que se imponen demandas crecientes sobre los recursos de mantenimiento de la paz,

I. Aprueba el informe del Secretario General de fecha 3 de diciembre de 1992 2/ y las recomendaciones contenidas en él,

2. **Decide** estabelecer una Operación de las Naciones Unidas en Mozambique, de conformidad con lo propuesto por el Secretario General y ateniéndose al acuerdo General de paz para Mozambique, y pide al Secretario General que, al planear y ejecutar el despliegue de la operación de las Naciones Unidas en Mozambique, trate de hacer economías, mediante, entre otras cosas, el despliegue escalonado, y *mie presenta informes periódicos sobre los logros a ese respecto;*

3. **Decide asimismo** que la Operación de las Naciones Unidas en Mozambique se establezca por un período que terminará el 31 de octubre de 1993 con el fin de cumplir los objetivos descritos en el informe del Secretario General;

4. **Exhorta** al Gobierno de Mozambique y a la Resistência Nacional Moçambicana a que cooperen plenamente con el Representante Especial Interino del Secretario General y con la Operación de las Naciones Unidas en Mozambique, y a que respeten escrupulosamente el cese del fuego y todas las obligaciones contraídas en virtud del Acuerdo General de Paz, y destaca que el pleno respeto de esas obligaciones constituye una condición necesaria para que la Operación de las Naciones Unidas en Mozambique pueda cumplir su mandato;

5. **Exige** que todas las partes y otras entidades interesadas en Mozambique adopten todas las medidas necesarias para garantizar la seguridad del personal de las Naciones Unidas y de todo otro personal desplegado con arreglo a ésta y a anteriores resoluciones;

6. **Hace suyo** el enfoque expresado en los párrafos 30 y 51 del informe del Secretario General en lo relativo al calendario del proceso electoral e invita al Secretario General a que celebre consultas minuciosas con todas las partes respecto de la fecha precisa y los preparativos para las elecciones presidenciales y legislativas, así como respecto de un calendario preciso para la aplicación de los demás aspectos principales del Acuerdo, y a que vuelva a informarle sobre el particular cuanto antes, y a más tardar el 31 de marzo de 1993.

7. **Exhorta** al Gobierno de Mozambique y a la Resistência Nacional Moçambicana a que, en estrecha coordinación con el Representante Especial Interino, concluyan cuanto antes los preparativos logísticos y de organización para el proceso de desmovilización;

8. **Alienta** a los Estados Miembros a que respondan favorablemente a las peticiones del Secretario General de que aporten personal y equipo a la Operación de las Naciones Unidas en Mozambique;

9. **Alienta Asimismo** a los Estados Miembros a que hagan contribuciones voluntarias a las actividades de las Naciones Unidas en apoyo del Acuerdo general de Paz para Mozambique y pide a los programas y organismos especializados de las Naciones Unidas que presten la asistencia y el apoyo apropiados para la realización de las principales tareas previstas en el Acuerdo;

10. **Pide** al Secretario General que mantenga al Consejo de Seguridad al tanto de la evolución de los acontecimientos y le presente un nuevo informe a más tardar el 31 de marzo de 1993;

11. **Decide** seguir ocupándose activamente de la cuestión.

De Agradecimientos de Comunicações:

Nº 123 a 125, de 1993 (nº 105 a 107/93, na origem), de 3 do corrente, referentes à aprovação das matérias constantes das Mensagens SM nº 19, 20, 24 e 25, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 122, de 1993 (nº 104/93, na origem), de 3 de março do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República solicita, nos termos do art. 9º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, autorização para contratar operação de arrendamento mercantil, sem aval da União, pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER — junto à IBM do Brasil Leasing Ltda., para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 126, de 1993 (nº 108/93, na origem), de 3 de março corrente, através da qual o Senhor Presidente da República solicita seja tornada sem efeito a Mensagem nº 95, de 1993 (nº 35/93, na origem), de 21 de janeiro último, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.

A Presidência defere a solicitação, e a matéria será definitivamente arquivada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora aprovou, em sua reunião do dia 2 do corrente, os Requerimentos de Informações Nº 160 e 192, de 1993, dos Senadores Eduardo Suplicy e Beni Veras, respectivamente, ao Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides. (Pausa.)

S. Exª não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira. (Pausa.)

S. Exª não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores por duas vezes neste ano, tive a honra de ocupar esta tribuna para apresentar aos meus nobres pares minhas considerações quanto ao plebiscito a se realizar no dia 21 de abril próximo. Na primeira oportunidade, fiz uma análise sobre a república e a monarquia — que, aliás, foi publicada no *Correio Brasileiro* de hoje — e deixei clara minha opção pela forma republicana de governo. Na segunda, abordei questões sobre o parlamentarismo e o presidencialismo e apresentei as várias razões que me fazem defender o presidencialismo como o sistema de governo ideal para o País.

Hoje, faço uma análise sobre os poderes do Senado Federal, considerando a hipótese de o sistema parlamentarista vir a se instalar no País. Isto, porém, não quer dizer que conto com essa possibilidade.

Um exame profundo e desambicioso da experiência política brasileira permite-nos concluir que 104 anos de sistema presidencialista não podem ser desperdiçados na dúvida, pois, historicamente, não se pode afirmar que o parlamentarismo seja melhor que o presidencialismo, sistema que, ao longo deste século, cresceu e amadureceu, permitindo que o povo adquirisse experiência e consciência dos seus direitos e deveres.

O presidencialismo no Brasil desenvolveu-se até o ponto de alijar um Presidente da República, declarando-o impedido por atos de improbidade e de corrupção, sem estremecimento das instituições.

Várias razões poderiam ser apresentadas em favor do presidencialismo; no entanto, como disse antes, desejo hoje deter-me por alguns minutos sobre o problema dos poderes do Senado Federal em um eventual sistema parlamentarista brasileiro.

Em primeiro lugar, na hipótese de vitória do parlamentarismo, surgirão, sem dúvida, propostas no sentido da adoção do sistema unicameral, excluindo-se o Senado Federal.

Não faltarão argumentos aos defensores dessa tese. Estudiosos da composição e características dos parlamentos modernos afirmam que a "idéia democrática exige que o órgão legislativo se componha de uma só câmara". Para alguns autores, a defesa do unicameralismo assume forma de libelo, brandindo a contundente afirmação do Abade Sieys, que escreveu: "Se a segunda Câmara estiver de acordo com a primeira, ela é supérflua, e se ela não está de acordo, é perniciosa".

No Brasil, a defesa do unicameralismo parece ter começado com Júlio de Castilho na primeira Constituinte da República. Cinquenta anos depois, João Mangabeira adotou a mesma bandeira, asseverando: "Basta uma assembléia: é mais lógico, mais barato e mais eficiente". João Mangabeira, ao propor a extinção do Senado Federal, insistia na afirmação de que o sistema bicameral não podia ser considerado como requisito imprescindível à Federação. "Tal sistema — expressou — ao contrário do que muitos acreditam, não é essencial à Federação. O regime federativo pode existir e funcionar sem dualidade de Assembléia".

Para a defesa do bicameralismo, referência clássica é Montesquieu, com sua posição no sentido de que "o corpo legislativo, sendo composto de duas partes, uma submeterá a outra pela faculdade mútua de impedir". O argumento de Montesquieu tem sido repetido com frequência, especialmente por governos parlamentaristas.

Outras razões há e valiosas para a adoção de uma estrutura bicameral do Poder Legislativo. Segundo essas opiniões, o bicameralismo aperfeiçoa os projetos e freia as legislações de circunstância nascidas de paixões passageiras das massas; dilata o processo legislativo, permitindo que a opinião pública conheça mais adequadamente a matéria; e possibilita uma segunda oportunidade para análise das questões controversas, bem como favorece a presença de importantes personalidades moderadoras nas decisões do parlamento.

Nesse contexto, o "parlamentarismo brasileiro" suscitará numerosas e acaloradas discussões até encontrar e estabelecer a funcionalidade possível.

Admitida a hipótese de vitória do parlamentarismo, qual seria o papel do Senado Federal brasileiro?

O bicameralismo nasceu nos regimes-monárquicos antigos, quando o povo conquistou o direito de representar-se no poder ao lado da nobreza. Para a doutrina clássica, o bicameralismo é muito importante como componente do regime parlamentar nas monarquias. No entanto, do ponto de vista da doutrina moderna, perdeu bastante. O estudo da composição e da competência das câmaras altas nas monarquias permite constatar que suas características aristocráticas foram diminuídas, pois, na maioria das vezes, são repetição das características das câmaras baixas.

O Senado, nos países do sistema parlamentarista, tem conotações diferentes, quer se trate de Estados unitários ou de Estados federativos.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Valmir Campelo?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com muito prazer, nobre Senador Francisco Rollemberg.

O Sr. Francisco Rollemberg — Senador Valmir Campelo, ao ouvi-lo falar sobre o plebiscito e comentar as diversas formas de governo, eu estava aqui, a me perguntar se não estamos cometendo um erro crasso e imperdoável nos programas televisivos que promovem as idéias do parlamentarismo, do presidencialismo e da monarquia. Acreditava eu, Senador Valmir Campelo, que, no momento em que essa pregação fosse às ruas, lá estaríamos nós, senadores, deputados, clero, trabalhadores, representantes da sociedade civil, em suma, todos aqueles que constroem o Brasil, para dizer, alto e bom som, através de uma argumentação clara e lúcida, como a que V. Ex^a faz neste instante, o nosso pensamento e o porquê de nossas preferências. Confesso, Senador, que estou profundamente decepcionado. Perdoem-me a expressão que vou usar — talvez não devesse fazê-lo, mas não posso me conter ante o que está ocorrendo na televisão. Estamos assistindo a uma palhaçada: figuras com aspecto **punk** a identificarem suas tendências, o lado a que pendem, se são parlamentaristas, monarquistas ou presidencialistas. Vemos presidencialistas acusando parlamentaristas, dizendo que o Congresso Nacional não pode gerir os destinos deste País e perguntando a pessoas do povo se acreditam no Congresso brasileiro e nos seus representantes, se poderiam, através do voto, conceder-lhes o comando desta Nação. Falam os monarquistas do poder moderador, das deficiências e do imperialismo presidencial no presidencialismo. Enfim, estamos assistindo a uma batalha campal, de retaliação, feita por profissionais que não são necessariamente homens que investiram a sua vida pública na defesa dos interesses maiores do País. É uma decepção. Acho terrível o que está ocorrendo. Quem deveria estar na televisão era V. Ex^a, nobre Senador, falando como fala agora; eram homens como o Senador Mauro Benevides, como o nosso ex-Ministro dos Transportes, como o Senador Magno Bacelar, como o Senador que preside esta sessão, como o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, como o Deputado Victor Faccione, como o Senador Marco Maciel. Nós é que temos que mostrar a cara ao povo e dizer-lhe das idéias que defendemos. Mas parece que nós políticos estamos acanhados, estamos envergonhados de dizer ao povo que somos políticos, que temos um mandato e que estamos aqui para defender as nossas idéias e o nosso País. É uma pena que V. Ex^a pronuncie um discurso dessa monta, nesta Casa, que talvez não tenha nenhuma repercussão, quando poderia estar falando na televisão hoje à noite, mostrando as benesses de uma ou outra tendência, no sentido de esclarecer e conscientizar o povo brasileiro a tomar a sua decisão. Eu o felicito, e lamento que esse discurso não possa ter a divulgação que merece, eu o felicito, e lamento que esse discurso não seja divulgado nos momentos do horário gratuito a que temos direito nas televisões, para levar as nossas idéias ao povo brasileiro.

O SR. VALMIR CAMPELO — Fico muito grato pelo aparte de V. Ex^a, Senador Francisco Rollemberg, que foi muito amável ao referir-se ao meu nome. Concordo plenamente com V. Ex^a, principalmente quando diz que os programas

que deveriam ser de esclarecimento à sociedade, que deveriam ser feitos através dos políticos, são feitos por artistas de televisão. Esses programas estão muito mais para uma novela das vinte horas, uma novela que não é das melhores, do que para o esclarecimento devido que a população necessita. Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com prazer, ouço o aparte do nobre Senador.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Valmir Campelo, inicialmente, agradecendo também a minha inclusão entre aqueles que poderiam aparecer pela bondade do nobre Senador Francisco Rollemberg. A preocupação de V. Ex^a, na análise que traz a esta Casa na manhã de hoje, realmente retrata um fato preocupante. O nobre Senador Francisco Rollemberg pediu desculpas por usar a expressão "palhaçada", mas a verdade é que a campanha começou no período carnavalesco e parece que, para os dirigentes, continuamos em pleno carnaval. A classe política, realmente, é quem está sendo o bode expiatório de tudo isso. Além dos profissionais, atores e artistas ocuparem os espaços, em todos os programas há uma condenação aos políticos, ao Congresso Nacional, e o que é mais grave — e aí entro na linha do raciocínio de V. Ex^a (— em todas as frentes que ocupam o horário de televisão, fala-se e prega a Câmara dos Deputados. O Senado Federal não é mencionado em nenhum momento, num desrespeito ou na intenção de eliminar esta Casa dos debates políticos. A verdade é que ao longo desse período temos observado que o povo não está tomando conhecimento do fato. A precipitação na antecipação desse plebiscito, sem nenhum motivo, quando o País e o povo clamam por providências e atitudes mais dignas dos seus governantes, e a fome não deixa tempo para se discutir quais as vantagens e benesses de qualquer uma das formas e sistemas de governo, nós, os políticos, estamos ausentes. V. Ex^a, hoje, pela segunda vez, manifesta a preocupação e o dever de todos nós em esclarecer a opinião pública. V. Ex^a merece as nossas felicitações. Volto a ressaltar que a intenção de minimizar a atuação e a dignidade desta Casa tem sido uma constante nessa campanha. Mas, graças a Deus, por essa campanha o povo não tomou conhecimento e não se apaixonou. Parabéns a V. Ex^a

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado, nobre Senador Magno Bacelar.

Mas, Sr. Presidente, continuo na análise do papel do Senado Federal num possível sistema de governo parlamentarista.

O Senado, nos países de sistema parlamentarista, tem conotações diferentes, quer se tratem de Estados unitários ou de Estados federativos. Porém, em grande parte, mesmo em Estados federativos, tem sua função reduzida à participação na elaboração legislativa, contribuindo para o seu aperfeiçoamento. A forma de recrutamento também varia de Estado para Estado.

Analisarei alguns casos.

Na França, a Constituição de 4 de outubro de 1958 adotou forma unitária do Estado, governo republicano e sistema parlamentarista.

O Parlamento francês é constituído pela Assembléia Nacional e pelo Senado. Os membros do Senado são eleitos por sufrágio indireto e são representantes dos territórios da República.

Ao Parlamento compete votar as leis, autorizar a declaração de guerra, autorizar o prolongamento do estado de sítio por mais de doze dias, autorizar a delegação legislativa ao Governo. Os projetos de lei do Governo são aprovados em Conselho de Ministros, ouvido o Conselho de Estado e enviados à Mesa de uma das Câmaras, salvo os relativos a finanças, que devem ter início na Assembléia Nacional.

A iniciativa das leis cabe ao Primeiro-Ministro e aos membros do Parlamento. Os projetos são discutidos, sucessivamente, em ambas as Casas, visando à "aprovação de um texto idêntico". Não havendo acordo, põe-se em ação uma série de medidas na tentativa de alcançar o consenso. Frustrado esse intento, a deliberação final cabe à Assembléia Nacional.

É muito modesta a participação do Senado no jogo parlamentar: ela se resume ao direito de fazer perguntas ao Governo na reunião semanal, a aprovar a declaração de política geral, por solicitação do Primeiro-Ministro e a manifestar-se sobre a dissolução da Assembléia. Quando há divergência entre as duas Câmaras, prevalece a deliberação da Assembléia Nacional.

Na Alemanha, o Poder Legislativo é composto pelo Parlamento Federal (Bundestag) — formado por deputados representantes do povo — e pelo Conselho Federal (Bundesrat) — constituído de representantes dos governos dos Estados que os nomeiam e destituem. Cada Estado tem direito a três votos; os que tiverem mais de dois milhões de habitantes, quatro votos; os que tiverem mais de seis milhões de habitantes, cinco votos.

A iniciativa das leis cabe ao Governo, aos membros do Parlamento e ao Conselho. Os projetos apresentados pelo Governo são encaminhados previamente ao Conselho Federal, que deve analisá-los dentro de seis semanas. É interessante observar que se o Governo classifica como urgente um projeto, ao transmiti-lo ao Conselho, terá o direito de, em três semanas, submetê-lo ao Parlamento, ainda que o Conselho não tenha concluído sua análise. O Conselho também pode apresentar projetos, mas deve fazê-lo por intermédio do Governo que sobre eles emite parecer. O Governo deve encaminhar o projeto do Conselho ao Parlamento no prazo de três meses.

As leis são votadas pelo Parlamento. A maior parte das leis necessita, após a votação, ser aprovada pelo Conselho Federal. Quando não é preciso sua manifestação, o Conselho, se o entender conveniente, pode opor-se à lei, até duas semanas após a aprovação pelo Parlamento. É o direito de veto. Se a oposição do Conselho se der por maioria absoluta, só por um "quorum" poderá ser rejeitada pelo Parlamento. O mesmo acontece se o "quorum" de oposição do Conselho for de 2/3; só por 2/3 o Parlamento pode rejeitar a oposição.

O Conselho Federal desempenha importante papel legislativo na vida democrática alemã. Nem todas as leis são submetidas à sua apreciação, mas, para aquelas que a exigem, sua manifestação é fundamental. Em geral, são leis de interesse dos Estados e constituem a grande maioria da legislação. A presidência de um conselho cabe a um governador estadual, tem mandato de um ano e substitui o Presidente da República nos impedimentos deste ou em caso de vacância do cargo.

A Espanha, pela Constituição de 31 de outubro de 1978, é uma monarquia parlamentarista.

O Poder Legislativo é exercido pelas Cortes Gerais formadas pelo Congresso dos Deputados e pelo Senado. No Congresso dos Deputados, estão os representantes do povo, no Senado, a representação das Províncias.

A iniciativa de leis cabe ao Governo, ao Congresso e ao Senado. O projeto de lei aprovado pelo Congresso de Deputados deve ser encaminhado ao Senado que pode aprová-lo, introduzir-lhe emendas ou opor-lhe veto, neste último caso, por maioria absoluta. O Congresso, para derrubar a manifestação do Senado, deve, no prazo de dois meses, ratificar o projeto inicial por maioria absoluta, no caso de veto, ou maioria simples, no caso de emenda.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Valmir Campelo?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com o maior prazer, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Senador Valmir Campelo, desejo regozijar-me pela participação de V. Ex^a na tribuna, nesta manhã de sexta-feira, para debater essa questão relacionada com o sistema de Governo. No Senado Federal, não nos poderíamos omitir na discussão de uma temática que já ganha, hoje, os espaços da televisão e dos rádios e começa a inquietar a consciência cívica de milhões de brasileiros que não identificam com absoluta precisão os postulados norteadores do parlamentarismo, do presidencialismo, da monarquia republicana, enfim, de todas as alternativas que, em termos de sistema ou de forma de governo, serão submetidas à consulta plebiscitária no próximo dia 21 de abril. Eu até me permitiria neste instante, ouvindo atentamente o seu discurso, sugerir a V. Ex^a que, após o seu pronunciamento, solicite ao Cegraf a publicação, em monografia, desse seu trabalho, para que seja divulgado aqui em Brasília, sim, porque V. Ex^a representa, com tanta dignidade, o povo brasileiro nesta Casa, mas, além disso, há um aspecto didático emprestado ao seu trabalho e, portanto, este poderia chegar também às outras áreas geográficas do País. Com isso, V. Ex^a, Senador da República, estaria dando uma contribuição inestimável à discussão de um tema que, realmente, precisa ser conhecido, em todas as suas nuances e em profundidade, pela grande massa votante que, no dia 21 de abril, estará comparecendo às cabines eleitorais para exercer o seu direito de escolha. Registro, pois, os aplausos: V. Ex^a por trazer a debate um assunto dessa magnitude e a sugestão para que, publicado o trabalho, ele possa ser amplamente divulgado, não só em Brasília, mas nas outras Unidades Federativas.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Mauro Benevides, pelo seu aparte. Confesso que acatarei a sua sugestão.

Aliás, há algumas semanas, tivemos a oportunidade de falar sobre o presidencialismo, fizemos um outro pronunciamento entre a república e a monarquia que, gentilmente, o jornal *Correio Braziliense* publica como editorial. Hoje estamos fazendo um estudo, uma análise, sobre o papel do Senado Federal em alguns países onde o sistema de governo é parlamentarista e, caso venha a ser implantado o Parlamentarismo no Brasil, a análise abrange também uma proposta de qual seria o papel do Senado Federal brasileiro.

Fico muito grato a V. Ex^a pelas suas palavras.

Continuo, Sr. Presidente, dizendo que, na Espanha, o projeto de iniciativa do Senado, após ser ali aprovado, é remetido ao Congresso dos Deputados.

As sessões conjuntas são presididas pelo Presidente do Congresso.

O Senado não participa da formação do Governo nem este é responsável perante aquele e não pode apresentar mo-

ção de censura. Entretanto, se, dois meses após a primeira votação, nenhum candidato ao governo houver obtido a confiança do Congresso, o rei pode dissolver ambas as Câmaras. A dissolução de ambas as Câmaras pode operar-se também mediante proposta do Presidente do Governo, com prévia audiência do Conselho de Ministros.

No regime espanhol, a participação ou influência do Senado no governo se reduz à possibilidade de solicitar informações ao governo, e à presença de seus membros, bem como de interpellá-lo.

Na Itália, a Constituição de 1948 adotou a forma unitária de Estado e a republicana de governo. O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado da República. As sessões conjuntas das duas Casas são presididas pelo Presidente da Câmara.

O Parlamento é o depositário da soberania popular e tem competências numerosas: poder legislativo, poder financeiro, controle do Executivo. As duas Câmaras exercem tais competências num plano de rigorosa igualdade e solidariedade.

As duas Câmaras participam da elaboração das leis e os membros de ambas têm o poder de iniciativa.

O Presidente da República, nos impedimentos, é substituído pelo Presidente do Senado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, limito-me a esses quatro exemplos de Senado em governos de sistema parlamentarista.

O Sr. Affonso Camargo — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Concedo o aparte ao nobre Senador Affonso Camargo, com o maior prazer.

O Sr. Affonso Camargo — Sem entrar no mérito da discussão dos sistemas, louvo o fato de V. Ex^a vir ao plenário para discutir o assunto. Complementando o aparte que V. Ex^a recebeu dos nobres Senadores Francisco Rollemberg e Magno Bacelar, gostaria de enfatizar que, de acordo com a minha avaliação do que está acontecendo com relação a esse processo da discussão do plebiscito, há exatamente um certo alheamento que faz parte desse estado de espírito nacional, há uma letargia, uma certa preocupação que está acontecendo no País. Nobre Senador Francisco Rollemberg, vou dar-lhe algumas explicações, posto que estou fazendo parte, vamos dizer, da direção da Frente Parlamentarista. Creio que V. Ex^a tem toda razão, os políticos não estão discutindo o plebiscito, mas creio que o lugar ideal e inicial para se discutir tanto é exatamente as nossas Casas. V. Ex^a pode perceber que um pronunciamento como o que o nobre Senador Valmir Capelo vem fazendo, que não é o primeiro, fica na base do inédito. S. Ex^a deve pensar, muitas vezes, se deve ou não falar sobre isso. Deveríamos, na verdade, discutir aqui e na Câmara dos Deputados amplamente os sistemas e as formas de governo nas sessões plenárias. Vou citar o que ocorreu ontem. Fui contactado pelo jornalismo da TV Record, no sentido de se saber se eu não estaria disposto a fazer uma gravação para o programa de ontem à noite com a Marilena Chiarelli sobre o Parlamentarismo. Eu disse que o faria. A meu ver, inclusive, era o momento de convocar-nos para falarmos sobre o assunto. Depois, recebi um aviso de que o tema havia sido mudado, ou seja, o debate já não se referiria ao Parlamentarismo, provavelmente, por causa de outros problemas que vieram à tona, como as nomeações, a crise econômica, o problema da nova demissão do Presidente do BNDES. Se, num país desenvolvido politicamente, como os Estados Unidos ou algum país europeu, estivesse havendo um plebiscito

para se decidir sobre forma e sistema de governo, imaginem V. Ex^{ts} se a opinião pública não estaria hoje toda mobilizada, a partir das lideranças políticas, para discutirem o assunto! Creio que, infelizmente, esse é um problema da atualidade brasileira. Com relação aos problemas televisivos que V. Ex^o levantou, eu lhe diria que seria impossível, num programa de dez minutos, a participação dos duzentos Parlamentares oem a Frente Parlamentarista. Certamente, seriam escolhidos apenas alguns, o que seria inviável. Enfim, o debate, a discussão que as televisões poderiam fazer e que poderíamos iniciar no plenário realmente não estão acontecendo. Esse é o motivo principal do meu aparte. Cumprimento, portanto, V. Ex^o por estar rompendo essa inércia. Espero que, a partir disso, na semana que vem, provavelmente depois da vinda do Ministro Eliseu Resende a esta Casa, comecemos a discutir esse assunto, que é de grande importância. Muito obrigado!

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado, nobre Senador Affonso Camargo pelo seu aparte. A nossa idéia era trazer ao debate o tema que está em voga, sobre o qual o brasileiro tem solicitado informações e esclarecimentos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluindo meu pronunciamento, limito-me a esses quatro exemplos de Senado em governos parlamentaristas.

No Brasil, quer vença o parlamentarismo ou o presidencialismo, a discussão sobre o papel do Senado Federal deverá ser enfrentada com realismo e sem preconceito. Julgô oportuna a manutenção do bicameralismo — bicameralismo real —, seja pela tradição de serviço que o Senado prestou ao País, tanto na época do Império como durante os cento e quatro anos da República. Suas competências poderão ser discutidas no sentido de atualizá-las, se for o caso, para dar maior dinamismo, modernidade e operacionalidade ao Poder Legislativo no contexto da estrutura de governo do País.

A mudança deve operar-se pelo aperfeiçoamento da experiência vivida, não pela simples troca do sistema de governo. A simples troca é fuga. O aperfeiçoamento é condição e demonstração de maturidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: esta semana, lendo o *Jornal de Brasília*, encontrei um editorial intitulado “Universidade Excludente”.

A matéria é muito interessante, na medida em que percuta um tema ao qual faço alusão desde 1989 e sobre o qual apresentei projeto de lei — o que instituiu o ensino pago nas instituições federais de ensino superior.

Àquela época, o meu projeto causou certa celeuma, inclusive no meu Estado, tendo merecido, por parte de professores municipais, comandados por um ex-secretário de educação, uma nota de repúdio e um enterro simbólico. Na realidade, eu propunha o ensino pago em todos os estabelecimentos públicos federais de nível superior, ressalvada a gratuidade para o aluno que, na forma da lei, demonstrasse incapacidade econômica ou insuficiência de recursos. A proposta mencionava:

“Para efeito deste artigo, terá direito à gratuidade o aluno cuja renda mensal somada aos rendimentos do seu pai — renda familiar — seja igual ou inferior a vinte pisos nacionais de salário.”

Esse valor corresponde, hoje, a 34 milhões de cruzeiros.

Lembro-me de que, naquela oportunidade, somente uma voz, com alguma densidade, levantou-se para defender o meu projeto. Foi de Lourenço de Almeida Prado, Reitor do Colégio São Bento e membro do Conselho Federal de Educação, que, em um artigo do *Jornal do Brasil*, dizia:

“O Projeto de Lei nº 114, do Senador Francisco Rollemberg, propõe uma inovação, à primeira vista, surpreendente: ensino pago nas escolas superiores federais para os alunos que tenham condições financeiras para isso. Digo surpreendente não por que haja na proposta algo menos fácil de entender, mas porque esse animal consuetudinário, que é o homem, tem uma mente tarda e custa a parar para pensar e reexaminar idéias encucadas por mecanismos repetitivos desde a infância. Parece que essas idéias preconcebidas ou automatizadas bloqueiam qualquer iniciativa de avaliá-las e ficam como convicções irremovíveis.”

Fez Lourenço Prado uma comparação interessante para ilustrar o conceito de equidade: todos têm direito à alimentação, mas, se tenho um único prato de comida diante de um faminto e de outro que acaba de almoçar fartamente, igualdade seria dar meio prato a cada um — o faminto continuaria com fome, e o outro se daria ao luxo de satisfazer a gula. E pergunta: seria justo? Evidentemente que não. Afirma: “A justiça deixa de ser justa quando não é aprimorada pela equidade. *Summum jus, summa injuria.*” Precisamos entender, portanto, que igual só é igual quando leva em conta a circunstância. Isso é equidade. Como afirmou Ortega y Gasset: “Eu sou eu e as minhas circunstâncias”, nós somos também as nossas circunstâncias!

Mas à frente, na defesa desse meu projeto, mencionou Lourenço Prado a sabedoria Romana: “*Impossibilem nulla obligatio est*”. Não há nenhuma obrigação para as coisas impossíveis.

Talvez por essa feição impossível, o preceito tenha ficado estéril, ou seja, sendo impossível, nem o Governo sente-se obrigado a cumprir.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dois anos são passados. Àquela época, estimulado por alguns artigos de jornais de cidades, citei uma socióloga que trabalhava para a Universidade de Brasília e que afirmava:

“Por detrás da seleção técnica dos vestibulares, há também uma seleção sócio-econômica, em decorrência da gradativa decadência do ensino público a nível médio. Portanto, na sua maior parte, os alunos das universidades públicas têm condições de pagar seus estudos, ao passo que os mais carentes, saídos das escolas oficiais, são obrigados a estudar em faculdades privadas. A objeção de que os alunos das faculdades públicas já pagam os estudos, via impostos federais e estaduais, não vale aqui, porquanto, os que estudam nas faculdades particulares que também pagam os mesmos impostos e são obrigados a pagar pelos estudos.”

Para minha surpresa, essa socióloga, que desapareceu na voragem do tempo — não vale a pena citá-la nominalmente —, também me interpelou, acusando-me de estar usando as idéias da sua tese para defender o que ela não defendia.

Enviei correspondência ao Sr. Reitor da Universidade de Brasília dizendo que, em se tratando de matéria de domínio

público, já noticiada em jornais, cabia-me tão-somente, por um dever de ética, citar a autora de tais assertivas. Confesso, no entanto, que me senti constrangido não só em Brasília, como em Sergipe.

Após todos esses problemas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fui instado pela Comissão de Educação do Senado Federal a retirar o projeto, para que ele não fosse revogado. Dessa forma, ainda durante o meu mandato, eu poderia apresentá-lo oportuno tempore, para que pudesse ser analisado já dentro de novo enfoque, dentro de nova visão.

Creio, Sr. Presidente, que o instante é chegado. Em breve darei início à tramitação do referido projeto, devidamente respaldado em justificativa mais consentânea com o momento atual.

Sr. Presidente, para que conste nos Anais da Casa, vou ler o editorial. A matéria deve ser guardada para que depois não se diga que, nesta Casa do Congresso Nacional, apresentou o Senador Francisco Rollemberg a idéia absurda do ensino superior pago para quem pode pagar. Trata-se do mesmo jornal que publicara as idéias da socióloga brasiliense. O artigo intitula-se "Universidade Excludente":

"Embora, em linhas gerais, corresponda ao que era de se esperar, a primeira pesquisa feita na Universidade de Brasília para avaliar o perfil sócio-econômico de seus estudantes traz algumas novidades, entre as quais destaca-se a da procedência dos alunos, hoje majoritariamente candangos. De resto, como era previsível, na sua esmagadora maioria, os universitários brasilienses vêm da classe média alta ou da alta, de famílias que possuem carros e casa própria, e que estão radicadas no Distrito Federal.

Portanto, como ocorre nos demais Estados brasileiros, a única universidade gratuita da cidade é cursada pelas classes mais abastadas, enquanto os estudantes mais modestos, que têm de trabalhar para se sustentar, refluem para as universidades particulares.

Também surpreende o fato de que um terço dos alunos da UnB trabalhe. Isso mostra, por outro lado, que os filhos da classe média não encontram as mesmas dificuldades para arranjar trabalho que se percebe entre as classes mais pobres. Como não podia deixar de ser, a universidade é também um reflexo da realidade do País, marcada pela concentração de renda e de privilégios para uma estreita faixa da população. As classes média alta e alta têm o ensino de seus filhos pago pelos contribuintes.

É bem provável que essa pesquisa passe a ser realizada com mais freqüência. Nesse caso, seria recomendável que se fizesse também uma amostragem das características físicas — peso, altura e características dentárias. É possível que ela mostre que também no físico esses estudantes são privilegiados. Já existem estudos mostrando que nas classes muito pobres do Brasil as crianças não se desenvolvem nem física nem intelectualmente por falta de alimentação adequada.

Assim, um retrato detalhado dos jovens que formam a nossa elite será, obviamente, um espelho da civilização excludente que aqui edificamos.

O lamentável é que ainda existe muita gente — entre as classes privilegiadas, obviamente — que defende a universidade pública gratuita, essa sutil mas perversa forma de transferência de recursos dos pobres para os mais ricos. Há quem diga também que a univer-

sidade é para a formação de elite do País. Mas que elite é essa, que já se conhece de antemão? É a elite econômica que pode pagar escolas particulares e cursinhos pré-vestibulares.

Essa situação precisa ser revista urgentemente! O ideal é que os estudantes paguem a universidade na medida de suas posses, talvez numa percentagem da renda dos seus pais."

Foi exatamente essa a proposta do meu projeto, quando me referi à renda familiar de vinte salários mínimos. A mensalidade seria fruto de um entendimento entre um representante do corpo docente, o diretório dos estudantes e o próprio estudante. Assim, este contribuiria para a universidade na medida das suas possibilidades.

"Quem não tiver condições — se milagrosamente conseguir ingressar na universidade — nada vai pagar."

Por que a expressão "milagrosamente"? Porque realmente o estudante pobre vem de colégios públicos, cujo ensino está decaído dia-a-dia e não pode pagar cursinhos que possibilitem sua aprovação no vestibular.

"Alguns falaciosos chegam a dizer que esse pagamento não ajudaria muito, que significaria muito pouco no montante das despesas da União com a universidade."

Disso discordo frontalmente, porque pode-se observar que, no Brasil, os donos das universidades particulares estão oferecendo ensino de razoável qualidade e estão enriquecendo dia-a-dia, entesourando dinheiro, tornando-se milionários. Por que esse dinheiro, chegando a uma universidade pública, não poderia ajudar de alguma forma a sua própria manutenção?

"Ora, quando se sabe que o Estado está falido, qualquer recurso vem bem, especialmente se sair do bolso dos que têm mais."

Outra coisa que deve ser considerada neste momento diz respeito à qualidade das escolas superiores mantidas pela União, que vem caindo sistematicamente nos últimos anos, como atestam vários estudos."

Neste ponto, presto um depoimento pessoal. Constata-se, atualmente, um fluxo migratório de estudantes das universidades públicas para as universidades privadas. Em crises permanentes, as universidades públicas não permitem que o aluno programe a sua vida. O cidadão sabe que, ao ser aprovado no vestibular, entra no primeiro ano de um determinado curso, mas só Deus sabe o dia que ele vai terminar esse curso. Isso ocorre em Brasília, no meu Estado e, possivelmente, também no Pará, Estado do nobre Senador Jarbas Passarinho.

Quando estou em minha casa, no Estado de Sergipe, vivo cercado de estudantes solicitando transferência para uma universidade particular. Pelo menos ela oferece o estudante a perspectiva de planejar em quanto tempo estará graduado, coisa que a escola pública não oferece.

"Isso levou, é claro, as classes mais abastadas a mandarem seus filhos às universidades da Europa ou dos Estados Unidos, como, aliás, ocorria nos tempos do Brasil Colônia e no Império."

Todos nós sabemos que as pessoas mais abastadas estão educando seus filhos na Suíça ou em outros países do exterior, não só pela alta qualidade do ensino que lá é oferecido, mas também pela tranquilidade de trazer uma mão-de-obra melhor qualificada para o País em tempo hábil, para que ele possa exercer sua profissão na plenitude da sua juventude.

“A questão da universidade pública gratuita, pois, precisa ser discutida sem demagogia ou paternalismo na revisão constitucional deste ano.”

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Francisco Rollemberg?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Concedo o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Não sei se seria audácia minha pretender louvá-lo pela coragem com que se pronuncia. Sabe V. Ex^a perfeitamente bem que este tema se transformou em tabu, principalmente desenvolvido pelas antigas esquerdas brasileiras. Tenho tido um cuidado muito grande, a partir do momento em que deixo ministérios, de não me voltar para os seus problemas, a fim de não parecer que eu estaria me intrometendo numa nova administração. Mas tentei, também, próximo daquilo que V. Ex^a apresentou como projeto, fazer o que chamei de uma sociedade solidária no Brasil. Os que não pudessem pagar não pagariam; os que pudessem pagar pagariam na medida das suas possibilidades. Mas o Estado não seria paternalista: quem não pudesse pagar assumiria um débito para com a União e viria a resgatar esse débito a partir do momento em que, mais tarde, já com emprego garantido, entrasse no Imposto de Renda como contribuinte. Essa era a idéia. Imagine V. Ex^a o que desabou sobre mim, na ocasião, pelo grupo da esquerda radical: primeiro, que eu estaria obrigando todos a pagarem, o que não era verdade. Era praticamente muito próximo do que V. Ex^a disse ainda há pouco. Haveria, no seu projeto, um entendimento entre as três partes — docente, discente e a administração da universidade — para decidir qual seria a taxa. Um argumento que V. Ex^a levanta também muito importante é esse de que a participação seria mínima. Farei referência a números do passado, pois não tenho os atuais. Um estudante de Medicina, por exemplo, custaria, no mínimo, cerca de 40 milhões de cruzeiros no seu curso. Se ele pudesse entrar com um milhão de cruzeiros, seria uma ridicularia como contribuição. V. Ex^a contra-argumentou muito bem: como é que isso paga bem o custo particular? E como é que as empresas particulares de educação — com raras exceções —, inclusive, progrediram no seu patrimônio? Então a sociedade solidária que eu lembrava era exatamente esta: proporcionar condições àqueles que não podem no momento pagar o preço do seu estudo. Esses são, como muito bem salientou V. Ex^a, os que vão para as universidades particulares, tangidos já pela origem deles, da má educação haurida na escola pública, pois na hora do vestibular não se classificam para as universidades públicas. Vi, nobre Senador Francisco Rollemberg, quando eu era Ministro, a Universidade Mackenzie e eu tinha a presunção de que ela era apenas uma universidade para os ricos de São Paulo. Como fui paraninfo de muitas turmas, naquela época, certa feita fui paraninfo de uma turma que estudava à noite. Como a Reitora, Esther de Figueiredo Ferraz — essa extraordinária educadora — estava ao meu lado, eu observei: estou notando que o pessoal, em dia de festa, veste-se até modestamente. Ela disse: É porque são os alunos da noite, os que

trabalham de dia e pagam o seu curso noturno. Então, eles não são de classe média abastada, nem alta. Isso mostra bem, nobre Senador Francisco Rollemberg, como nós, na Constituinte, fomos envolvidos, asfixiados, pela linguagem excessiva de uma esquerda que já era anacrônica, porque, acima de tudo, transformava-se numa espécie de aríete contra uma sociedade solidária. Praza aos céus que aguarde V. Ex^a, pela autoridade que tem, e desperte, na revisão constitucional, a necessidade de evitarmos que isso continue como está no Texto da Constituição.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Agradeço o aparte de V. Ex^a, como sempre, enriquecedores, nobre Senador.

Mais uma vez, repito, que, de uma certa forma, foi o posicionamento, a postura de V. Ex^a no Ministério da Educação que me inspirou a refazer esse projeto, que, praticamente, é um reavivar das suas próprias idéias, Senador Jarbas Passarinho. V. Ex^a até me admoestou, lembrou-me que eu passaria alguns dissabores por apresentar esse projeto. Passei alguns dissabores, mas sou um homem, Senador, que, na defesa das minhas convicções, os dissabores transitam com muita facilidade ou os esqueço, obstinado na consecução de algo que acredito certo, não digo perfeito, mas o melhor para a oportunidade política que estou vivendo.

Veja V. Ex^a, naquela época via-se numa escola como Mackenzie obstinado na consecução — eu também tinha essa impressão, porque o Mackenzie era a elite paulista — que o curso noturno aproveitava os estudantes da classe média. O balconista, o empregado de farmácia, o vendedor de tecidos, que corre o dia inteiro e sobe escadas, ganha salário pequeno, quase sempre não janta para economizar, vai à escola e acorda cedo no outro dia, sabe V. Ex^a que é esse cidadão que, de uma certa forma, está, com o seu trabalho, financiando a universidade pública. É essa mesma universidade que estão com os seus estacionamento cheios de carros último modelo, alguns estudantes com “estágios”, outros com empregos aos quais não comparecem. Isto é verdade: a classe média e a classe média alta conseguem, com mais facilidade, empregar os seus próprios filhos; quase sempre em emprego e não em trabalho, para que eles, não pagando a escola, paguem a prestação do carro, a fim de que possam dissipar os seus finais de semana. Dissipação natural e necessária, também, para que o jovem se torne rijo. Ele tem de estudar, trabalhar, mas tem que ter lazer.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou concluir esta análise voltando ao artigo de Dom Lourenço de Almeida Prado lembrando o que era o Brasil da Constituição de 1891 e o Brasil de 1933.

“Na Constituição brasileira de 1891, além dessa função de animador da instrução, que é conferida ao Estado, prescreve-se a laicidade do ensino oficial.

Esta simples afirmação, hoje tão evidente para nós — a educação é um direito de todos —, não aparecia nos códigos antigos.

O Estado não se sentia no dever de atender a um direito do cidadão, mas sentia necessidade de recursos humanos. Criava escola de medicina e engenharia, para ter médicos e engenheiros. A engenharia surgiu frequentemente nas escolas militares.

Nessa intenção, era natural que criasse escolas superiores gratuitas. Era necessário para o Estado formar sua elite, que surgiu no País.

“Com o desenvolvimento da civilização e da técnica, essas profissões são procuradas” — agora — “vocacionalmente. Cessam os motivos para programas de incentivos.”

Conclui, dizendo:

“O projeto do Senador Rollemberg não é inconstitucional, mas determina prioridades em vista de um fim.”

Por acreditar que o meu projeto, realmente, determina prioridades visando um fim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que trouxe, hoje, ao Plenário desta Casa o Edital-Geral do *Correio Braziliense* e vim lembrar o meu projeto que pretendo ressuscitar muito em breve.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Muito grato pelo cuidado com que me ouviram. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Chaga Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Instalar-se-á, domingo, na cidade de Fortaleza, capital do meu Estado, o XXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical que se pronuncia como um acontecimento da mais alta significação científica, do qual participarão eminentes pesquisadores de prestígio internacional, que desenvolvem suas profícuas atividades no continente americano.

Cometimentos dessa natureza, que nem sempre obtêm os recursos de que necessitam, pois inexistem ainda uma consciência cultural profunda em nosso País, são extraordinariamente benéficos e propiciadores de avanços no campo das ciências médicas, sobretudo pelo intercâmbio de idéias e propostas, e a discussão de temas relevantes que visam acima de tudo o bem-estar social, na busca de solução para os graves problemas de saúde.

Durante uma semana, professores universitários e cientistas de grande renome estarão debruçados sobre assuntos pertinentes às endemias e epidemias, verificando as estatísticas, os retrocessos e progressos setoriais, principalmente na área rural, a mais sensível ao aparecimento da doença de Chagas, da leishmaniose visceral e da esquistossomose, que atacam as populações mais pobres e carentes, produzindo um elevado número de vítimas todos os anos.

Entre os expositores que se ocuparão de tão importantes debates destaca-se o Dr. Joaquim Eduardo de Alencar, professor emérito da Universidade Federal do Ceará e um dos pioneiros nos estudos de Medicina Tropical no Ceará, sendo autoridade de notório saber no amplo universo dessa terrível enfermidade que é o calazar.

O douto homem de ciência receberá, segunda-feira próxima, a medalha Oswaldo Cruz, que lhe será conferida pelo Ministério da Saúde, devendo ser saudado pelo Prof. Luís Rey, Pesquisador Titular da Escola de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro — que receberá também delegação do próprio Ministro Jamil Haddad.

A homenagem é justíssima, dentro de um conclave que reunirá os maiores nomes em Medicina Tropical, com a participação de reitores de universidades, professores e pesquisadores das três Américas, que demonstrarão seu profundo respeito pela grande cultura do Dr. Joaquim Alencar, cujos trabalhos científicos se acham publicados em revistas do Brasil e do exterior. Não faz muito, os laboratórios de pesquisa

da Alemanha lhe concederam uma medalha do mais alto valor, em reconhecimento a seus invejáveis méritos, de que se orgulham todos os cearenses.

Pondo em destaque esses dois acontecimentos — o Congresso e a homenagem — manifesto meu louvor a todos cientistas que ali estarão presentes para dar ciência a todas as nações de tudo quanto se fez, até agora, com sacrifício e renúncia, em prol da defesa da saúde de milhares de pessoas humildes e necessitadas, atormentadas pelo flagelo das doenças tropicais.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com imenso prazer, nobre Senador e Médico Francisco Rollemberg.

O Sr. Francisco Rollemberg — Eminentíssimo Senador Mauro Benevides, é da maior importância este Congresso de Medicina Tropical a realizar-se em Fortaleza. Medicina Tropical foi um eufemismo criado para designar um número de doenças — hoje sabemos que são doenças da pobreza, da miséria, da falta de cuidados com a saúde pública — que apareceram nas regiões dos trópicos, zonas menos desenvolvidas do nosso planeta; foi o vírus da febre amarela, foi o calazar, doença que o Estado de V. Ex^a apresentava um índice muito grande, que é a leishmaniose visceral, a própria leishmaniose, a malária, as verminoses de uma maneira geral, as arboviroses, doenças essas, nobre Senador, que, hoje, de uma certa forma, são conhecidas e controladas graças, quase sempre, aos cientistas brasileiros que se dedicaram ao estudo dessas moléstias. O Estado de V. Ex^a tem homens que se destacaram muito — e V. Ex^a os citou agora — no conhecimento dessas doenças. Essa patologia, que foge do regionalismo do tropical, vai-se disseminar, Senador Mauro Benevides, por todo o Brasil se nós, os médicos e os cientistas brasileiros, não nos unirmos todos — e o congresso é uma oportunidade excepcional para isso — em torno de idéias, de técnicas e de práticas de saúde pública, para que possamos, se não bani-las, pelo menos controlá-las de maneira eficaz, a fim de que as regiões tropicais brasileiras e da América Latina como um todo possam oferecer uma qualidade melhor de vida aos seus habitantes. É oportuno e necessário, oportuníssimo, que o Brasil realize sempre congressos, seminários, mesas redondas e debates em torno do tema, não só para que cada um de nós possa transmitir aos outros as suas experiências particulares, mas, de uma maneira toda especial, formar homens com conhecimento da patologia dita tropical, a fim de que, atuando em todo o *interland* brasileiro, possam esses homens controlar essas moléstias. Todas elas, Sr. Senador, controláveis; todas elas possíveis de ser debeladas. Não o são ainda porque não dispomos, não só de técnicos e profissionais em número necessário, como também os Srs. Ministros da Saúde não se empenharam a fundo, no decorrer desses anos, na debelação dessas moléstias. E, agora, de uma maneira toda especial, Sr. Senador Mauro Benevides, porque o Ministério da Saúde cresceu desmesuradamente. Ele cuida das medicinas preventiva e curativa, colocando uma como parasita da outra, como um sugador de recursos. Então, o que ocorre? Ocorre que — e certamente V. Ex^a, como patrono, vai ouvir isso — não podemos controlar bem a malária, porque nos faltam recursos para a aquisição de drogas e para o saneamento básico, único meio de combater os seus depósitos naturais. O calazar pode-se curar, como a doença de Chagas, através de um controle razoável. Até se dizia sobre essa doença, numa certa ocasião, que, em vez de o Brasil comprar tanto BHC para pulverizar as casas do

campo, deveria levar para o campo o BNH, para que lá se construíssem casas de alvenaria, onde não haveria possibilidade de o *trypanosoma cruzi*, o barbeiro, alojar-se, procriar e contaminar aquelas regiões. O calazar combateu os vetores — os mosquitos, os animais silvestres —, nas periferias e nas regiões de zonas endêmicas. E o que vemos? Tínhamos dois órgãos muito interessantes, a SUCAM e o SESP, trabalhando em áreas diferentes, mas que, no fundo, constituíam a estrutura, a espinha dorsal do que era o Ministério da Saúde. Hoje, o Ministério da Saúde cuida da medicina curativa e da preventiva, e veja o que ocorre, Sr. Presidente, e é isso que me entristece. Vemos homens de grande valor, como Adib Jatene, ex-Ministro da Saúde, que se transformou no grande cobrador e pagador dos hospitais privados, porque, não tendo o Brasil uma estrutura hospitalar capaz de absorver o atendimento da sua população, tem que contratar hospitais privados. E o que significa isso? Significa que se vem sugando as verbas da medicina preventiva para pagar e manter os hospitais. Ora, Sr. Presidente, é preciso que se modifique, ou que se reestude, ou que se reformule a política nacional de saúde; que o Brasil se volte e preste mais atenção a esse congresso, ouça os médicos e os cientistas que lá vão expor suas idéias e se conscientize que é através dessas idéias, na pesquisa e na procura incessante de se fazer uma medicina preventiva bem feita, com saneamento básico, esgotos sanitários, vacinações, combate às doenças transmissíveis e às verminoses, que resolveremos um percentual altíssimo da patologia brasileira. E poderíamos, então, deslocar as nossas verbas, tão escassas, para outras áreas, como o setor de complementação alimentar, assistência materno-infantil, etc. Parabenizo V. Ex^a pela homenagem que recebe e por ter trazido, nesta manhã, a esta Casa, ao comunicar a realização desse congresso, as linhas básicas do que pretendem os médicos, cearenses e brasileiros, unidos, para, com os seus conhecimentos, tornarem este Brasil uma pátria melhor e mais saudável.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Francisco Rollemberg. V. Ex^a não interveio apenas para ilustrar o meu discurso com um aparte, mas, sim, para ministrar uma aula sobre medicina tropical, fazendo com que convergissem para essa temática as preocupações do Senador, que é V. Ex^a, e do médico, atento a essas endemias de conotação regional e que lá, no Nordeste brasileiro, sobretudo no Ceará, alcançam índices verdadeiramente angustiantes, relacionados com a doença de Chagas, com o calazar, com a leishmaniose visceral.

Enfim, esse congresso realiza-se com um prestígio discreto do Ministério da Saúde, mas sem aquela colaboração financeira indispensável a um programa mais arrojado, que garantisse a presença de cientistas renomeados, que pudessem também, ao lado daqueles que, com ingente sacrifício, estão chegando a Fortaleza, promover um debate realmente mais amplo e mais profundo, e dele resultassem exatamente aquelas conclusões que nos permitissem banir, no menor espaço de tempo possível, todas essas enfermidades do Nordeste brasileiro ou, quem sabe, do próprio mundo.

A Reitoria da Universidade Federal do Ceará vai estar colaborando de todas as formas para a realização desse conclave. O Banco do Nordeste do Brasil, através do seu Presidente, João Alves de Melo, também ofereceu um suporte de apoio a essa promoção, que vai ter realmente o seu momento áureo quando o representante do Ministro Jamil Haddad conferir ao cientista cearense, Dr. Joaquim Eduardo de Alencar, a medalha Oswaldo Cruz. Ele, que é professor emérito da Uni-

versidade Federal do Ceará e tem-se dedicado de corpo e alma a essas pesquisas, sendo citado internacionalmente como a maior autoridade em calazar.

Durante o Congresso, o professor Joaquim Eduardo de Alencar será galardoado com a medalha Oswaldo Cruz, que deve seguir nos seus oitenta anos, para que permaneça, ao invés de se entregar ao *otium cum dignitate*, atento aos microscópios, às pesquisas de campo, enfim, a tudo aquilo que possa reunir um manancial de dados e de informações para permitir o banimento, na estrutura da vida sanitária brasileira, dessas endemias que atormentam impiedosamente a nossa região.

Muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Francisco Rollemberg. É uma pena que um Senador com a sua vivência, um médico com a sua experiência, radicado também no Nordeste, no Estado de Sergipe, não possa estar ali presente para levar também a ilustração das suas intervenções para aquele conclave científico de conotação internacional.

Diria mais, Sr. Presidente, depois da intervenção do nobre Senador Francisco Rollemberg, que eventos dessa natureza, como esse ao qual acabamos de nos reportar, de magnitude e de significação social e cultural, merecem todo nosso apoio, mas, infelizmente, ao que estou informado — e disse isso, agora, ao Senador Francisco Rollemberg — foram escassos os auxílios governamentais. Mas, há tempo ainda de o Ministério da Saúde ampliar a sua participação financeira pois se trata de um certame de projeção mundial.

Por imperativo de justiça, pretendo estar presente àquele conclave para me associar às manifestações de apreço ao Dr. Joaquim Eduardo Alencar, símbolo de idealismo e de amor à humanidade, que tem posto a sua vida a serviço da ciência e do homem.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — ALuízo Bezerra — Bello Parga — Cid Sabóia de Carvalho — Dirceu Carneiro — Elcio Álvares — Flaviano Melo — Gilberto Miranda — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — José Fogaça — José Paulo Bisol — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourival Baptista — Luiz Alberto — Mansueto de Lavor — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Pedro Teixeira — Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa comunicação que será pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 4 de março de 1993..

Senhor Presidente:

Os Senadores abaixo assinados, tendo se filiado ao Partido Progressista na data de hoje, vêm pelo presente comunicar a Vossa Excelência a formação da bancada do Partido no Senado Federal e indicar como seu líder o Senador Irapuan Costa Júnior.

Sendo só para o momento, reiteramos a Vossa Excelência as expressões de nosso mais elevado apreço e consideração.

Atenciosamente, — Irapuan Costa Júnior — João França — Meira Filho — Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido irá à publicação.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1991 (nº 3.490/93, naquela Casa), que estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol profissional, parcelamento dos débitos e dá outras providências. (Dependendo de Parecer).

Nos termos do art. 140, alínea a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Bello Parga para proferir parecer sobre a matéria.

O SR. BELLO PARGA (PFL — MA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, emito parecer em plenário relativo à Comissão de Assuntos Sociais.

De autoria do ilustre Senador Ney Maranhão, o projeto sob exame tem por finalidade definir regras de contribuição dos clubes de futebol profissional e o parcelamento dos seus débitos para com o Instituto Nacional de Seguridade Social.

Ao justificar a proposição, o seu autor afirma que a inadimplência dos clubes para com o INSS "se agravou pelos erros da legislação até agora em vigor e não tem condições de ser saldada, a menos que os débitos sejam generosamente parcelados".

O projeto já foi submetido, anteriormente, à análise desta Comissão, onde recebeu parecer favorável com a apresentação de um substitutivo.

Foi, então, a proposição enviada à Câmara dos Deputados, onde, depois de ter sido examinada pelas Comissões de Educação, Cultura e Desportos; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça, foi votada pelo Plenário que aprovou substitutivo oferecido pela Comissão de Seguridade Social e Família.

A matéria retorna novamente para exame desta Comissão a fim de que sobre ela se pronuncie.

Efetivamente, são três as mudanças substanciais introduzidas pela Câmara dos Deputados. Em primeiro lugar, as entidades desportivas, de que tratam as Leis nº 5.939, de 19 de setembro de 1973 e nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, deverão continuar a recolher suas contribuições na forma estabelecida para as empresas em geral, segundo a Lei nº 8.212, de 1991, e não mais nos termos do art. 1º, deste projeto, que equipara as citadas entidades aos clubes de futebol.

Em segundo lugar, permite, ainda que excepcionalmente, o parcelamento das contribuições descontadas dos segurados empregados e não recolhidas ao INSS até a competência de outubro de 1992.

Por fim, estabelece que o não recolhimento nas épocas próprias dos valores devidos ao INSS sujeitará as Federações e Confederações ao pagamento de atualização monetária, juros e multas, na forma prevista da Lei nº 8.212, de 1991 e legislação subsequente.

As demais modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados, no texto original oferecido pelo Senado Federal,

são apenas de aperfeiçoamento redacional e não necessitam maiores comentários. Segundo nosso entendimento, o substitutivo apresentado pela Câmara Federal enriquece e aperfeiçoa a matéria de iniciativa da Casa.

Com essas alterações, o projeto cumpre sua finalidade de atender aos interesses da Previdência em aumentar sua arrecadação e em dar oportunidade aos seus devedores de renegociar os seus débitos.

Pelo exposto, somos, portanto, favoráveis ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 264/91.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto em turno único.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de ter tempo para discutir. Antes, preciso receber um estudo que pedi a um companheiro nosso.

No entanto, estou vendo que a premência do tempo me obriga discutir uma matéria sem ter sequer os avulsos. Sr. Presidente, não me recordo exatamente como é o projeto, razão pela qual, solicitei, através do meu gabinete, as informações que necessitava sobre essa matéria para lê-las aqui em regime de urgência, urgentíssima, numa leitura dinâmica. Depois, então, poderei discutir a matéria.

Pergunto a V. Exª se teríamos pelo menos uns dez a quinze minutos para ler o que vai ser discutido, enquanto V. Exª providencia a distribuição dos avulsos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Realmente, a matéria está em regime de urgência, não propriamente de urgência urgentíssima, mas da urgência prevista no art. 336, "c" do Regimento Interno.

V. Exª tem razão, os avulsos já deveriam ter chegado. A Presidência tomou a iniciativa, também, de retirar da Ordem do Dia os dois primeiros itens justamente por questão técnica.

Assim, vamos passar ao item 2, enquanto V. Exª toma conhecimento da matéria constante do item 1 da Ordem do Dia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, o problema é o mesmo. Preciso de uns dez minutos para receber as informações que solicitei porque os dois itens são referentes à Previdência.

Eu pediria a V. Exª, mesmo informalmente, que se fizesse a inversão da Ordem do Dia, para que esses dois itens fiquem em último lugar. Se for possível, porque a matéria está em regime de urgência e há o problema regimental. Pediria, também, se possível, que V. Exª suspendesse a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esclareço que a matéria está apenas em discussão.

A votação, em nenhuma hipótese, poderia se realizar nesta sessão. Aliás, só na quinta-feira.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas na quinta-feira haveria apenas o encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Perfeitamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — E hoje seria o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A discussão se encerrará se realmente chegarem os avulsos; se não chegarem, a própria discussão ficará prorrogada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Está bem. Então, solicito a V. Ex^a que me conceda os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Então ficam retirados da pauta, nos termos do art. 175, letra “e” do Regimento, os itens 1, já anunciado, e o item 2.

É o seguinte o item retirado:

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1993 (nº 3.520/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se ao Item 3:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar. (Dependendo de Pareceres.)

Nos termos do art. 140, letra “a”, do Regimento Interno, designo, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o nobre Senador Elcio Alvares para proferir parecer sobre a matéria.

O SR. ELCIO ÁLVARES (PFL — ES. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, eminentes Senadores, este parecer é assinado pelo Senador Esperidião Amin. Como Relator designado, e em virtude da importância da matéria, pois o Projeto de Resolução nº 29, de 1992, dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, vou respeitar o parecer por inteiro, e lê-lo na sua íntegra.

“De autoria do ilustre Senador Humberto Lucena, vem a exame deste Colegiado o Projeto de Resolução nº 29, de 1992, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar.”

A norma projetada prevê a designação pela Mesa, logo após eleita, de quatro de seus membros para atuarem como Corregedor e Corregedores Substitutos (art. 1º), e estabelece como competência da Corregedoria (arts. 2º a 5º): **a)** promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal; **b)** dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa; **c)** supervi-

sonar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar; **d)** fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito do Senado envolvendo Senadores; **e)** baixar, observados preceitos regimentais e orientações da Mesa, provimento no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa; **f)** — presidir — ou designar Corregedor Substituto para fazê-lo — inquérito instaurado para apurar fatos em caso de delito cometido nos edifícios do Senado e atribuído a Senador. No Artigo 5º, o Projeto dispõe sobre normas a serem observadas na condução do inquérito instaurado na hipótese da alínea “f”, supra.

Na justificação — feita oralmente, quando da apresentação do Projeto — o ilustre autor da proposição esclarece que ela é de grande importância para efeito de economia processual do Senado e “diz respeito às questões relativas aos procedimentos dos Srs. Senadores no âmbito interno do Senado Federal”. Salieta, ainda, que a proposição — a exemplo de outra, projeto de Código de Ética e Decoro Parlamentar — diga-se de passagem, ao projeto seguinte — apresentado na mesma data é rigorosamente calçado na Resolução, já em vigor, na Câmara dos Deputados. E finalizando, após lembrar fatos recentes veiculados na *Imprensa Nacional*, encarece a necessidade e a conveniência de se disciplinar a questão, instituindo-se a *corregedoria*.

A matéria de que se cuida está incluída entre aquelas de iniciativa privativa da Casa. O projeto é, pois, constitucional e, também, jurídico.

Na verdade, cuida-se de agilizar e institucionalizar regras a serem observadas na questão relativa à conduta dos Srs. Senadores no âmbito do Senado Federal, evitando-se que, a cada incidente, haja a necessidade de designação de Comissão Especial para apurar o fato. Além de agilizar o procedimento, a Resolução projetada contribuirá para manter o prestígio e o bom nome desta Casa.

Numa instituição como a nossa, onde não há hierarquia entre os seus membros, e cujos atos são constantemente alvo de crítica na imprensa, é não só conveniente, mas sobretudo necessária, a criação dessa Corregedoria, que, se já existe como função, como atribuição da Mesa, institucionalizada, crescerá em prestígio, velando pelo nome do Senado Federal.

Pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, que está redigido com boa técnica legislativa e em termos regimentais. No mérito, pela sua aprovação.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer é favorável.

Nos termos do art. 140, letra “e” do Regimento Interno, designo o nobre Senador Nabor Júnior para proferir parecer sobre a matéria em substituição à Comissão Diretora.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Resolução nº 29, de 1992, de autoria do nobre Senador Humberto Lucena, visa criar no âmbito do Senado Federal a função de Corregedor. Medida idêntica a que foi adotada pela Câmara dos Deputados, onde já está em pleno funcionamento a Corregedoria, que é exercida pelo 1º Vice-Presidente daquela Casa.

Com base no parecer que acaba de ser lido pelo Senador Elcio Alvares, da lavra do Senador Esperidião Amin, representando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa na qualidade de membro da Mesa Diretora, e

designado por V. Ex^a para proferir parecer sobre a matéria, opino favoravelmente a aprovação da mesma.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Em discussão.

O Sr. José Paulo Bisol — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Paulo Bisol, para discutir.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PSB — RS. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta idéia de criar uma corregedoria parlamentar no Senado emerge de uma experiência da Câmara e nenhum de nós alimenta qualquer dúvida a respeito do êxito da aludida experiência. Apóio integralmente a idéia, mas faço uma observação em nível de discussão: a função de corregedor é no sentido do exercício da autoridade que fiscaliza, uma função superior a muitas das funções integrativas da Mesa Diretora e o defeito do projeto que emerge, também da experiência da Câmara, está em que uma função de tamanha relevância como a do Corregedor, sai por designação do poder administrativo da Mesa e não da eleição. Quer dizer, elegemos um Presidente, elegemos um 1º Secretário, um 2º Secretário e não elegemos o Corregedor, cuja função é superior, é uma função que investe mais autoridade, é uma função que, por definição, exige independência de quem dela venha a ser investido.

Infelizmente, em virtude da rapidez dos trâmites e da conjuntura que o Senado está vivendo, não tive oportunidade de analisar tempestivamente este projeto e, assim, não ofereci a emenda que, a meu ver, mereceria a nossa discussão e a nossa consideração e, quiçá, o nosso apoio e o nosso voto.

Entendo, e é este o objetivo que tenho ao fazer este pronunciamento, que, como acontece nas instituições que tradicionalmente já dispõem dessa função de Corregedor, como por exemplo os tribunais de Justiça, essa função, pela sua significação, pela função propriamente dita, pelos poderes que vai exercer, pelo caráter fiscalizante, deve ser uma função nova que naturalmente será integrativa da Comissão Diretora, mas que deve, necessariamente, depender de uma eleição, tal como acontece relativamente aos outros cargos da Mesa. Porque só a eleição, só o voto do Plenário poderá dar ao Senador investido da função de Corregedor aquela autonomia sem a qual não se exerce, em qualquer hipótese, a corregedoria, não se faz a correção.

Sugeriria, se houvesse uma viabilidade para isso, que providenciássemos essa emenda e a discutíssemos para que o Corregedor do Senado Federal, como acontece nas instituições brasileiras que já dispõem de corregedoria, seja uma função ou cargo eletivo e não uma simples designação da Mesa. Penso que, na medida em que for apenas uma designação, o Corregedor ficará sob suspeição, sempre que se tratar de questões emergentes da atividade administrativa da Mesa. Não tendo sido eleito para a função de Corregedor ele, implicitamente, estará vinculado à Mesa e fará a corregedoria de todas as atividades do Senado, menos as atividades da Mesa.

Então a minha sugestão é para que se dê a esse cargo a sua real significação e que se transforme num cargo adicional,

um cargo a mais na Mesa e que dependa da eleição, isto é, do voto de cada um dos Srs. Senadores.

Era essa a idéia que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre Senador José Paulo Bisol, como V. Ex^a vê, trata-se de um projeto com sete artigos, e V. Ex^a, em face das ponderações que acaba de aduzir com grande fundamento e como a matéria está em fase de discussão, poderia encaminhar à Mesa as emendas que julgar devidas e oportunas. A Mesa as receberá e elas terão a tramitação prevista no Regimento Interno.

O Sr. Elcio Álvares — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Álvares, para discutir.

O SR. ELCIO ÁLVARES (PFL — ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, ouvi com atenção as ponderações do nobre Senador José Paulo Bisol. Fui o leitor da peça erigida pelo Senador Esperidião Amin e, agora, com a leitura por inteiro do Projeto de Resolução, quero endossar as palavras do Senador José Paulo Bisol porque, na verdade, a figura do Corregedor, que é uma figura bastante conhecida no Poder Judiciário, tem graves responsabilidades no exercício da sua função. Na mecânica do Poder Judiciário, o corregedor tem a sua eleição e, aqui, segundo o que se depreende do art. 1º, “a Mesa designará logo depois de eleita quatro dos seus membros efetivos como Corregedor e Corregedores substitutos”.

Então, a idéia do Senador José Paulo Bisol, que pode ser concretizada através de emenda, é efetivamente a de admitir por inteiro o projeto de resolução, que acho inteiramente válido, pois vem suprir um ponto muito importante, uma vez que não deixa de colocar o decoro e a dignidade desta Casa acima de qualquer trincamento que possa ocorrer.

Na verdade, quanto ao projeto em si, o texto em que está vazado realmente repete o projeto da Câmara dos Deputados, mas a observação do Senador Bisol é muito oportuna. Naquela Casa — penso que é este o seu procedimento —, há uma atribuição específica para um Membro da Mesa funcionar como um Corregedor. Nesse caso, no momento em que se vota para o 2º Vice-Presidente, automaticamente o candidato estaria sendo votado na condição de Corregedor. Se o Plenário se pronunciar na eleição desse corregedor, isso dará realmente ao eleito todo o respaldo da Casa para decisões que podem ser da mais alta importância, principalmente pela delicadeza da sua função, uma vez que ele será praticamente um 1º juiz do comportamento e da postura dos integrantes da Casa.

Dessa forma, Sr. Presidente, quero também me perfilhar ao lado do Senador Bisol nesse ponto, entendendo que o art. 1º do Projeto de Resolução poderia ser modificado para prever então a eleição não só do Corregedor, mas também dos Corregedores substitutos pela ordem de eleição.

O Sr. Bello Parga — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. BELLO PARGA (PFL — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocorra-me apenas lembrar ao nobre Senador José Paulo Bisol que essa observação que S. Ex^a fez, bastante justa e muito

oportuna e que esperamos seja concretizada com a apresentação da emenda, me faz refletir se isso também não implica em uma alteração no Regimento da Casa. Tenho a impressão, salvo melhor juízo, que seria este o caso, pois teríamos o acréscimo de mais um cargo ou de mais quatro cargos na composição da Mesa, de acordo com o número de Corregedor e Corregedores substitutos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Lembro que a emenda a ser oferecida pelo nobre Senador José Paulo Bisol será objeto de parecer dos relatores, que deverão também falar sobre essas emendas.

A matéria continua em discussão. (Pausa.)

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra, para discutir, ao nobre Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, como a emenda tem que ser apresentada no final da discussão, e neste momento o Senador José Paulo Bisol a está redigindo, podemos continuar a discutir a matéria.

Mas com relação aos dois primeiros itens da pauta, da minha parte, já tenho condições de expressar não o meu voto, que não seria apreciado hoje, mas que não seria necessário acrescentar nada ao que foi dito no parecer, porque a minha preocupação é a de que as matérias são do interesse do Ministério da Previdência e da Previdência, como um todo. A minha preocupação era no sentido de verificar se isso atendia também à questão da seguridade. E, embora não seja dentro de um planejamento global e, a longo prazo, medidas de maior significado para a seguridade nacional, que podem não estar inseridas no projeto, no programa da idéia da seguridade nacional, mas atendendo à necessidade do momento e à premência de tempo, para que possamos resolver essas questões, eu, da minha parte, quero dizer que não tenho mais nada a acrescentar e aceito integralmente o parecer que foi apresentado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

EMENDA DE PLENÁRIO

Oferecida ao Projeto de Resolução nº 29, de 1992, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar.

EMENDA Nº 1

“Art. 1º Fica criada a Corregedoria do Senado Federal, constituída de um Corregedor e de três Corregedores-Substitutos, os quais serão eleitos, na forma pela qual o são os demais membros da Comissão Diretora.”

Justificação

Sr. Presidente, esta idéia de criar uma corregedoria parlamentar no Senado emerge de uma experiência da Câmara e nenhum de nós alimenta qualquer dúvida a respeito do êxito da aludida experiência. Eu apoio integralmente a idéia, mas faço uma observação em nível de discussão: a função

de corregedor é no sentido do exercício da autoridade que fiscaliza, uma função superior a muitas das funções integrativas da Mesa Diretora e o defeito do projeto que emerge, também, da experiência da Câmara está em que uma função de tamanha relevância como a do Corregedor, sai por designação do poder administrativo da Mesa e não da eleição. Quer dizer, elegemos um Presidente, elegemos um 1º Secretário, um 2º Secretário e não elegemos o Corregedor, cuja função é superior, é uma função que investe mais autoridade, é uma função que, por definição, exige independência de quem dela venha a ser investido.

Infelizmente, em virtude da repidez dos trâmites e da conjuntura que o Senado está vivendo, não tive oportunidade de analisar tempestivamente este projeto e, assim, não ofereci a emenda que, a meu ver, mereceria a nossa discussão e a nossa consideração e, quiçá, o nosso apoio e o nosso voto.

Entendo, e é este o objetivo que tenho a fazer este pronunciamento, que, como acontece nas instituições que tradicionalmente já dispõem dessa função de Corregedor, como por exemplo os tribunais de Justiça, essa função, pela sua significação, pela função propriamente dita, pelos poderes que vai exercer, pelo caráter fiscalizante, deve ser uma função nova que naturalmente será integrativa da Comissão Diretora, mas que deve, necessariamente, depender de uma eleição, tal como acontece relativamente aos outros cargos da Mesa. Porque só a eleição, só o voto do Plenário poderá dar ao Senado investido da função de Corregedor aquela autonomia sem a qual não se exerce, em qualquer hipótese, a corregedoria, não se faz a correição.

Sugeriria, se houvesse uma viabilidade para isso, que providenciássemos essa emenda e a discutíssemos para que o Corregedor do Senado Federal, como acontece nas instituições brasileiras que já dispõem de corregedoria, seja uma função ou cargo eletivo e não uma simples designação da Mesa. Penso que, na medida em que for apenas uma designação, o Corregedor ficará sob suspeição, sempre que se tratar de questões emergentes da atividade administrativa da Mesa. Não tendo sido eleito para a função de Corregedor ele, implicitamente, estará vinculado à Mesa e fará a corregedoria de todas as atividades do Senado, menos as atividades da Mesa.

Então a minha sugestão é para que se dê a esse cargo a sua real significação e que se transforme num cargo adicional, um cargo a mais na Mesa e que dependa da eleição, isto é, do voto de cada um dos Srs. Senadores.

Era essa a idéia que queria colocar.

Sala das Sessões, 5 de março de 1993. — Senador José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Encerrada a discussão, fica concedido o prazo de 24h nos termos do art. 348 do Regimento Interno, para que os Srs. Relatores profiram parecer sobre a emenda que acaba de ser oferecida.

O Sr. Elcio Álvares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª tem a palavra.

O SR. ELCIO ÁLVARES (PFL — ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sem embargo do procedimento regimental, na condição de Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já estou em condições de oferecer parecer.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Mesa levou em conta não apenas a situação dos nobres Relatores, mas também o fato de a matéria, pela sua relevância, ser objeto de uma maior apreciação por parte da Casa. Mas, V. Ex^a pode proferir o parecer.

O Sr. Elcio Álvares — Já tive oportunidade de externar, durante a discussão, opinião inteiramente acorde com o Senador José Paulo Bisol.

A redação está escorreita, a emenda apresentada é perfeitamente jurídica e constitucional e neste caso, então, Sr. Presidente, sou pela aprovação da emenda do Senador José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer é favorável à emenda.

Consulta ao Senador Nabor Júnior se deseja, nesta sessão, proferir o seu parecer sobre a emenda.

O SR. NABOR JÚNIOR — Sr. Presidente, resguardo-me para apresentar parecer sobre a emenda que acaba de ser oferecida pelo Senador José Paulo Bisol dentro do prazo estabelecido por V. Ex^a, uma vez que, sendo evidente a falta de **quorum** para a votação da matéria, nós teríamos oportunidade de melhor discuti-la, inclusive com o autor do projeto, Senador Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Fica, portanto, encerrada a discussão da matéria, procedendo-se à votação na próxima sessão, quando, também, deverá ser emitido o parecer do nobre Senador Nabor Júnior sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 4:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30, DE 1992
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar. (Dependendo de Pareceres)

Nos termos do art. 140, letra "a", do Regimento Interno, designo, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o nobre Senador Elcio Álvares para proferir parecer sobre a matéria.

O SR. ELCIO ÁLVARES (PFL — ES. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, eminentes Senadores, o Projeto de Resolução nº 30 praticamente complementa o projeto anterior, que foi objeto de discussão, está dependendo agora do voto do eminente Senador Nabor Júnior, dispondo sobre a instituição da Corregedoria do Senado.

Pretendo ler, também, em homenagem ao autor do projeto, que é o Senador Humberto Lucena, coincidentemente hoje Presidente da nossa Casa, porque considero a matéria da mais alta importância justamente no momento em que o Senado da República, assim como a Câmara dos Deputados perseguem com muita dedicação o sentido de prestar aos seus trabalhos a maior dignidade possível.

"O presente projeto de resolução de autoria do nobre Senador Humberto Lucena objetiva instituir o Código de Ética e Decoro Parlamentar, estabelecendo no seu art. 1º que, no exercício do seu mandato, o Senador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujei-

tando-se aos procedimentos e medidas disciplinares nele previstos.

O art. 2º relaciona quais os deveres fundamentais do Senador, e o Capítulo II versa sobre as vedações constitucionais durante o exercício do mandato, reportando-se ao art. 54 da Carta Magna.

Os Capítulos seguintes tratam, respectivamente, dos "atos contrários à ética e ao decoro parlamentar", "das declarações públicas e obrigatórias", "das medidas disciplinares", "do processo disciplinar" e "do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar".

A iniciativa está em plena consonância com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais. Louvável, ainda, quanto ao mérito, pois busca preservar a imagem do Congresso Nacional, através do estabelecimento de regras de conduta a serem seguidas pelos parlamentares.

Infelizmente, o Congresso Nacional, como um todo, tem recebido as mais contundentes críticas da sociedade e da imprensa, críticas essas baseadas nos equívocos cometidos por alguns de seus membros que, inescrupulosamente, denigram o nome da instituição. Essa generalização que prejudica a imagem do Parlamento justamente no momento em que se faz necessário fortalecê-lo, já que a ele compete o dever de intervir de várias formas em todos os estágios do processo político, precisa ser evitada, para que o Congresso possa preservar, honrosamente, sua condição de agente limitador dos atos do Poder Executivo, de acordo com o sistema de freios e contrapesos já há muito consagrado pelo Estado de Direito.

A oportunidade do projeto se verifica, sobretudo, em razão do momento crítico por que passa o País, momento este em que o Parlamento necessita resgatar sua imagem perante a opinião pública brasileira, apurando e punindo os atos contrários à ética por parte dos seus Membros.

Estas as razões que nos levam a opinar pela aprovação da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Srs. Senadores, pediria a atenção de V. Ex^a para o **capítulo** art. 23 do projeto, onde se lê o seguinte:

"O Conselho será constituído por 15 membros titulares e igual número de suplentes eleitos para mandatos de 1 ano, observando quanto possível o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares não representados:

O parecer do nobre Senador Elcio Álvares é favorável.

Nos termos do art 140, letra a003 "a" do Regimento Interno, em substituição à

Comissão Diretora, designo o nobre Senador Nabor Júnior para proferir parecer sobre a matéria.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores conforme foi dito pelo Relator, esse projeto de autoria do Senador Humberto Lucena complementa o projeto anterior, que cria a Corregedoria no âmbito do Senado Federal. Visa, inclusive, a criação de um conselho de ética, a ser eleito pelos integrantes do Plenário, com 15 Srs. Senadores.

A matéria é da maior importância e da maior oportunidade, tendo em vista o propósito do Congresso Nacional de exercer as suas atividades parlamentares dentro da maior transparência.

Baseado no parecer que acaba de ser lido pelo Senador Elcio Álvares, de autoria do Senador Esperidião Amin, no

âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, opino pela aprovação do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 5:**

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993 (nº 48/91, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional), tendo

Pareceres sob nºs 25 e 34, de 1993, da Comissão

— De Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre a Proposta), favorável; 2º pronunciamento (sobre as Emendas), contrário. (2ª sessão de discussão).

Em obediência ao disposto no art. 363 do Regimento Interno, transcorre hoje, portanto, o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta e apresentação de emendas de redação, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Discussão, pois, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria na sessão de hoje, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores não vamos voltar aos itens 1 e 2?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Não. Esses itens foram retirados justamente porque não haviam chegado os avulsos e em obediência ao que prescreve o Regimento Interno. Mais uma vez o Senado agradece a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores ontem, juntamente com os Senadores Meira Filho, João França e Irapuan Costa Júnior, filiei-me ao Partido Progressista, PP, quando proferi o discurso que agora passo a ler perante o Senado Federal.

Pode parecer estranho que eu, que tenho declarado guerra, em vários discursos, artigos e conferências, desde que ingressei nesta Casa, à ciranda do entra e sai dos partidos políticos, seja agora um daqueles que abandona o seu partido, o PDT, de que era presidente no Distrito Federal, para ingressar em outro partido, o PP, como simples filiado.

O que pode parecer uma profunda contradição é, muito pelo contrário, uma prova de coerência com os grandes princípios, as grandes linhas que venho seguindo e pregando.

Pioneiro que sou, desde a construção de Brasília; pioneiro que sou de sua organização política, aqui fiz amigos e companheiros de jornada no PDT.

Se antes de 1980, bem antes, antes mesmo de 1960, o jornalismo e a política me interessavam como **hobby** e como **profissão**, de 1980 para cá passei a interessar-me vivamente pelos estudos da política, como arte e como ciência prática, assim definida pelos politicólogos.

Observador da crise político-partidária, em seus mínimos detalhes, setorizadas pelos vários partidos, dirigidos por seus vários líderes, tudo dentro da desordem jurídica em que vivemos há muitos anos, cheguei à conclusão de que toda a crise partidária que vivemos pode ser sintetizada na guerra que se trava, dentro dos partidos, entre a Ditadura real e a Democracia possível.

As leis, a jurisprudência e os estatutos dos partidos possibilitam que nuns partidos viceje a democracia; e em outros, a ditadura.

O Sr. Irapuan Costa Júnior — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Com muito prazer, nobre Líder, Senador Irapuan Costa Júnior.

O Sr. Irapuan Costa Júnior — Foi com muita emoção, no dia de ontem, que, juntamente com V. Exª, filiei-me ao Partido Progressista. Tendo sido V. Exª o primeiro orador na cerimônia de filiação, acompanhei, com muita atenção, as palavras por V. Exª proferidas, identificando-me inteiramente com as mesmas. Entendi o drama de um Senador da sua estatura, que se sentia tolhido pelo pouco espaço que tinha para exercer com plenitude a sua função, e esse era o mesmo problema que eu vivia. A emoção foi maior por sentir que, naquele momento, ingressávamos numa agremiação partidária para a qual poderíamos dar todo nosso potencial para auxiliar, ainda minimamente que fosse, na solução dos problemas tão graves que o País vem vivendo. Neste momento em que V. Exª faz essa comunicação na tribuna do Senado, quero dizer-lhe da grande alegria que senti em, juntos, podermos trilhar esse novo caminho, que é de muita esperança. Senti-me lisonjeado com a escolha do meu nome para a liderança do Partido. Aproveito a oportunidade deste aparte para dizer-lhe que procurarei desempenhar essa função na mais perfeita concordância com o pensamento da Bancada, que tem V. Exª como exemplo de discernimento, capacidade e muita competência. Trabalharemos, tenho certeza, com muito entusiasmo, com muita disposição para que o Partido cresça e para que os problemas brasileiros sejam resolvidos. Muito obrigado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Eu é que agradeço e fico muito feliz por V. Exª ter captado o sentido exato da minha filiação ao Partido Progressista. Na realidade, eu não estava preocupado com o lugar para onde eu iria, mas eu pretendia oxigenar a minha liberdade com responsabilidade, com seriedade e, com a minha própria face, adaptar a minha personalidade às circunstâncias e conjuntura, dentro de uma liderança séria responsável, mas que não fosse uma "cunhada de Dâmocles" sobre o pescoço, porque, a essas alturas, é melhor optar-mos pela liberdade e dignidade. Fico muito feliz por compor um partido que vem trazendo à sua liderança um homem da sua estatura, do seu passado político, de relevantes trabalhos prestados ao seu Estado, ao País e, em especial, ao Senado Federal.

O Sr. Elcio Álvares — Senador Pedro Teixeira, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Com muito prazer, Senador Elcio Álvares.

O Sr. Elcio Álvares — No momento em que V. Exª faz esta comunicação do seu ingresso no Partido Progressista e anuncia já a escolha do nobre Senador Irapuan Costa Júnior para a liderança desse Partido na Casa, quero manifestar a V. Exª, que é o orador no momento, e também ao Senador Irapuan Costa Júnior os meus cumprimentos e homenagens, porque neste instante surge uma nova sigla dentro desta Casa: o Partido Progressista. Está V. Exª justificando a sua posição, e é natural que aqueles que acompanham de perto o processo político, que líderes do seu valor tenham opções como essas, que balizam seu comportamento parlamentar. Da mesma maneira, a atuação do Senador Irapuan Costa Júnior, que exerce forte liderança em seu Estado, é significativo para a formação da nova Legenda, permitindo a abertura de novos espaços políticos. Trata-se de um importante fato o surgimento, nesta Casa, do Partido Progressista. Tenho certeza de que o PP, pela estatura dos seus integrantes, vai honrar sobremaneira a tradição partidária desta Casa e do País, já que suas propostas estão inteiramente identificadas com a realidade política, social e econômica do País. Cumprimento, portanto, V. Exª, rejubilando-me por constatar que a Liderança do Partido nesta Casa será exercitada por um Senador de escol, o nobre Irapuan Costa Júnior. Parabéns a V. Exª e ao Senador Irapuan Costa Júnior.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Agradecemos a interferência e os honrosos conceitos emitidos por V. Exª. Podemos afirmar que todos os esforços serão envidados no sentido de corresponder às balizas aqui preconizadas.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as leis, a jurisprudência e os estatutos dos partidos possibilitam que, num partido, viceje a democracia e, em outros, vigore a ditadura, tudo por obra e graça de suas diversas lideranças partidárias. Em alguns partidos, seus grandes chefes são tudo, e os filiados um zero à esquerda. Em outros, os filiados — a chamada base partidária — são a origem da legitimidade do poder político.

Por isso, fundamentalmente por isso, acabei por decidir-me ingressar nas hostes do PP, como simples filiado, tendo plena certeza de que a cidadania, a igualdade dos direitos políticos serão respeitadas, tanto se trate do presidente do partido, quanto se trate de um simples filiado.

Tenho acompanhado, pelos jornais e revistas, a história de nossos políticos, o seu modo de pensar e de agir. Tenho a pretensão de lhes conhecer as idéias e tendências. E foi

por isso que, de algum tempo para cá, percebendo as mudanças que se processavam e se processam em nossas instituições, achei que era hora de ir procurando o meu lugar certo, na hora certa — político que sou — de ficar definitivamente no Partido com que mais se afinam as minhas idéias, minha concepção do mundo, das instituições e do homem.

Embora tenha grande número de amigos, no PDT; embora admire, e muito, muitos de seus líderes; embora nele encontre algumas de minhas idéias, não é nele que encontro plena satisfação de minha vocação política. Achei que era chegada a hora de buscar novos rumos, e me aproximei primeiro de Joaquim Roriz, que sempre admirei, como político, como administrador, como homem de ação, em tudo mais condizente com o meu eu. Nele vi, desde que o passei a observar, que era talhado para vós mais altos nestas horas em que o Brasil se apequena a ponto de começar a envergonhar-nos.

E qual não foi a minha enorme satisfação quando o vi aproximar-se de Álvaro Dias, aquele que, por primeiro, pregou a democratização dentro dos partidos políticos, quando, em sua campanha, defendia sempre o culto ao poder das bases políticas, quando sustentou o modo de escolha de candidatos através de prévias eleitorais, desde as bases.

Tudo isto é justamente o fulcro de minhas idéias políticas, que venho pregando em meus discursos no Senado desde que assumi minha cadeira.

Daqui para frente, no Senado e no PP, lutarei por minhas idéias, que são as de Joaquim Roriz e de Álvaro Dias, que assim podem ser sintetizadas:

No Cosmo partidário, todo poder vem do filiado, e em seu nome será exercido. Contra a ditadura nos partidos, o desafio da democracia interna. Partidos abertos. Direito líquido e certo de todos os filiados se candidatarem, obedecidas as normas partidárias. Sistema distrital e escolha dos candidatos por prévias em Colégios Eleitorais de que façam parte todos os filiados. Adoção desses princípios, desde o Estatuto do Partido, para depois procurar levá-los à altura das normas legais e constitucionais.

Com estes princípios nas mãos, desde já, prioritariamente, imediatamente implantados, sem esperar mais nada, nosso partido se tornará tão forte, de Norte a Sul, de Leste a Oeste do Brasil, que fará a maioria, nas Câmaras Legislativas, desde os municípios, levando nosso candidato, sem nenhuma dúvida, à Presidência da República.

É isso que o Brasil espera de nós.

É isso o que realizaremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PEDRO TEIXEIRA EM SEU DISCURSO:

SIGLA PP		NOME PEDRO HENRIQUE TEIXEIRA		DATA DE NASCIMENTO 04.11.36
VIA	ZONA ELEITORAL 001	MUNICÍPIO E ESTADO ALÉM PARAÍBA - MG		SEÇÃO 19ª
FICHA DE FILIAÇÃO PARTIDARIA		Nº DO TÍTULO	NATURALIDADE ALÉM PARAÍBA - MG	ESTADO CIVIL CASADO
NOME DO PARTIDO PARTIDO PROGRESSISTA		FILIÇÃO PAI JOSÉ JACINTO TEIXEIRA JUNIOR MÃE NELY BARBOSA TEIXEIRA		
		PROFISSÃO OF. CARTÓRIO IMOVEIS	RESIDÊNCIA SOS 309 Bloco C ap. 602	
		ASSINATURA DO ELEITOR FILIADO <i>[Assinatura]</i>		
		ABONADOR DA ASSINATURA <i>[Assinatura]</i>		
		Nº DA INSC. NO PARTIDO	DATA DO INSC. NO PARTIDO	
		VISTO: JUIZ ELEITORAL		

Durante o Discurso do Sr. Pedro Teixeira, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lavoisier Maia.

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

S. Exª não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Irapuan Costa Júnior.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive oportunidade de ler, numa revista de circulação nacional, algumas considerações feitas por um Embaixador aposentado em relação ao eminente Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso. No artigo, o Embaixador tece críticas a uma declaração recente do Ministro sugerindo maior aproximação entre o Brasil e as Nações asiáticas, em particular aquelas que se vêm projetando através de um vigoroso processo de desenvolvimento econômico.

O autor das críticas demonstra, em suas palavras, um grande preconceito contra o Chanceler e os companheiros que servem ou serviram nessas nações mais adiantadas do mundo, no circuito que se convencionou, com um pouco de ironia, denominar Elizabeth Arden, ou seja, nas embaixadas situadas em Paris, em New York e em Londres. Constatei, através da reportagem, que o autor da entrevista nutre um imenso preconceito em relação aos empresários, que, no seu entender, devem ser mantidos à margem do processo diplomático brasileiro.

Quero, antes de mais nada, manifestar solidariedade ao Chanceler Fernando Henrique Cardoso, que sempre demonstrou discernimento e capacidade para entender os problemas brasileiros e procurar equacioná-los. Sem dúvida nenhuma, é um dos mais atuantes Ministros do atual Governo.

Por ter exercido, nos últimos dois anos, a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu gostaria de fazer alguns reparos às idéias que o Embaixador manifesta.

S. Exª julga que o serviço diplomático deve estar completamente à parte da questão empresarial brasileira. Isso não é verdade em nenhum país do mundo. O desenvolvimento empresarial faz parte do desenvolvimento de qualquer nação. Se os empresários brasileiros não contarem com cobertura diplomática, não se poderão projetar fora das fronteiras brasileiras, porque, em cada concorrência internacional, em cada segmento do comércio internacional está sempre o serviço diplomático das nações a proteger os seus nacionais. As grandes empresas brasileiras que venceram concorrências para a construção de grandes hidrelétricas, de grandes estradas e outras obras fora do País possivelmente não o teriam conseguido se não tivessem a proteção do Itamaraty. De resto, trata-se de um Ministério extremamente profissional, cujos quadros são compostos dos homens mais sérios e preparados do serviço público brasileiro.

Julgo que essa visão do Embaixador é bastante arcaica, bastante preconceituosa talvez, até pela sua própria formação ideológica. A ironia que usa também lhe poderia ser aplicada, pois à época em que ocupava a chefia da nossa missão diplomática em Havana, era considerado em vez de um embaixador brasileiro em Cuba, um cubano em Cuba!

Essa visão ideológica, contudo, desapareceu. Não só o Embaixador mas também o próprio regime que ele defendeu é hoje aposentado no mundo, exceto, talvez, na ilha de Cuba. Quero até creditar essas declarações tão infelizes do Embaixador à sua decepção com o desmoronamento, por todo o mundo, de tudo aquilo que ele defendeu ao longo de sua vida.

Eram essas as minhas declarações, que são principalmente de apoio ao Chanceler Fernando Henrique Cardoso pelo grande trabalho que vem realizando à frente do Itamaraty.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Irapuan Costa Júnior o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando de sua recente visita ao Acre, com o objetivo de acompanhar as providências visando à recaptura dos assassinos de Chico Mendes, o Ministro Maurício Corrêa, da Justiça, teve a oportunidade de tomar ciência de outro sério problema, que lhe foi levado por um dos integrantes da Comissão Especial constituída pela Assembléia Legislativa para examinar a situação dos brasileiros que vivem e trabalham nos seringais da Bolívia, e dele S. Ex^a recebeu um relatório dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão. No documento, relatam-se os contactos mantidos com as autoridades dos municípios acreanos que fazem fronteiras com aquele país, especificamente Brasiléia e Epitaciolândia, bem como os entendimentos que entabularam com a comunidade e os administradores do Departamento de Pando, da cidade boliviana de Cobija.

O problema dos brasileiros empregados nos seringais da Bolívia vem sendo objeto de inúmeras denúncias, partidas de expressivos membros da sociedade acreana e, até mesmo, de Dom Moacir Grecchi, Bispo de Rio Branco — que criou, inclusive, uma comissão pastoral para apurar as graves notícias que chegam daquele país.

O drama atinge e angustia um contingente de, aproximadamente, 15 mil brasileiros, tângido de suas terras para um ilusório futuro melhor na Bolívia. O Ministro da Justiça foi cientificado da situação e de suas causas, sendo que a principal delas é a extinção dos nossos próprios seringais nativos. Mas ficou particularmente preocupado com outra informação, a de que os brasileiros que atravessaram as fronteiras e foram para a Bolívia vivem em estado de escravidão, ali, privados dos mais elementares e indispensáveis direitos, como previdência social, assistência médico-hospitalar, escola para os filhos — e não conseguem fugir às dívidas que aumentam desmesuradamente, em consequência de impostos escorchantes e rendas de ocupação das chamadas “estradas” dos seringais, que vão muito além de sua capacidade de pagamento.

O Ministro da Justiça, nosso nobre e estimado Colega Senador Maurício Corrêa, trouxe o documento para Brasília e se comprometeu a encaminhar cópia ao Itamaraty, para que o Chanceler Fernando Henrique Cardoso também trabalhe no sentido de resolver essa grave situação.

Para conhecimento da Casa e da Nação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, passarei a ler tópicos fundamentais do relatório citado, que é extenso e minucioso, cujo inteiro teor peço à Mesa que mande publicar como apêndice ao presente discurso.

O Relator, Deputado Sérgio Taboada, representante do PC do B na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, afirma:

“Não podemos analisar ou propor soluções ao problema em debate sem levarmos em conta que a decadência do extrativismo coloca a Amazônia numa “encruzilhada histórica”. Ou se rompe com as atuais condições políticas, econômicas, sociais e culturais que relegam o povo da floresta à miséria e à ignorância e que ensejam o chamado “trabalho escravo” a milhares de homens e mulheres, buscando alternativas de desenvolvimento e respeito ao meio-ambiente ou trilha-se de vez o caminho da irracionalidade e destruição de suas riquezas. O fato é que o impasse não pode mais continuar. O seringueiro permanece resistindo, mesmo que isolado à mercê da exploração quase que absoluta. Faz-se necessário o debate amplo, saudável e desapaixonado sobre as alternativas para a Região, que leve em conta a vida das suas populações e suas necessidades, como a implantação de reservas extrativistas, entre outras.

No caso específico do Estado do Acre, a situação pode ser denominada de calamidade pública e de emergência. Os efeitos da decadência do extrativismo são devastadores, já que tradicionalmente sua economia sempre teve participação amplamente majoritária nesta atividade. Para se ter uma idéia, a produção de borracha e castanha, no período de 1970 a 1989, cresceu 74,9% e 83% respectivamente. Embora não se disponha de estatísticas mais recentes e completas, no ano de 1987 a participação percentual do Acre na produção de borracha natural brasileira foi de 58%. Isto não impediu que houvesse uma redução significativa da população, que vivia desta atividade, de 59,8%, em 1960, para 25,8%, em 1980, conforme o Censo Agropecuário.

Predomina em todo o Estado, nos seringais do Juruá, como em Tarauacá, Feijó até os do Vale do Acre, como Manuel Urbano, Sena Madureira, Brasiléia, relações econômicas e sociais que lembram a Idade Média e o Feudalismo.

A ignorância, a falta de informação, documentação, o pagamento da renda o isolamento transformam o seringueiro em presa fácil da dura realidade vivida pelos seringais. A perda de competitividade no mercado, os entraves colocados pelas multinacionais para a compra da borracha produzida em seringais nativos abarrotam as usinas, lançando uma nuvem de fumaça tão negra como a das queimadas sobre a região.

Ora, esses fatores são determinantes na compreensão da problemática levantada por este relatório. A origem e a vida do brasileiro em território boliviano estão ligadas diretamente à problemática amazônica. Lá, basicamente, a Comissão encontrou a mesma situação. A comercialização da borracha e da castanha é feita aos mesmos preços vigentes nos seringais acreanos, por seus rios é transportada e atinge os mesmos mercados.

Há, da mesma forma, isolamento, altos preços das mercadorias, falta de ações de saúde e educação, o que agrava a situação e deixa sérios questionamentos quanto ao desdobramento dos acontecimentos e a insegurança da presença em solo estrangeiro.

Apesar de no momento não haver uma política hostil, por parte do governo boliviano, à presença dos brasileiros em seu território, naquelas paragens, vive-se sempre na incerteza do amanhã.

Sem entrar no mérito da questão em face da sua complexidade, percebemos, no contato com as autoridades bolivianas, que aquele governo tem uma política em definição e

implantação para a Amazônia boliviana, visando a ocupação, o desenvolvimento da fronteira com o Brasil.

Não é novidade as chamadas Zonas de Livre Comércio, em Cobija e Monte Vidéo, em Plácido de Castro, os projetos agrícolas em Pervenir, Porto Rico, bem como a ligação das estradas trafegáveis com o sul da Bolívia, o que já favorece a chegada de "sulistas" bolivianos para a região.

Embora seja garantida pelas autoridades do país vizinho que nenhuma solução se dará à fronteira sem levar em conta os seringueiros brasileiros, em busca de soluções é imediata, inclusive frente à probabilidade do processo de desenvolvimento desencadeado pelos bolivianos vir a se assemelhar, em alguns aspectos, ao ocorrido no Acre na década de 70. As conseqüências seriam trágicas, transformando a fronteira e suas cidades; principalmente as acreanas, em verdadeiros barris de pólvoras e em autênticos campos de refugiados, que, certamente, resultariam em hostilidade entre os dois países.

Um processo de abandono ou expulsão dos seringais bolivianos terá a tendência natural de migração para terras acreanas, em virtude da maioria de seringueiros lá existentes terem sua origem no Acre, conforme descrito no início deste relatório.

A situação exige medidas práticas e urgentes por parte dos governos dos países envolvidos. O Governo federal brasileiro não pode mais desconhecer a questão. Faz-se necessário uma política para a Amazônia e, no caso, para a região fronteira com a Bolívia, que trate do problema dos "brasílios". Essa política deve passar pelo debate junto às comunidades afetadas, às lideranças regionais e deve ser desenvolvidas dentro das possibilidades conjuntamente pelo Brasil e Bolívia.

A Comissão Especial, no dia 03 de dezembro, visitou o Sr. Governador do Acre, Romildo Magalhães da Silva, apresentando preliminarmente suas impressões sobre a situação, ao tempo em que comunicou o interesse das autoridades de Pando no sentido de incrementar intercâmbio.

O Governador, acompanhado do Chefe do Gabinete Civil, o Sr. Emílio Assmar, concordou com essa necessidade e garantiu seu empenho em realizar reuniões bilaterais.

Finalizamos este relatório com algumas sugestões a serem adotadas:

1 — realização de censo imediato, levantando quantidade de habitantes, origens, região ocupada e outros dados necessários à análise do problema;

2 — definição de política para a Região Amazônica que contemple a pesquisa científica, a participação de suas populações, o seu desenvolvimento e o respeito ao meio ambiente;

3 — retorno, por 15 anos, dos subsídios à compra de borracha nativa, castanha e outros produtos da floresta, implementação das quotas destes produtos, enquanto se encontra alternativa para a região;

4 — política emergencial para a fronteira, com recuperação de estradas vicinais, crédito agrícola, bem como ações nas áreas de saúde e educação;

5 — regularização imediata da documentação dos brasileiros residentes na Bolívia;

6 — negociação com o Governo boliviano da taxa de estrangeira, através de tratado específico;

7 — extensão aos seringueiros brasileiros na Bolívia de direitos sociais, como aposentadoria do Funrural, e do soldado da borracha, entre outros;

8 — criação das zonas de livre comércio nos Municípios de Brasiléia e Epitaciolândia, orientada sobretudo para exploração de atividades agroindustriais;

9 — política social de informação específica, através das rádios fronteiriças e Difusora Acreana;

10 — aparelhamento técnico e material do Vice-consulado brasileiro em Cobija;

11 — realização de reuniões bilaterais Acre-Pando, com objetivo de aumentar o intercâmbio econômico e cultural, bem como buscar soluções conjuntas para os problemas da fronteira;

12 — encaminhamento deste relatório aos órgãos federais pertinentes e ao Congresso Nacional, com o devido acompanhamento das autoridades estaduais e desta Comissão.

Este é o relatório que está assinado pelos membros: Deputado Sérgio Taboada, do PC do B, Relator; Deputado Manoel Machado, do PDS, Presidente; Deputado Adalberto Ferreira, do PMDB, Vice-Presidente; Deputado Osmarino Amâncio, do PT; Deputado Armando do Salvatierra, do PDS; e Deputado Nelson Bezerra, do Bloco Liberal Independente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como se verifica, a situação desses brasileiros que ocupam os seringais da Bolívia, na fronteira com o Acre, é muito difícil porque eles não são reconhecidos pelo Governo boliviano. Eles não se naturalizaram nem puderam fazê-lo, de acordo com as leis bolivianas, porque eles também não têm uma fixação permanente naquelas áreas. Eles não podem ser proprietários de áreas de terra na fronteira com a Bolívia porque a Constituição boliviana proíbe que estrangeiros adquiram terras na área de fronteira no perímetro de 50 quilômetros.

Então, esses brasileiros estão ali pagando impostos às autoridades bolivianas, e nem muitas vezes estão credenciadas para arrecadar esses impostos. Qualquer cidadão se arvora o direito de chegar o seringueiro brasileiro e cobrar o imposto e esse imposto não é repassado ao Fisco do Departamento Pando ou até mesmo naquele país fronteiriço.

Diante desse quadro bastante crítico e que está, realmente, despertando uma enorme revolta das autoridades acreanas, encaminhamos esse relatório à apreciação do Ministro das Relações Exteriores, Senador Fernando Henrique Cardoso, ao mesmo tempo em que esperamos que o Ministro da Justiça, Senador Maurício Corrêa, também desenvolva gestões no sentido de resolver a situação desses brasileiros que se encontram na Bolívia.

Alguns admitem que são 15 mil e outros até 20 mil ou 30 mil brasileiros que estão em situação irregular na Bolívia, sem o amparo das autoridades bolivianas e também das autoridades brasileiras.

O Sr. Aluízio Bezerra — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Nabor Júnior?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer concedo o aparte ao nobre Senador Aluízio Bezerra.

O Sr. Aluízio Bezerra — Nobre Senador Nabor Júnior, V. Ex^a toca em um ponto importantíssimo da nossa região — o qual vem de longa data, conforme expõe e comenta no relatório da Assembléia Legislativa — que é a situação da nossa população na fronteira do Brasil com a Bolívia e que, de resto, acontece de maneira semelhante na fronteira do Brasil com o Peru. No primeiro caso, entretanto, o problema é crucial, conforme espelham com muita propriedade o relatório e o comentário que V. Ex^a faz. Gostaria de ressaltar, neste aparte, o que diz o relatório dos Deputados da Assem-

bléia Legislativa, preocupados com a solução dos problemas fronteiriços da nossa população e da boliviana, na área amazônica, questão que buscamos, durante o seu governo, num trabalho conjunto com V. Ex^a, resolver através da discussão em torno de uma idéia, que era o projeto macrorregional fronteiriço. Esse relatório retrata uma situação para cuja realidade a discussão, encaminhada durante o seu governo, com a nossa participação, estava devidamente apropriada. Através de um trabalho de desenvolvimento regional, denominado Macro Regional Fronteiriço, onde toda a comunidade participou através dos órgãos sindicais, empresariais e governamentais, tanto a nível estadual como federal, além das universidades, todos reunidos sob a coordenação do Governo, chefiado por V. Ex^a, foram elaborados relatórios conclusivos para a solução do problema, tendo por base o desenvolvimento regional, compreendendo as áreas do Brasil e Bolívia, através do Estado do Acre e do Departamento de Pando, cuja capital regional é a cidade de Cubijas. Esse trabalho é exatamente para tentar resolver os problemas das populações brasileiras e bolivianas que sofrem as mesmas vicissitudes. Esses estudos foram os últimos elaborados e também os mais desenvolvidos, e se encontram nas mãos do Itamaraty. O relatório leva a conclusões a partir das propostas levantadas, visando ao desenvolvimento regional; e das proposições contidas no Projeto Macro Regional do Desenvolvimento Fronteiriço, buscando a cooperação dos Governos brasileiro e boliviano, tanto a nível estadual como federal. Essa solução buscava justamente, através das infra-estruturas do Brasil e da Bolívia, dar uma solução aos problemas sociais existentes em nossas fronteiras. Essa solução também é válida para outras questões fronteiriças na longa fronteira que o Brasil possui com outros países. Queria ressaltar, neste instante, que o relatório aborda a criação da área de livre comércio, que vem justamente a prestigiar o projeto da Deputada Zila Bezerra e do Senador Odacir Soares, que foi aprovado, visando a beneficiar justamente as áreas fronteiriças, compreendendo Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil, na fronteira com a Bolívia. V. Ex^a participou das negociações diretamente com o Presidente da República — e nós também —, visando ao aperfeiçoamento desse mecanismo, que vai muito ao encontro da reivindicação formulada no relatório final da Assembléia Legislativa, o mesmo se dando com relação a Cruzeiro do Sul e Manso Lima. Parabênzo V. Ex^a pelo pronunciamento que faz neste instante, trazendo o relatório da Assembléia Legislativa. Aproveito esta oportunidade também para levar todo o nosso reconhecimento aos nossos Deputados estaduais, tão preocupados na solução desse problema. V. Ex^a, ao comentar esse relatório, o faz com muita propriedade e com autoridade pelo fato justamente de ter sido feito, no Governo do PMDB, dirigido por V. Ex^a, um trabalho conjunto, do qual participei ativamente ao lado de V. Ex^a, em que tratamos dessa questão. Provavelmente, estão oram levantadas nesse relatório. Parabênzo V. Ex^a, portanto, pelo comentário que faz, ressaltando problemas da mais alta envergadura, que são os problemas sociais fronteiriços, desconhecidos, muitas vezes, pelos poderes centrais do nosso País.

O SR. NABOR JÚNIOR — O aparte de V. Ex^a foi muito oportuno e veio complementar minha argumentação, no sentido de que as autoridades brasileiras desenvolvam gestões para resolver esse problema, vividos por milhares de patricios que se encontram em situação irregular na Bolívia. O Ministério das Relações Exteriores deve assumir sua parte, pois é obrigação do Governo dar proteção aos cidadãos brasileiros onde quer que eles se encontrem — tanto no Primeiro Mundo

europeu e norte-americano quanto nos vizinhos subdesenvolvidos da América Latina.

Para citarmos apenas o caso mais notório, os Estados Unidos determinam a evacuação imediata de seus cidadãos sempre que, em qualquer área do Mundo, existam conflitos que lhes ameacem a segurança. É o melhor exemplo de preocupação extra-fronteiras para dar integral cumprimento aos princípios da nacionalidade.

Da mesma forma, os brasileiros que sofrem condições abjetas na Bolívia carecem de uma ação imediata do Itamaraty junto às autoridades daquele país, para minorá-las, embora sabendo que as causas primeiras estão aqui mesmo, dentro de nossas fronteiras, e derivam de problemas exaustivamente denunciados, inclusive nesta tribuna, todos eles ligados à falência da economia da borracha, que não tem garantia de preço, não tem garantia de financiamento, não tem garantia de comercialização.

As indústrias, que deveriam absorver a safra de látex da Amazônia, como ocorreu nos últimos 40 anos, deixaram de fazê-lo em favor do produto originário da Malásia. Com isso, as áreas nativas de extração, até mesmo aquelas situadas em regiões vizinhas ao Brasil porém exploradas por brasileiros, essas áreas enfrentam o problema do escoamento e da colocação do produto, que antes era transportado pelo rio Acre até as praças e Belém, Manaus e até São Paulo. As tabelas da borracha vegetal estão abaixo de um terço de valor histórico real: os produtores recebem cerca de Cr\$3 mil por quilo, quando, se tivessem ocorrido apenas os reajustes periódicos aplicados a outros produtos, seu valor teria subido para mais de Cr\$10 mil, nos últimos três anos; esta, inclusive, foi a majoração real dos custos de produção e de sobrevivência pessoal dos seringueiros e dos seringalistas.

O nó da questão, entretanto, está mesmo na falta de mercado, o estrangulamento deliberado a que os heveicultores nacionais foram submetidos no Governo passado e que o atual ainda não corrigiu — e a fuga de seringueiros brasileiros para a Bolívia é apenas mais uma frustração, uma ilusão, um ato desperado de quem não encontra apoio em seu desejo de trabalhar pela grandeza do País.

O Sr. Aluizio Bezerra — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Aluizio Bezerra — Nobre Senador Nabor Júnior, é importante o pronunciamento que V. Ex^a faz por trazer ao conhecimento da opinião pública as decorrências dessa crise existente na área extrativista da Amazônia, sobretudo no Acre, que é o Estado com a maior produção de borracha da região. A situação do seringueiro, da população que participa da produção de borracha, hoje, na nossa região — cujo número existente, segundo levantamento feito pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, é, ao todo, de um milhão — é a pior possível. E, justamente, a região boliviana, que participava da mesma área geoeconômica, na produção de borracha — cujo escoamento se dava pelo lado brasileiro, e é a razão de os brasileiros estarem lá, também produzindo borracha, até porque a mão-de-obra brasileira na produção de borracha é mais desenvolvida do que a dos próprios bolivianos, motivo pelo qual os brasileiros entraram na Bolívia no mesmo mercado da produção de borracha —, encontra-se hoje em situação miserável, mais propriamente em situação de miséria absoluta. A borracha nem preço tem mais, e isso está ocorrendo porque ela não está sendo comprada, já que a indústria de

pneumáticos, através da Firestone, da Goodyear, da Pirelli e da Michelin, e a indústria de artefatos de borracha estão importando a borracha diretamente da Malásia e, grandemente, dos seus próprios seringais. Essa situação exige que sejam tomadas providências imediatas, e é o que está fazendo o atual Ministro do Meio Ambiente, nosso colega também, o Senador Coutinho Jorge, através de uma comissão, cuja criação foi determinada pelo Presidente Itamar Franco, que tem por objetivo estudar e definir a política com relação ao preço da borracha. Essa seria a primeira medida prática mais imediata, porque é o produto que eles têm na mão para conter a situação de miséria absoluta a que está submetida a população dessa região. Outro ponto importante a ser considerado é que, nessa mesma área da Bolívia, e nas proximidades do Peru, na medida em que a população que trabalha no extrativismo é desempregada, essa mesma população é jogada nos braços do narcotráfico. Essa é uma situação ainda mais difícil, até porque, nessa região do Peru — segundo um estudo que me foi fornecido pelo Dr. Américo, um engenheiro agrônomo brasileiro que trabalha na FAO —, o plantio de coca no Peru, na região fronteira do Brasil, ocupa uma área de 600 mil hectares. Sr. Presidente, Srs. Senadores, a população peruana ligada ao extrativismo é que está trabalhando na produção de coca. O estado de miséria é o primeiro passo para a população boliviana, para os brasileiros que vivem na Bolívia e para os brasileiros que vivem no Brasil entrarem como presas para o narcotráfico. Essa é uma grave ameaça à Nação. Na medida em que o Governo começa um combate duro ao narcotráfico, ele tem que criar condições alternativas de sobrevivência para a nossa população extrativista da região Amazônica a fim de que ela não seja presa do narcotráfico. O Governo tem que combater os problemas começando pela causa geradora. O pronunciamento que V. Ex^a faz nesse instante, portanto, traz ilações importantes que devem ser do conhecimento da opinião pública nacional. Como não são adotadas medidas práticas e objetivas no sentido de melhorar a quali-

dade de vida dessas populações (sabemos que estamos além da miséria absoluta; que a população está na proximidade de uma fronteira onde a produção de narcóticos é grande e continua crescendo; temos informações de que existem 600 mil hectares de coca plantados só no Peru, mas não temos informações sobre as plantações existentes na Bolívia;) que estão entre a vida e a morte, chega o narcotraficante com uma proposta para que elas sejam também plantadoras de coca, por exemplo; essas populações, em estado de penúria, aceitam a proposta. Esse relatório que V. Ex^a trouxe tem uma importância muito grande e deve ser um ponto de alerta para as nossas autoridades a fim de que as medidas que visam solucionar os graves problemas sociais daquela região tenham também, no seu bojo, propostas que combatam pela raiz o narcotráfico, já que esse está se alastrando em nossa fronteira.

O SR. NABOR JÚNIOR — Acolho, com muito prazer, os conceitos expendidos por V. Ex^a, que engrandecem e dão substância ainda mais sólida ao meu discurso.

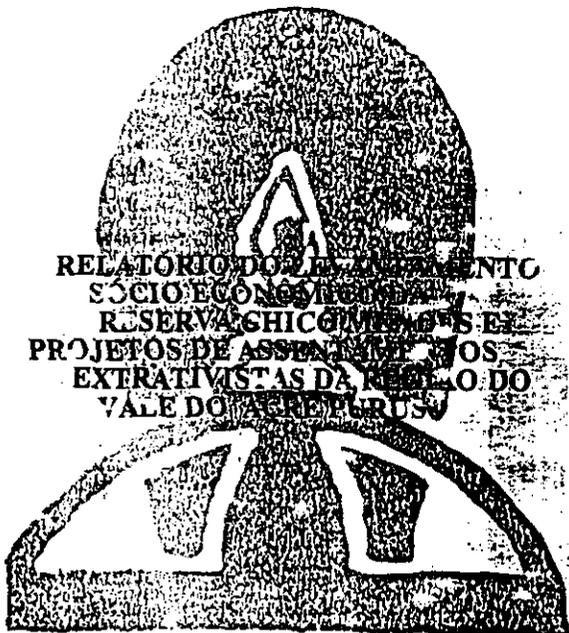
Os limites de tempo impostos aos oradores exigem que eu conclua este pronunciamento, Sr. Presidente. Creio, todavia, haver transmitido os pontos fundamentais do Relatório da Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, que trata do problema dos brasileiros escravizados nos seringais bolivianos, uma situação aviltante não apenas para essas famílias, mas para a própria dignidade da nação brasileira!

Venho, finalmente, requerer à Mesa a publicação integral do Relatório citado, em aditamento ao discurso que ora finalizo, e sua remessa para o Ministro das Relações Exteriores, Senador Fernando Henrique Cardoso, na certeza de que S. Ex^a tomará providências urgentes e eficazes para resolver essa grave questão.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NABOR JÚNIOR EM SEU DISCURSO:

**PROJETO MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA
MANEJO SUSTENTÁVEL DAS RESERVAS
FLORESTAIS ACREANAS (ACDI204.163/789).**



CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS - CNS
FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ACRE - PUNTAÇ.
AGÊNCIA CAHADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
INTERNACIONAL - ACDI

**RIO BRANCO - ACRE
ABRIL/92**

ANEXO 04

PEQUENA CRONOLOGIA DO "CICLO DA BORRACHA".

- 1839 - Processo de Vulcanização da borracha.
- 1877 - Primeira leva de emigrantes nordestinos para o Acre.
- 1880 - Período áureo da borracha.
- 1888 - Desenvolvimento dos pneumáticos e, conseqüentemente, da indústria automobilística.
- 1898 - O Governo Brasileiro reconhece a soberania da Bolívia sobre as terras acreanas.
- 1899 - (14/07) Luiz Galvez proclama a República do Acre.
- 1900 - (15/03) A Marinha Brasileira extingue a República de Galvez.
- 1901 - (14/07) A Bolívia negocia com banqueiros Americanos e Ingleses.
- 1903 - (27/01) Expedição comandada por Plácido de Castro, expulsa definitivamente os bolivianos e proclama o Estado independente do Acre.
- 1903 - (17/11) Assinaturas do Tratado de Petrópolis. O Brasil acorda um pagamento de 2 milhões de libras à Bolívia, além da construção da estrada-de-ferro, Madeira-Marmaré, como indenização pelo território. O Brasil ganha contornos definitivos.
- 1904 - O Acre passa a Território Federal (Lei 1.181)

- 1909 - (08/09) A questão dos limites como Perú é solucionada. O Brasil reconhece a soberania peruana em terras ocupadas por peruanos.
- 1910 - A produção da borracha nativa era responsável por 80% da produção mundial.
- 1923 - A borracha nativa responde, por apenas 8,5% da produção total, enquanto a produção da borracha plantada vai para 91,6%. É o declínio da produção nativa da borracha.
- 1930 - Começo da recuperação da produção da borracha natural em face das compras alemãs para formação de estoque de reservas (preparação para a guerra).
- 1942 - Nova leva migratória do nordeste - "Os Soldados da Borracha". É a incorporação dos nordestinos ao esforço da guerra. - 2o. surto populacional e econômico.
- 1942 - Criação do Banco de Crédito da Borracha.
- 1971 - Criação do PROTERRA. Também tem início o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base CEBs.
- 1972 - Criação do PROBOR.
- 1972/74 - Penetração Agropecuária no Estado - 1/3 do território do Acre é transferido para mãos de pessoas ou grupos estranhos ao Estado.
- 1973/74 - Auge dos conflitos sociais no campo.
- 1974 - Criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZONIA.
- 1975 - Instalação no Acre da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura - CONTAG.
- 1976 - Formação dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais.
- 1976 - Acontece o 12 "empate" no seringal GARMAN no município de Brasília.
- 1980 - (21/07) É assassinado Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília.
- 1985 - É criado o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS.
- 1987 - A União Democrática Ruralista - UDR se estabelece no Estado.
- 1988 - (22/12) Ocorre mais um crime de latifúndio. É o assassinato, em sua residência em Xapuri-AC, o Líder Sindical e Ecologista, Francisco Alves Mendes Filho - O CHICO MENDES.
- 1989 - São criados 04 projetos de Assentamento Extrativistas - PAE (São Luiz do Remanso, em Rio Branco; Santa Quitéria em Brasília; Macaú em Sena Madureira; e Cachoeira em Xapuri).
- 1990 - (23/01) O Decreto Lei 98.863 da Presidência da República, cria a Reserva Extrativista do alto Juruá com 506.186 ha.
- 1990 - (12/03) O Decreto Lei 99.144 da Presidência da República, cria a Reserva Extrativista CHICO MENDES, com 970.570 ha.
- 1991 - Tem início a fase pré-projeto (Levantamento Sócio-Econômico) do PROJETO DE MEIO AMBIENTE NA AMAZONIA - MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS FLORESTAIS NO ESTADO DO ACRE (ACDI 204/16379).

Na tentativa de amenizar os problemas gerados por essa política e também no sentido de escamotear a questão agrária no resto do país, o Estado, a nível local e nacional, adota em meados da década de 70, sua política de colonização e implanta os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD's) (7) deslocando colonos expulsos de suas terras no Centro-Sul do país, pelas grandes barragens das construções de hidrelétricas e pela penetração do capital no campo com sua "modernização conservadora". No Acre o Governo da época (8) cria os Núcleos de Apoio Rural Integrado (NARI) e o Projeto de Assentamento, visando alojar as famílias expulsas dos seringais acreanos e os colonos expropriados de suas terras nos outros Estados do Brasil.

Essas políticas, geraram um fluxo migratório considerável com reflexos sociais e demográficos preocupantes. Nas décadas de 50 e 60 a população rural do Estado se situava na faixa dos 80%, a partir dos anos 70 o processo de urbanização se acelera e a distribuição espacial campo/cidade se equilibra. Em 1980, 44% da população acreana já reside nas cidades. Em 10 anos (70/80) a população urbana sofreu um incremento de 122,8%, índice este, que só se explica pelos fatores sócio-econômicos, que determinaram esse crescimento tão acentuado.

Apesar de longo, o ritmo dos anos 80 a população urbana continua crescendo, embora em ritmo mais lento. Em 1990 ela representa 45% da população.

(7) No Estado existem 06 (seis) projetos de Assentamentos Dirigidos, hoje denominados de Projetos de Colonização (PC) além do Projeto Redenção do Governo Estadual e 6 loteamentos para colonos agrícolas chamadas de NARI'S. (Núcleo de Apoio Rural Integrado).

(8) Governo Geraldo Gurgel de Mesquita (1975 - 1978) e Governo Joaquim Falcão Macedo (1979 - 1982).

total e não se vislumbra nenhuma perspectiva de reversão desse processo, no curto prazo, já que as condições de trabalho e sobrevivência no meio rural vem se deteriorando ao longo dos anos 80 em função da crise geral que se abate sobre a sociedade brasileira. (quadro 01).

Quanto a população economicamente ativa, ela representava em 1990, 35% da população total. São 150.713 pessoas incorporadas ao mercado de trabalho dos quais 54,3% no setor terciário, 34,7% no setor primário e 11% no setor secundário da economia. Interessante ressaltar que em 1960 o setor primário detinha uma população economicamente ativa de 79,3% caindo para menos da metade do percentual (34,7%) nas três últimas décadas. Por sua vez, o setor terciário, muito provavelmente pelo papel que o Estado desempenha no processo de geração de emprego, triplica a sua participação nesse período (1960/90). Em 60 o setor terciário respondia por apenas 17,6% da população economicamente ativa e vai crescendo continuamente ao longo dos anos, atingindo 54,3% em 1990 e com projeção de se atingir 66% no ano 2000.

1.2. ECONOMIA EXTRATIVISTA

A produção dos principais produtos extrativos do Acre em 1989 foi de 8.663 toneladas de castanha e 13.400 toneladas de borracha. Entre 1970 e 1989 a produção de castanha cresceu 74,9% atingindo uma média anual de 3%. A produção de borracha cresceu 83% no mesmo período, com uma média anual de 3,2%.

A produção máxima de borracha foi de 14.620 toneladas em 1988 e de castanha foi de 14.761 toneladas em 1985, conforme os dados apresentados no quadro 03, calculando-se a média dos últimos 5 anos, tem-se 10.189 toneladas de castanha e 3.414 toneladas de borracha.

Pode-se verificar que a produção de borracha natural no Acre, atinge em torno de 1/3 da brasileira. Muito embora, não se disponha de estatísticas mais recentes e completas, no ano de 1987 a participação percentual do Acre na produção brasileira foi de 58%.

Por seu lado, a participação da produção de castanha acreana na produção total do Brasil, decresceu de 32,8% em 1985 para 24,1% em 1987.

Vê-se que a produção de borracha natural no Acre tem crescido e mantido uma participação significativa no total da produção brasileira e esse fato se deve a Resistência dos Seringueiros na luta pela sobrevivência, em não se transformar em marginal nos centros urbanos. Ao mesmo tempo, que em outros Estados, como Amazonas e Rondônia, a transformação da atividade extrativa foi maior e mais intensa provocando a migração de extrativistas.

Muito embora o Movimento de Resistência dos seringueiros tenha conseguido evitar a sua expulsão dos seringais a redução do número de trabalhadores no extrativismo foi significativa. Conforme os dados do Censo Agropecuario de 1960, o total da população empregada no extrativismo era de 28.735, representando 59,8% da PEA total do Estado. No Censo seguinte (1970), houve uma redução de 11,24% na população empregada no extrativismo, com 25.507. Nesse ano a participação coletiva caiu para 39,5%. No último censo publicado (1980), a redução continuou, com 24.040 empregados no extrativismo (-5,75%) e participação percentual de 25,8% na PEA total.

Essa expulsão de mão-de-obra em um Estado que tem sua base de produção no extrativismo levou a essa população aos centros urbanos a não encontrar emprego pois não havia atividade produtiva capaz de absorvê-los, resultando, em consequentemente, na crescente marginalização dessa força de trabalho.

1 - CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS

1.1 - ALGUNS DADOS SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E POPULAÇÃO DO ACRE.

O processo de ocupação do Acre se deu a partir de condicionantes externos articulados pelo capital monopolista internacional, que na virada do século passado, experimentava um avanço extraordinário na ciência e tecnologia. É o que se convencionou chamar de Segunda Revolução Industrial, com descobrimentos de novas matérias-primas, processo de vulcanização da borracha, a indústria automobilística e a consequente acumulação, centralização e concentração de capitais e a redistribuição do trabalho social em escala mundial.

O Acre por se constituir numa região de reconhecido potencial-gumífero com grande densidade de seringueiras e por se tratar de uma "área aberta", ou seja, sem a presença da estrutura social de dominação como as existentes nas demais regiões amazônicas, vai, segundo Lima (1989) (1), ensejar ao capital monopolista uma ação imperialista formal - a criação do Bolivian Syndicate, consórcio de capitais americanos e ingleses, na tentativa de assumir a administração regional. A pretensão foi abortada por intervenções militares, primeiro com Galves e, posteriormente, por Flávio de Castro, que a frente de um exército de seringueiros anexas definitivamente, o Acre ao território brasileiro.

No momento de sua anexação ao Brasil, o Acre teria uma população estimada, segundo Santos, (1980) (2), de 75 mil pessoas. Essa ocupação do território acreano já vinha se processando com grande intensidade desde o último quartel do século XIX, quando se

dá as grandes correntes migratórias do nordeste para a região. É o período áureo da borracha, cuja economia mono-extrativista se fundamenta no sistema de aviação(3) articulado pelo capital financeiro internacional e no trabalho, quase que compulsório, dos seringueiros. Entre 1869 e 1900, segundo GIRAO (1947), a Amazônia recebeu, somente do Ceará, 229.526 imigrantes e, estima-se, que de todo o Nordeste vieram cerca de 500.000 pessoas para a região.

O segundo surto migratório para a região amazônica e para o Acre, em particular, deu-se por ocasião da Segunda Grande Guerra Mundial, em consequência do controle da produção asiática pelos japoneses e pela necessidade premente das forças aliadas contarem com a borracha, matéria-prima, estratégica, fundamental, para a indústria bélica(4). Em 1942 o Estado brasileiro assina com os Estados Unidos o "Acordo de Washington" para reativar a produção gumífera. Cria-se o Banco de Crédito da Borracha, com 45% de capital americano e, mais uma vez, são "convocados" os nordestinos para o esforço da guerra. São os "Soldados da Borracha", cuja "Batalha" foi a Floresta Amazônica e, cujos inimigos, eram tão perigosos quanto os alemães. Estima-se que, dos quase 60 mil nordestinos que vieram para a "Batalha da Borracha", conforme relata Martinello (1988) (5), 20 mil teriam morrido, devido as péssimas condições de trabalho, de saúde, de moradia, etc..

No Acre entre 1942 a 1947 a população, segundo OLIVEIRA (1986) teria aumentado em 25 mil pessoas.

O terceiro surto migratório para a região Norte e para o Acre, dá-se em função do Projeto Nacional de Desenvolvimento do regime militar da década da 70 com o PIN/PROFERRA, POLIZÔNIA, SUDAM, SUDREVEA, incentivos fiscais e crédito subsidiado para empresas agropecuárias e da outros ramos industriais se instalarem na região amazônica. É o período do "Brasil Grande" do "Milagre Econômico" do "Amo-o ou Deixa-o" dos grandes "projetos hidroelétricos, petroquímicos, da TRANSAMAZÔNICA e PERIFÉRAL NOROCCIDENTAL (estradas de integração nacional) e da modernização dolorosa, também chamada de conservadora, da agricultura brasileira. É no início dos anos 70 que o presidente Médice faz a declaração: "levar homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia". A nível local, o Governo do Acre(6) se sintoniza com o discurso e com o projeto político do Governo Federal e intensifica uma campanha de atração de capitais no sentido de diversificar a produção, e incentivar a pecuária e cria até um slogan: "INVESTIR NO ACRE, PRODUIR NO ACRE E EXPORTAR PELO PACÍFICO".

O resultado dessa estratégia de desenvolvimento para o Estado foi a desestruturação da economia extrativista; a transferência de cerca de 1/3 de suas terras para grupos forâneos e o consequente conflito pela posse da terra; o fluxo migratório desordenado, tanto externo, quanto internamente; processo de "urbanização" acelerado; exílio de seringueiros para a Bolívia e outros outros mazelas sociais por demais conhecidas.

3.0. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A Estrutura fundiária do Acre reproduz o padrão de concentração de terra para o Brasil em um todo. O índice de Gini calculado por Adalberto Ferreira, se aproxima de um. No ano de 1982 o índice de Gini encontrado foi de 0,93, tendo se acentuado seis anos depois, chegando a 0,96.

A estrutura concentrada da propriedade fundiária é o espelho da estrutura de classe formada com a exploração da borracha no Acre entre os seringalistas e seringueiros. Os dominantes contavam com todo o poder suficiente para estabelecer os limites de suas terras e a mais perversa subjugação do seringueiro. A este, sobrava tão somente transferir os limites de suas forças para a produção de borracha. As vastas e ricas florestas acreanas destinavam-se pois aos donos do capital que se estabeleciam para a exploração da borracha e não tinham necessidade nem mesmo de definir os limites de sua propriedade. Bastava mencionar a quantidade de estradas de seringais. Ao seringueiro não lhe restava nem a própria colocação onde morava e produzia.

Da maneira como se formou a economia e a sociedade acreana, ensaioja a propriedade da terra seria concentrada. O que dá margem a reflexão é que, não necessariamente a base produtiva e social aqui estabelecida deveria ser daquela forma.

(1) LIMA, Hélio José - A Formação da Região Acreana - Campinas: São Paulo - 1989 (Ensaio, datilografado).

(2) SANTOS, Roberto - História Econômica da Amazônia - 1800/1820 - São Paulo, T.A. Queiros Editor.

(3) Segundo LIMA (1989) "O Sistema de Aviação da Conta da Organização do Fluxo de Mercadorias e se foi efetivamente como um dos Elementos da Reprodução Social do Seringueiro". A cadeia do sistema de aviação era assim constituída: Rede Bancária Internacional (Capital Financeiro) as casas exportadoras de Belém e Manaus (Capital Comercial), o Seringalista (Capital Comercial) e o Seringueiro (Força de Trabalho).

(4) Segundo MARTINELLO (1988), um avião bombardeiro americano gastava 1 tonelada de borracha.

(5) MARTINELLO, Pedro (1988) "A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial - Rio Branco Acre, UPAC.

(6) Governo Francisco Vanderley Dantas (1971 - 1974).

A propriedade poderia assumir um outro padrão se o seringueiro tivesse contado com a garantia de ter uma área de terra, como a sua colocação. Levar em conta estas possibilidades mudaria tanto a relação seringueira/seringueiro, abriria um veio para uma economia extrativa autossustentada, esboçando perspectiva de desenvolvimento para o Estado do Acre e superaria grande parte dos graves problemas agrários.

Pelos dados de censo de 1920, 84,7% das terras eram propriedades com mais de 10 mil ha. e correspondiam, a tão somente 6% do número de estabelecimentos.

Vinte anos depois, houve acentuação da concentração com as propriedades com mais de 10 mil ha. representando 91,7% do total da área enquanto o número de estabelecimentos subiu para 18,8%.

A mudança mais significativa passa a ocorrer a partir dos anos 70, em que quase 50% das terras do Acre mudam de dono, com a entrada em cena dos paulistas transformando seringueiras em pastos, especulando com o preço da terra e expulsando e matando seringueiros.

Com essa mudança, o nível da concentração fundiária se diferenciava, não existia mais o imenso seringaí que era substituído pela grande fazenda. Segundo os dados do cadastro do INCRA para 1990, os estabelecimentos com mais de 1000 ha. detinham 85,5% da área. Estes grandes imóveis eram tão somente 1025 estabelecimentos, representando só 4,4% do total. Quadro nº 04

Já os imóveis com até 100 ha. eram 20.642 estabelecimentos (89,5%) e chegavam a atingir 10,25% da área total.

Pode-se dizer que o padrão de concentração da terra se alterou de 1920 para 1990, tendo havido uma redução da grande propriedade acima de 10 mil ha. Muito embora os dados disponíveis para 1920, apresentem a faixa de propriedade de terras acima de 10 mil ha enquanto para 1990 se restringem a faixas acima de 1 mil ha, temos que o percentual de 84,7% para 1920 e 85,5% para 1990. Ou seja, um percentual semelhante enquanto a faixa de terra era 10 vezes superior. Temos pois que se verificou uma redução do tamanho da grande propriedade. Entretanto esta redução não foi tão significativa pois pelo número apresentado anteriormente vimos que a propriedade média da faixa acima de 1 mil ha era de 8081 ha, bem próxima dos 10 mil ha. Ao mesmo tempo esta redução não se deu em benefício do pequeno proprietário.

Pode-se destacar também que o tamanho médio dos estabelecimentos com até 100 ha. é de 47,9 ha. Por seu lado, a média dos estabelecimentos acima de 1000 ha é de 8081 ha. Verifica-se assim que na média a grande propriedade é 168,7 vezes maior que a pequena propriedade.

Para se ter uma idéia do abismo entre os dois tamanhos de propriedades, se considerarmos o latifundiário ocupando um prédio de 3 mil m² (se o edifício de 10 andares), o pequeno proprietário ocuparia um quarto de 4x4,4.

Os municípios com maior concentração fundiária são Feijó, Manoel Urbano, Sena Madureira, Tarauacá e Assis Brasil. Quadro nº 05.

Nesses municípios os imóveis com mais de 1000 ha representavam da área total 96,9% em Feijó, 96,8% em Manoel Urbano, 95,5% em Sena Madureira, 92,6% em Tarauacá, e 90,8% em Assis Brasil. Quadro nº 06

O município que tem o menor percentual de imóveis com mais de 1000 ha é Plácido de Castro com 15,9% e em seguida tem-se Senador Guomard em 35,5%. Estes índices mais reduzidos que o padrão para o Estado, se explicam pelos projetos de assentamentos do INCRA e do Estado (Projeto Pedro Peixoto e Redenção).

No município de Rio Branco, 173 imóveis rurais (2% dos estabelecimentos rurais do município) tinham mais de 1 mil ha, representando 72,3% da área cadastrada do município, com um tamanho médio de 5.884 ha.

Em Xapuri, 73 estabelecimentos rurais com mais de 1 mil ha significavam 87,8% com tamanho médio de 9.178 ha.

Os municípios em que a média das propriedades superiores a 1 mil ha eram mais elevadas que em Xapuri, são Feijó e Tarauacá, com 16.128 ha e 13.000 ha respectivamente.

1.1 MOBILIDADE NAS RESERVAS

Hoje a população seringueira que mora nas reservas podem ser chamados de acreanos: uma mistura étnica de índios, caboclos nordestinos. 95% dessa população tem origem na região do Vale do Acre Purus. (Acre).

Tal população seringueira ao longo dos anos tem feito um movimento migratório tanto no sentido da floresta para a cidade como da cidade para a floresta e, ainda, tem mantido um movimento interno de mobilidade de um seringaí para outro representando 16% do total da população da amostra, ou seja 347 pessoas fazem esse movimento. As causas dessa mobilidade são várias, no entanto a busca de melhores condições de vida aparece como o motivo principal. Essa melhoria para o seringueiro está diretamente relacionada à sua colocação a medida em que este deseja: maior produção, regularização fundiária, educação, saúde, transporte, comercialização e tranquilidade, basicamente. Quanto a migração, os

dados indicam que podemos classificá-la dessa forma: de 0 a 3 anos como um processo mais recente, quer dizer de 1988 para cá, e, de mais de 7 anos, imigração mais antiga, antes de 1984, com os seguintes percentuais: imigração recente 40% e imigração mais antiga também com 40%, restando 20% para o intervalo de 4 a 7 anos de residência.

Segundo dados das entrevistas podemos agrupar a mobilidade em dois tipos: a) externa da reserva para a cidade e da cidade para a reserva que representa 54% e, b) interna de colocação para colocação que representa 46%. As causas principais dessa mobilidade podem ser resumidas em:

Motivos familiares;
Qualidade da colocação;
Aspirações de propriedade;
Qualidade de vida;
Mudanças na situação anterior;
Problemas políticos onde morava.

Apesar de não ser propósito deste relatório uma análise mais detalhada da temática, vale apenas atentarmos para a possibilidade do impacto de criação das reservas e da luta sindical que influem na vida dessas populações, pois a década de 80 foi período de grandes mobilizações por toda a região: os encontros da seringueiros duravam até uma semana e se discutia com profundidade uma proposta de reforma agrária objetivando garantir a propriedade da terra; melhorar as condições de vida com escolas e postos de saúde a exemplo do que já vinha ocorrendo com o projeto seringueiro em Xapuri (AC), melhorar o sistema de transporte e criar cooperativas e associações como alternativa para resolver os graves problemas de comercialização. Resta-nos fazer um estudo aprofundado no sentido de averiguar a exatidão desses impactos, pois os dados aqui sistematizados coincidem com as discussões realizadas neste período.

4.0 COLOCAÇÕES

Ao longo dos últimos 150 anos o extrativismo foi a base da economia das famílias seringueiras, porém nos últimos 20 anos, essa economia tem sofrido grandes abalos, devido a queda dos preços da borracha e da castanha, desencadeando um processo de mudança no uso da terra. Isto é, o seringueiro passou a cultivar intensamente suas terras, produzindo sua alimentação e um pequeno excedente para vender. Por falta de tradição a agricultura praticada pelo seringueiro, é extremamente ineficiente, alcançando baixas produtividades e agredindo o ambiente. O maior indicativo desta situação vai para o baixo nível tecnológico das explorações: baixa produtividade resulta em maior área explorada e período de uso da terra menor.

A média do tamanho de uma colocação nas reservas situa-se entre 400 hectares se considerarmos que uma colocação tem em média 4 estradas de seringa e uma estrada corresponde a 100 hectares. Esse tamanho obedece a divisão natural com base na disposição das estradas de seringa. A divisão entre uma colocação e outra, em regra geral obedece aos limites naturais como igarapés, mangas, rios e outros. O seringueiro sabe exatamente onde é o limite de sua colocação.

O tamanho médio das colocações (400 ha), a priori, pode parecer muito grande se comparado com outras formas de ocupação, a exemplo dos Projetos de Assentamento propostos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), disseminados na região, com um lote de 100 ha, ou mesmo se compararmos com o tamanho médio das propriedades do Estado ou até 100 ha. Porém se compararmos com o tamanho médio das grandes propriedades (acima de 100 ha) do Estado do Acre, 8081 ha., o tamanho médio das colocações é 20 vezes menor.

Com relação ao tamanho das colocações há que se considerar inicialmente o tamanho ideal de uma área para o extrativismo, onde a produção e condição de sobrevivência dessa população dependem 100% das condições ambientais naturais. Um dado importante obtido a partir deste levantamento é que a produção média de borracha e de castanha é de 600 Kg/ano e 125 lito./ano respectivamente, constituindo-se na base da economia do seringueiro. Tal produção é obtida numa área com tamanho médio de 400 ha o que significa dizer que a densidade de seringueira na floresta é de aproximadamente 1,5 ser./ha e de castanheiras em produção é de 0,3 cast./ha.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o impacto ambiental das colocações. Se comparadas a ação antrópica nas atividades mais frequentes, nas explorações agrícolas do Acre: Extrativismo, Agricultura e pecuária, mesmo sem estudos aprofundados pode-se garantir que o Extrativismo é onde o homem menos interfere na natureza. O exemplo mais claro do impacto ambiental causado pelo extrativismo é a convivência do seringueiro com a floresta ao longo de um século e meio, sem agredi-la, o que infelizmente começou a ocorrer, devido a mudança da atividade

produtiva, em função da baixa dos preços dos principais produtos extrativistas: seguramente, 400 ha pode ser grande quando se explora agricultura ou pecuária, mais não com o extrativismo. Esta, na realidade, é uma área muito grande para ser devastada e muito pequena para ser preservada.

Pela própria lógica de vida dentro da floresta, os seringueiros não possuem nenhum documento de titulação, esse percentual chega a 89,45% das famílias entrevistadas, o 4,80% possui apenas um recibo de compra e venda sem registros de

cartórios ou qualquer outra coisa equivalente, 0,50% possuem documento de sindicato (tipo de declaração) e 1,80% possuem a comprovação do pagamento de ITR (Imposto Territorial Rural).

Os seringueiros, apesar de não possuírem documentos 95,07% entre homens e mulheres responderam que são donos da colocação. Obtiveram a colocação da seguinte forma: 61,82% afirmam que compraram de terceiros; 10,47% abriu a colocação por conta própria; 4,05% foi através de troca e 18,44% recebeu de herança sejam estas pelo casamento, do pai ou qualquer membro da família.

Em geral uma colocação possui uma casa construída de paixúba e coberta de palha ou cavaco. Esta casa, pela média nas reservas, está dividida em três cômodos, independentemente do número de pessoas: tem uma sala que em geral é aberta ou com meia parede, em seguida vem o quarto e a cozinha onde se faz as refeições. Os móveis são rústicos e feitos de madeira, bancos, mesas e camas quando tem, pois, via de regra se dorme em redes em qualquer espaço da casa. Na cozinha e sala de refeição se tem um fogão de barro, panelas, mesa e bancos de madeira e alguns utensílios. Na colocação ainda podemos encontrar outras benfeitorias como: paiol que serve para armazenar milho, arroz, feijão e outros; cada de farinha, moinho; fruteiras; campo para o gado; e com raras exceções algumas cercas para proteger animais.

APRESENTAÇÃO

O movimento de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia iniciado no final da década de 1960, transformou-a, poucos anos depois em uma das regiões de maiores conflitos pela posse da terra no Brasil, opondo de um lado os grandes proprietários rurais (via de regra "grileiros" oriundos do centro-sul do país) e, de outro, várias segmentos sociais das populações regionais: índios, seringueiros, ribeirinhos, dentre outros.

No Estado do Acre, a luta dos seringueiros contra a exploração de suas unidades produtivas ("colocações") e a afirmação de sua autonomia em relação aos padrões seringueiristas encontraram na organização sindical, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs, a sua principal expressão política. Os "empates" (1) passaram a constituir-se após o ano de 1976 na forma de resistência mais eficaz dos seringueiros nessa região.

Com o agravamento dos conflitos pela posse da terra no país na década de 1980, os diversos segmentos de trabalhadores rurais ampliam e criam novas formas de organização para fortalecer a luta de resistência pela terra. Em 1985, sob a iniciativa do STR de Xapuri e a participação dos STRs da região realizamos o I Encontro de Seringueiros em Brasília. Como resultados principais, desse encontro, destacam-se a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS e a formulação da proposta de Reserva Extrativista.

O CNS surge da necessidade de integrar e unificar regionalmente (a nível de Amazônia) a luta de resistência dos seringueiros e, intervir politicamente a nível nacional no sentido de defender e lutar pelo atendimento das reivindicações desse segmento social.

A proposta de Reserva Extrativista surgiu como resultado de experiências históricas de vida, de relações com a natureza, de lutas de resistências travadas pelos seringueiros secularmente no interior dos seringais. Ou melhor, da vontade de continuar reproduzindo-se socialmente na floresta, mantendo-se inalterada a estrutura de ocupação tradicional (baseada na divisão em "colocações") da recusa desses trabalhadores em se transformar em "colonos" ou "parceiros" dos projetos de assentamento do Inora, ou transferir-se para a periferia dos centros urbanos. Foram esses os fatores determinantes para que a reserva expressasse uma alternativa viável para a proposta de Reforma Agrária dos Seringueiros e dos trabalhadores extrativistas da Amazônia. (Paula, 1991).

Poi contra um modelo de desenvolvimento altamente concentrador da estrutura fundiária e excludente, determinado pelo regime militar para a Amazônia, que a proposta de Reserva Extrativista se colocou como alternativa de desenvolvimento para a região. Após o assassinato de Chico Mendes em dezembro de 1988, (principal liderança do movimento dos seringueiros), o Governo Brasileiro, pressionado pela opinião pública nacional e internacional, baixou quatro decretos, reconhecendo as áreas de reservas extrativistas como de interesse social, são estas: Chico Mendes e Alto Jurúá no Acre; Cajari no Amapá e Ouro Preto em Rondônia.

De 1985 até o presente, o CNS vem tentando implementar a proposta de Reserva Extrativista (2) no sentido de superar o extrativismo tradicional mantendo os componentes homem e natureza de forma integrada. O CNS vem avançando no seu projeto a medida em que consegue alterar as formas de comercialização no sentido de romper com o sistema de aviação quebrando a cadeia de comercialização, através do cooperativismo e do beneficiamento de produtos, através da mini-usina de castanha. Essa proposta se consolida a medida em que também se diversifica a produção com a implantação de sistemas agroflorestais, de recuperação de áreas degradadas como as capoeiras e ainda se aperfeiçoam os trabalhos de educação e saúde desenvolvido pelo "Projeto Seringueiro".

Apesar de já terem sido criadas há dois anos, até o momento as reservas não foram beneficiadas com nenhuma política de apoio governamental. Pelo contrário, as recortes diretrizes econômicas adotadas pelo governo Collor, que reduziu o preço e o mercado da borracha retirando os subsídios, levou a um agravamento das condições de vida de cada seringueiro e do extrativismo na região. O CNS vem tentando definir uma política de subsídios para borracha por um período necessário ao processo de transição viável hoje entre o extrativismo tradicional e o novo modelo de extrativismo proposto.

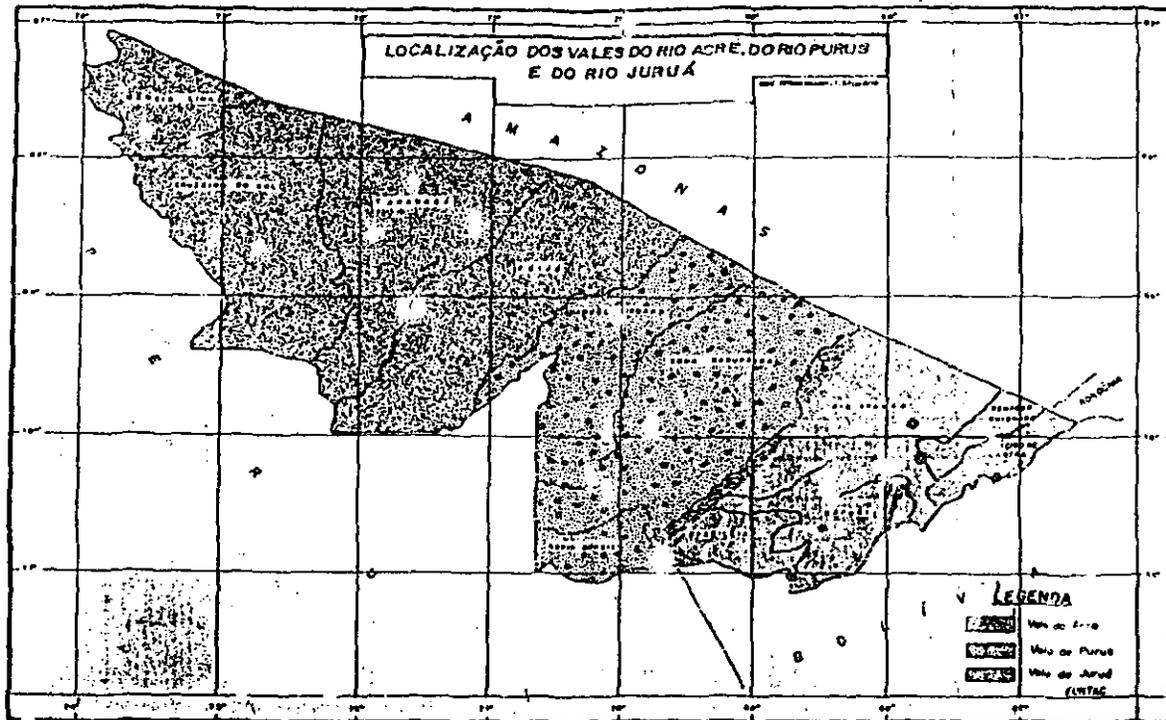
Finalmente, cabe registrar que todo o avanço no processo de organização e criação de novas alternativas de produção e comercialização nas áreas de Reservas tem sido resultado da iniciativa e determinação dos seringueiros que, com apoio de algumas agências não governamentais, tem conseguido viabilizar pequenos projetos. Entretanto, os resultados são ainda insuficientes para viabilizar as Reservas Extrativistas. É necessário para isso, que o Estado assumo o seu papel de agente propulsor de desenvolvimento. Espera-se inclusive que o Estado até o final de 1992 efetue as desapropriações e regularização jurídica das áreas criadas em 1990 para fins de reservas extrativistas.

É nesse contexto que se insere o Projeto Meio Ambiente na Amazônia: Manejo Sustentável dos Recursos Florestais no Estado do Acre, previsto para um prazo de cinco anos, a contar de 1992 para ser executado nas reservas da região do Vale Acre-Purus. O projeto abrange estudos e pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, além de práticas extensionistas, e formação. A fase preliminar do projeto foi o levantamento sócio-econômico realizado pelo CNS com a parceria da Fundação e da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional - ACIDI.

Esse relatório é resultado parcial desta atividade de levantamentos e está dividido em três partes: introdutória, análise de dados secundários, e análise do levantamento de dados primários.

(1) "Empates": forma de mobilização coletiva criada pelos seringueiros do Acre para impedir os desmatamentos nos antigos seringais.

(2) Conceito de Reserva Extrativista é totalmente diferente da forma concebida pelo Governo do Projeto de Assentamento Extrativista que mesmo criado sob influência do movimento, pela portaria nº 627/INCRA, tem a administração do INCRA, titulação da terra, pressupõe divisão em lotes, etc...



11. CONCLUSÃO

1 - O Extrativismo tem um potencial que ainda não está sendo explorado, como: estradas de seringa, palmeiras (agui, pató, bacaba, buriti e outras; plantas medicinais etc...) seja tanto pela falta de políticas públicas para o setor extrativista, como pela falta de estudos e tecnologias para uso e comercialização desse potencial. (verificar item extrativismo).

2 - O nível tecnológico das práticas agro-ecológicas empregada nas reservas ocasiona uma baixa produtividade. O cultivo é itinerante, não se utiliza nenhum método de conservação do solo; não se seleciona sementes, e a coleta ainda é dominante. (verificar item agricultura).

3 - A agricultura absorve 27% da mão-de-obra total e representa 29% da produção, enquanto que o extrativismo absorve 20% dessa mesma mão-de-obra e representa 62% da produção. (verificar item agricultura).

4 - O calendário agrícola do extrativista permite uma perfeita complementariedade dos trabalhos vão terminando os trabalhos da seringa em dezembro, pode começar a colheita da castanha crescendo até fevereiro e terminando em março quando se iniciam as tarefas da seringa. (verificar item trabalho agrícola)

5 - O uso da terra no extrativismo exige, hoje 100% das condições ambientais naturais, onde o tamanho médio da colação é de 400 hac, vinte vezes menor que o tamanho médio das grandes propriedades, acima de 1000 ha. (verificar item colocação).

6 - Os Seringais das reservas tem em média 5 estradas de seringa cada uma com 112 madeiras (seringueiras) e produzem 500 Kg de borracha/ano/colação, o que possibilita, a preço de dez/cento uma renda média ano por família de Cr\$ 37.296,00 ou (US\$ 221). A borracha é o primeiro produto de comercialização do seringueiro, respondendo por 35% de todo valor gerado pela unidade produtiva (a

colocação): (verificar item caracterização da situação econômica e tabelas sobre valor da produção).

9 - A Cooperativa Agroextrativista de Kapurí, vem demonstrando que o sistema de aviação não mais predomina no sistema de comercialização dos produtos extrativistas, muito embora o seringueiro ainda se defronte com a forte participação do varejista no comércio de seus produtos. (verificar item comercialização)

10 - A alimentação básica nas reservas é constituída de cereais (arroz, feijão, milho) farinha e carne de caça. No entanto, a frequência de cereais diária na alimentação dos seringueiros atinge apenas 54,78% dessa população.

11 - Este consumo reduzido reflete o nível de exploração da agricultura, voltada para a subsistência. A produção própria de cereais representa 62,77% são comprados 31,94%. O restante do consumo é complementado com a troca ou ganho. 7% dizem que nunca tomam cereais, além de que somente metade da população conseguem comprar cereais na sua dieta alimentar. Isso implica uma carência alimentar. (verificar item alimentação).

12 - As condições de saúde e higiene são precárias. 45,44% tem dentes estragados e 25,20% não tem dentes com 22,22% o que usa dentes postiços. As fezes são depositadas em áreas abertas ou próximas de igarapés, cuja água servem tanto para banhos como para beber. As doenças e parasitas que mais ocorreram foram: gripe com 11,67%, vermes 15,57%, piolho 11,6% seguidos de diarreia 9,33% e sarampo com 6,5%. Apesar desse quadro, a pesquisa registrou um índice baixo de mortalidade. (verificar item saúde)

13 - O índice de analfabetismo é grande com o percentual de 31% da população, somente 9,57% têm o primário completo, 3% t.n.o primário incompleto e 14% sabem ler e escrever. (verificar item educação).

14 - O processo de conquista da identidade do seringueiro está ligado com as lutas e conquistas travadas na sua trajetória histórica, marcadamente nos últimos 17 anos, onde se verifica o início e o avanço da organização sindical e a luta de resistência pela terra. (verificar item organização social).

REALIDADE DOS SERINGUEIROS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Pesquisa realizada pelo Vicariato de Pando e pela Diocese de Rio Branco e assessorada pelo CEPAMI.

Trabalho de Campo : Quatro Equipes de Pesquisadores
Tabulação : Ir. Eliana Dariva
 Mari Solange Cella
Datilografia : Janete Rossi Lopes Bassegio
Correções e Gráficos : Mari Solange Cella
Análises e Comentários : Pe. Luiz Bassegio
 Pe. Luiz Ceppi
Supervisão : CEPAMI
CAPA : Pintura Hélio Melo
FOTO : Agenor Meriano

Vicariato de Pando
 Pando - Bolívia

Diocese de Rio Branco
 Pça. da Catedral
 Rio Branco - Acre - Brasil

CEPAMI
 Diocese de Ji-Paraná
 Ji-Paraná - Rondônia

ÍNDICE

○ Apresentação	7
○ Objetivos	9
○ Metodologia do Trabalho	11
○ Histórico	13
○ Pesquisa com os seringueiros brasileiros na Bolívia	
1 Nacionalidade	17
2 Migração	19
3 Condição de Vida	22
4 Produção e Comercialização	24
5 Problemas	26
6 Atividades Comunitárias	27
7 Religião e Pastoral	27
8 Análise e Comentário	30
9 Sugestões para os Trabalhos da Igreja	32

APRESENTAÇÃO

O Vicariato de Pando da Bolívia, juntamente com a Diocese de Rio Branco do Acre, num dos encontros de colaboração pastoral, tendo em vista levar a efeito a opção preferencial pelos pobres, levantaram o problema da situação pastoral dos moradores da área de fronteira. Já era do conhecimento de ambos a existência de grande número de brasileiros na região boliviana limítrofe ao Brasil.

A partir disto, o Vicariato de Pando em comunhão com a Diocese de Rio Branco, propôs um estudo sobre esta área, por meio da assessoria do CEPAMI, para que a Boa Nova pudesse atingir o homem na sua realidade concreta.

O trabalho que estamos apresentando, tem motivações pastorais, mesmo porque a mensagem evangélica deve atingir a todos os povos: "Ide pelo mundo e anunciai o evangelho a toda a criatura".

Na elaboração deste trabalho não encontramos dificuldades entre as duas igrejas particulares. Entretanto, a nossa atuação tem implicações no espaço sócio-político.

A situação gritante desta realidade requer um trabalho de infra-estrutura que dê condições de uma vida decente. Isto implica em alguns questionamentos tais como: O Governo Boliviano deixará permanecer em seu território estas centenas de famílias brasileiras? Está disposto a investir na infra-estrutura necessária a fim de melhorar as condições de vida daquelas populações para se integrar na Bolívia?

Qual é a preocupação do governo brasileiro federal e local, sabendo da situação concreta destas famílias?

Temos consciência de nossos limites pois a nossa intervenção junto àquelas famílias é de cunho pastoral; entretanto, as pessoas que atingimos são cidadãos brasileiros em terra estrangeira.

Estamos dispostos a colaborar com os órgãos competentes e outros organismos de solidariedade no sentido de melhorar as condições de vida desta população.

DOM LUIZ CASEY
 BISPO DO VICARIATO
 DE PANDO - BOLÍVIA

DOM MOACYR GRECHI
 BISPO DA DIÓCESE DE RIO
 BRANCO - ACRE - BRASIL

OBJETIVOS

A pesquisa, realizada nos meses de dezembro de 1990 e janeiro de 1991, tinha, entre outros, os seguintes objetivos:

- Conhecer a realidade religiosa-sócio-econômica dos seringueiros que vivem na Bolívia, em sua grande maioria brasileiros, na região fronteiriça ao Acre e Peru;
- Fazer um levantamento a fim de se obterem dados aproximados do número de brasileiros que se encontram naquele país vizinho;
- Tentar levantar algumas pistas para uma atuação pastoral junto àquelas seringueiros, objetivando a criação de comunidades na área;
- Informar à Igreja dos dois países, bem como à sociedade em geral, sobre a situação social e econômica das famílias de seringueiros brasileiros que vivem naquela área da Bolívia.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Para a realização da pesquisa foram dados os seguintes passos:

Inicialmente fez-se uma reunião de levantamento de dados em Brasília, Acre. Nela participaram agentes do Vicariato de Pando, Bolívia, agentes da Diocese de Rio Branco e seus respectivos Bispos. Contou também com a participação do CEPAMI de Ji-Paraná, Rondônia. Além de traçarem os objetivos da pesquisa, foram estabelecidos alguns critérios para a mesma. Deveria ser aplicada ao longo dos rios e igarapés, no centro da mata, nos seringais, levando em conta a densidade demográfica da área. Ficou estabelecido que, na medida do possível, 10 a 20% das famílias de cada seringal deveriam ser atingidas.

Discutidos estes critérios básicos, encarregaram-se duas pessoas para a elaboração do questionário, baseando-se em outras pesquisas similares já realizadas.

Elaborados os questionários, foram organizadas quatro equipes. Cada equipe tinha de quatro a seis pesquisadores. Com isso foi possível entrevistar 470 famílias. O total da população é estimada em 2.500 famílias.

Feita a tabulação, chegou-se a um primeiro relatório, provisório, que foi discutido em reunião conjunta entre os agentes das duas Dioceses, e o CEPAMI. A partir desta discussão é que se chegou a este texto definitivo.

EQUIPE DE PESQUISADORES :

- Rio Abunã e Mano: Pe. Ângelo, Ir. Amábil, Ir. Marlene, José Almir, Samuel.
- A. o R. Acre: Pe. Isafas, Jordão, Ramos, Valdecir, Adilson, Idel.
- Rios Coramano e Chiquitano - Porvenir: Cílván, Guilherme, Pablo, Antônio.
- Plácido de Castro a Santa Rosa - Rio Abunã: Jacimar, Ir. Isabel, Herlin, Valdecir, Raimundo, Carmem.

HISTÓRICO

O êxodo de milhares de seringueiros do Acre para as regiões fronteiriças da Bolívia, encontra sua explicação no processo de transformação radical pelo qual passou a economia do Estado e a consequente colonização que se intentou efetuar em suas terras há duas décadas atrás, precisamente no início dos anos setenta.

As raízes, a trajetória e os resultados desta transformação e consequente colonização devem considerar, de um lado, os elementos econômicos ideológicos e políticos, assim como as lutas sociais, que são próprias às origens e ao desenvolvimento deste processo de transformação e colonização num âmbito mais geral. De outra parte, não se pode limitar às determinações mais genéricas, que se reportam à colonização no âmbito nacional e regional, mas obriga-se a buscar os elementos específicos e a riqueza mais ampla de determinações que caracterizam a situação concreta da transformação da economia acreana e da tentativa de colonização das terras do Acre nas últimas duas décadas.

De conformidade com esses pressupostos, a análise deve contemplar as determinantes externas e internas deste processo. As primeiras estão relacionadas com a constituição de um fluxo migratório a partir do Nordeste, do Sudeste e do Sul do país.

A origem desse fluxo de "trabalhadores sem terra" deve ser localizada nas tensões sociais produzidas pela manutenção de uma estrutura agrária concentrada, em face da resistência social e política à reforma agrária e na forma de reprodução do capital na agricultura do Sudeste e Sul do país, via modernização, acompanhada de concentração fundiária. Por outro lado, devem-se considerar as tendências do desenvolvimento capitalista de expandir, consolidar e unificar o mercado nacional de bens e terra e constituir o mercado regional da força de trabalho, nas razões da geopolítica da Segurança Nacional. Entim, na tendência do capital de abrir espaço à produção camponesa como uma das formas da sua reprodução, em face de circunstâncias econômicas que obstam a sua normal rentabilidade. Esses fatores, não diretamente ligados às especificidades das transformações sociais e econômicas locais, reportam-se à inserção da produção camponesa na fronteira agrícola (a colonização assentada na pequena produção) no contexto da expansão e da reprodução do capitalismo na agricultura e nas correspondentes políticas e regulamentações do Estado Nacional.

No tocante à situação específica do Acre, os elementos ditos externos são isoladamente, pouco suficientes para explicar a deflagração do processo de colonização dirigida pública, a partir dos meados da década de setenta. A eles articulam-se, somam-se e até se sobrepõem as determinações associadas às profundas transformações na estrutura econômica e social que aconteciam naquele período no Estado.

Este processo tem suas raízes na decadência do extrativismo da borracha, na crônica inadimplência da empresa extrativista com a irreversível falência do seringal nativo, sobrando como única alternativa a alienação da terra para liquidar os débitos com as agências de créditos. A nível político, isto implicou no enfraquecimento das elites locais e na sua capacidade de mediar os interesses da burguesia mercantil-extrativista. Esta situação encontra sua vertente na política de desenvolvimento da Amazônia, preconizada pelo regime militar imposto em 1964, cujo paradigma correspondia às necessidades da retomada do crescimento econômico do novo modelo de desenvolvimento capitalista e ao papel reservado à Amazônia.

Respalçadas na chamada "Operação Amazônica", as novas políticas pretendiam impor a "ocupação racional" da região pela grande empresa capitalista e sua integração à economia nacional.

Fornecidos prodigamente pela SUDAM e o BASA, os incentivos fiscais e financeiros tornaram-se os instrumentos de sua materialização. De outro lado, foi desestimulada a produção da borracha, pelos métodos extrativistas tradicionais com a queda do monopólio governamental, a liberação do mercado e a retração do crédito. Para incentivar e operacionalizar tal projeto foram criados ainda na década de setenta, o PROTERRA, o Programa de Integração Nacional - PIN, e a POLOAMAZÔNIA.

Deste modo, o Estado abre o espaço para a transferência da propriedade da terra, possibilitando a penetração da grande empresa, especuladores e grileiros na região que essencialmente buscavam apropriar-se das terras com o reserva de valor e de acesso a outras formas de riqueza e, ainda, nessa perspectiva, ao desenvolvimento da pecuária extensiva.

O Acre encontrou, nesse momento, na figura do governador Wanderley Dantas (1970-1975), o grande incentivador da transferência das terras acreanas aos grupos forâneos. Alardeando uma proposta "modernizadora" do governo estadual, calcada no chamado "Projeto Oeste", o chefe do executivo estadual, desencadeia intensa campanha publicitária no Sul e Sudeste do país, visando divulgar as potencialidades das terras acreanas, as facilidades de sua

aquisição e vantagens de se investir no Acre. "Pro: uzir no Acre, investir no Acre e exportar pelo Pacífico", era o "slogan" da campanha que teve resposta e repercussões imediatas.

Motivados pelas promessas e pelos incentivos fiscais abundantes fornecidos pelo governo, não só pequenos e médios investidores, mas também grandes grupos econômicos passaram a adquirir terras no Acre.

No depoimento do governador Geraldo Mesquita na Comissão de Agricultura da Câmara Federal em 1975, ele afirmava que entre 1970-1974, foram vendidos seringais que somavam 4.290.000 ha (30% da área do Estado) a apenas 284 proprietários de fora, sendo que 32% desta área foi adquirida por apenas quatro grandes empresas.

Instalava-se assim uma nova fase da história econômica do Estado, bem como uma área de tensões sociais que surgirão no bojo do choque entre os ocupantes das terras que já as trabalhavam e os novos pretendidos donos. Na verdade, uma das consequências mais calamitosas que a venda das terras acreanas aos "sulistas" acarretou, foi a expulsão de grande número de famílias que dependiam da floresta e do extrativismo para a sua subsistência. Com a progressiva desarticulação dos seringais e a falência do aviamento, a maior parte deste contingente populacional começou a migrar para os centros urbanos, mormente Rio Branco. Os que tentavam em permanecer em suas terras em regime de subsistência, sofreram toda sorte de arbitrariedades e violências.

Os custos sociais dessa política foram altíssimos. A medida em que é desarticulado o sistema extrativista, aumenta assustadoramente o êxodo rural e as tensões no campo. No período da década de 70-80, a cidade de Rio Branco literalmente entumeceu, crescendo 39,4% e passando a contar com 66,17% de toda a população urbana do Estado. Com isto, agravaram-se, sobremaneira, os problemas sociais desta cidade, principalmente devido a sua precária infraestrutura.

Como resultado deste violento processo de expulsão e expropriação destes posseiros seringueiros, inicia-se a organização destes trabalhadores, cuja luta ganha expressão em aparelhos como a Igreja Católica, e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

A pressão sobre os seringueiros resultou em conflitos e tensões sociais cada vez mais violentos e na formação de um contingente ponderável de trabalhadores sem terra, cuja luta terminou por repercutir no seio mesmo do governo estadual, sob nova gestão (Gov. Geraldo Mesquita, 1975-1980) e na própria Agência Regional do INCRA. Sob o impacto da luta dos posseiros, seringueiros pela terra, e representando também, interesses ligados à produção extrativa da borracha, o poder estadual adotou uma clara política de prioridade à colonização, baseada na pequena propriedade familiar, na preservação do seringal nativo e no estímulo à produção da borracha. Passa então o governo ao processo de alienação de terras por interesse social, objetivando implantar os Projetos de Assentamentos Dirigidos. Infelizmente como se pôde inferir mais tarde, tais projetos ao invés de resolver o problema dos acreanos viriam a servir mais como válvula de escape para resolver as questões de desapropriação e tensões fundiárias do sul do país.

Foi no contexto destes acontecimentos todos que um grande contingente de seringueiros expulsos dos seringais acreanos, não obtendo outras colocações no Acre e não querendo aumentar o excedente da força de trabalho nas cidades, preferiu emigrar para a Bolívia, em busca de trabalho ou de um pedaço de terra onde pudessem continuar a atividade que vinham exercendo durante toda a sua vida. A oportuna pesquisa "Realidade dos Seringueiros brasileiros na Bolívia", efetuada pelas Dioceses de Rio Branco, Riberalta e assessorada pela CEPAMI, se de um lado mostra que o contingente de seringueiros que se pensava ter emigrado na época foi um tanto superestimado, serve para lançar luzes sobre toda uma realidade social,

econômica, educacional e religiosa em que vive esta população, literalmente abandonada senão por Deus, sem dúvida, pelos homens.

Pedro Martinello

Professor da Universidade Federal do Acre

PESQUISA COM OS SERINGUEIROS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Das 470 pesquisas realizadas, foram consideradas válidas 393. Das pessoas que responderam ao questionário, apenas sete mulheres são chefes de família, enquanto os outros 386 são do sexo masculino. Somando-se os chefes de família, os filhos e outras pessoas que vivem numa mesma residência, a pesquisa atingiu 2.000 pessoas. A média de cada família é, portanto, de cinco pessoas. A grande maioria são cronologicamente jovens, mais de 76% têm menos de 30 anos de idade. É uma população jovem.

I. NACIONALIDADE

A grande maioria dos entrevistados é de origem brasileira, havendo, no entanto, um número significativo de bolivianos. O quadro que segue pode nos dar uma idéia exata.

Quadro 1

NACIONALIDADE	%
Brasil	84,22
Bolívia	15,02
Peru	0,76
TOTAL	100

A pesquisa retrata, portanto, a vida dos brasileiros que vivem como seringueiros na Bolívia e de uma pequena parcela de bolivianos que também desempenham o mesmo trabalho.

Daqueles que nasceram no Brasil, a grande maioria é natural do Acre, ou seja, 77%. O estado do Amazonas contribuiu com 7,8%, Ceará com 7,00% e Rondônia com 2,00%. Não há seringueiros originários da Região Sul e Centro-Oeste. O mesmo pode-se dizer do Nordeste, exceção feita ao Ceará.

1.1. ESCOLARIDADE

Para avaliar o grau de escolaridade da população em questão, foram consideradas todas as pessoas acima de 6 anos de idade. Conforme mostra o quadro, constata-se que o grau de instrução é muito baixo.

Quadro 2

ESCOLARIDADE	%
Analfabetos	40,00
1º grau incompleto	22,50
1º grau completo	3,50
2º grau completo	0,60
Superior	0,24
Não responderam	33,40
TOTAL	100

Se considerarmos os que declararam ter o 1º grau incompleto e boa parte dos que não responderam, como analfabetos ou semi-analfabetos, veremos que mais de 66,00% são pessoas não alfabetizadas, isto é, não dominam os conhecimentos de leitura e escrita. E um índice muito elevado, que influi sobremaneira em qualquer trabalho pastoral que se queira desenvolver na área. Como trabalhar com uma população analfabeta?

A pessoa de nível superior é um seringueiro que foi entrevistado.

1.2. DOCUMENTAÇÃO

No que se refere à documentação, 54% disseram possuir algum tipo de documento e 13% não possuem nenhum. Ainda 33% das pessoas responderam a esta questão, referindo-se à Certidão de Batismo. Caso não a consideremos com valor civil, sobe a 46% da população pesquisado o número de pessoas sem documento. É preciso considerar que, a maioria que disse ter documentos, não os têm consigo. Estão no Brasil com os pais ou familiares.

É possível ser cidadão sendo analfabeto e sem documentos?

1.3. ESTADO CIVIL

Dos 393 chefes de família entrevistados, obteve-se como resultado na questão "estado civil" o seguinte quadro:

Quadro 3

ESTADO CIVIL	%
Casados	40,20
Amigados	38,15
Solteiros	11,20
Viúvos	2,80
Separados	1,80
Não responderam	5,85
TOTAL	100

Com relação aos casados, deve-se ressaltar que, não necessariamente, o são no civil. Das pessoas que disseram ser casadas, 53% o são no religioso apenas. É importante destacar, também, que o número de amigados é quase igual ao de casados. Para muitos, "morar juntos" é o mesmo que "casados" embora não haja nenhum vínculo jurídico.

Aí está mais um desafio para a Pastoral

Quase 85% dos chefes de família são brasileiros, porém grande parte de seus filhos são bolivianos, isto é, não nasceram no Brasil. Aproximadamente 45% da prole é natural da Bolívia. Este fato relaciona-se com o ano de entrada na Bolívia.

Constata-se que há muitos casais novos. Há diversos casos de pais com 14 e 15 anos de idade.

2. MIGRAÇÃO

Quadro 4

ORIGEM	%	PROCEDÊNCIA	%
Brasil	84,22		62,00
Bolívia	15,02		38,00
Peru	0,76		
TOTAL	100		100

Comparando os dados relativos à procedência e à origem destes migrantes, vê-se que há uma migração de brasileiros dentro da própria Bolívia. A diferença entre os que declararam ter vindo diretamente do Brasil e os que nasceram no Brasil é o saldo da migração de brasileiros dentro da Bolívia.

As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos entrevistados, em ordem de importância, na origem, são: seringueiro, agricultor, diarista, comerciante, operário e vaqueiro. Na procedência, praticamente o quadro não se altera. Temos em ordem de importância: seringueiro, agricultor, diarista, comerciante e pedreiro. Assim como na origem, os que migraram pela última vez do Brasil à Bolívia, provêm, em sua grande maioria, do Acre.

2.1. ANO DE ENTRADA NA BOLÍVIA

Segundo o estudo, há brasileiros que estão na Bolívia desde 1930: são apenas 4, mas estão naquele país desde a década de 30. A migração maior teve início a partir dos anos 50. Merecem destaque, entretanto, as décadas de 70 e 80. Do total de brasileiros que lá se encontram, 21% chegaram nos anos 70 e 43% dirigiram-se à Bolívia nos anos 80. Quase a metade das famílias de seringueiros que estão naquela região fronteiriça da Bolívia, lá estão há menos de 10 anos. Resta saber quais as transformações ocorridas nos seringaais do Acre, na última década, para entender porquê tantas famílias para lá se transferiram.

2.2. MOTIVOS DA MIGRAÇÃO

O levantamento tinha, como um de seus objetivos, entender, a partir dos próprios migrantes, os motivos da migração, ou seja, quais as causas, segundo eles, de terem migrado para a Bolívia.

Quadro 5

CAUSAS DA MIGRAÇÃO	%
A procura de melhora	26,00
Motivos familiares	17,05
Em busca de trabalho	16,80
Cortar seringa	13,45
Ganhar dinheiro	6,45
Terra	4,15
Exploração / vida fácil	3,35
Outros	12,75
TOTAL	100

Excetuando-se o item relativo à questão familiar, apontada por 17% como a causadora da migração, todas as demais causas estão relacionadas com a situação econômica das famílias de migrantes, em sua maioria, seringueiros. De fato, os itens melhora, trabalho, seringa, dinheiro e terra, perfazem, juntos, mais de 70% das motivações ou causas. Significa falta de oportunidade de trabalho ou de lugar de trabalho.

Resta saber, entretanto, se as condições econômicas melhoraram na Bolívia, ou se a situação econômica piorou.

Com relação ao número de migrações que as famílias já realizaram no seu percurso migratório, 65% migraram de uma a três vezes e 24% de quatro a oito vezes.

É importante lembrar, também, que, em geral, a migração é feita junto com a família. 75% migraram nesta condição.

2.3. COLOCAÇÃO

Quadro 6

PROPRIEDADE	%	Nº DE ESTRADAS	%
Comprada	33,85	1 a 3 estradas	28,00
Abriu por sua conta/ reabriu	31,00	+ de 3 estradas	46,80
Cedida	7,40	12 estradas	7,60
Ocupou	2,10	16 estradas	1,45
E do patrão	1,50	18/19 estradas	1,45
Não responderam	24,60	25 estradas	0,30
		60 estradas	0,60
		80/100 estradas	0,60
		Não responderam	13,20
TOTAL	100	TOTAL	100

O quadro mostra que boa parte dos seringueiros comprou ou abriu por conta própria a colocação, sendo que a maioria têm mais de três estradas de seringa. Inclusive há alguns seringalistas, pois possuem alguma dezenas de estradas de seringa. Isto vale para os que têm mais de 60 estradas.

O seringueiro nunca é dono da terra e sim da colocação. A terra é sempre da União.

3. CONDIÇÕES DE VIDA

A grande maioria têm casa de madeira, ou seja, de "paus". Segundo o levantamento, 60% são proprietários da casa ou rancho e 38% moram em casa cedida por parentes, amigos ou conhecidos.

Das 393 famílias pesquisadas, apenas uma tem geladeira. O mesmo acontece com a motosserra e a televisão. Três famílias, somente declararam possuir máquina de costura.

No quadro abaixo, cujas percentagens não podem ser somadas, percebem-se quais as prioridades na vida de um seringueiro.

3.1. MÓVEIS E UTENSÍLIOS

Quadro 7

MÓVEIS E UTENSÍLIOS POSSUÍDOS	%
Fogão à lenha *	92,00
Rádio/gravador	56,75
Camas	55,00
Mesas e cadeiras	48,00

* Fogão à lenha: é feito de barro e madeira.

É interessante notar que, enquanto quase 60% deles possuem rádio/gravador, mais de 50% não têm mesas e cadeiras em suas casas e quase 50% não têm cama para dormir. Não ter cama é compreensível: boa parte das pessoas da região usam a rede para dormir, ou não tem condições de transportá-la até à colocação. Por outro lado, enquanto a maioria não têm mesas e cadeiras, são poucos os que não possuem um aparelho sonoro. Certamente que possuir rádio é uma forma de sair do isolamento e da falta de comunicação a que é submetido o seringueiro.

3.2. CONSUMO MENSAL

A grande maioria consome regularmente arroz, feijão, carne, ovos e açúcar. 57% não têm o hábito de consumir verduras e 54%

não tomam leite; 56% não consomem nenhum tipo de bebida, exceto água. Podemos imaginar o quanto ficam expostas às doenças as crianças sem consumir o leite e verduras. Com relação à verdura, algumas famílias têm couve e a maioria usa cheiro verde como tempero.

A aquisição destes produtos básicos revela uma dependência muito grande do marreteiro e do patrão. Praticamente todos os seringueiros da região adquirem os produtos do patrão ou do marreteiro que passa de barco. Apenas 7,5% compram por sua conta os víveres na vila ou cidades mais próximas. O item carne, refere-se a animais do mato.

Com relação às refeições, a grande maioria declarou que faz três por dia. Resta saber como são estas refeições.

3.3. INFRA - ESTRUTURA

Pela pesquisa efetuada pode-se perceber que há praticamente uma ausência total de serviços sociais como escola e posto de saúde.

Quadro 8

	ESC. %	POSTO DE SAÚDE %
Não existe	65,75	65,80
Existe	6,35	2,10
Não sabem/não responderam	27,90	32,10
TOTAL	100	100

Os que disseram que não sabem ou não responderam, é porque não existe nem escola e nem posto de saúde. Portanto, para 93,65% não há escola e para 97,90% não há posto de saúde.

Pode-se, portanto, afirmar que não existem na região, nem escolas e nem postos de saúde. Isto reforça o problema já visto em ESCOLARIDADE (l.1. - Quadro 2); a maioria da população é analfabeta e agora, constata-se que, praticamente, não há escolas.

Como e com que instrumentos trabalhar com uma população analfabeta e sem escola?

Ainda segundo o levantamento, a maioria dos seringueiros trabalha sozinho na mata. Apenas 11% disseram que trabalham com a família e 17% fazem seu trabalho acompanhado de outras pessoas.

Praticamente não existem postos de saúde, mas os pesquisadores disseram que a saúde da população é boa numa das regiões pesquisadas, a do Alto Rio Acre.

4. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

A grande maioria dos seringueiros da região produzem de 100 a 300 quilos de seringa por mês. 75% disseram que produzem dentro da faixa acima citada. Seis declararam produzir menos de 1000 quilos. O preço por quilo de seringa varia de Cr\$ 35,00 a Cr\$ 70,00. Na questão da comercialização do produto, ocorre o mesmo que com a compra dos víveres. 40% vendem a seringa ao patrão e 45% a vendem ao marreteiro. Não é, propriamente uma venda e sim uma entrega do produto. O patrão ou o marreteiro tanto estabeleceu o preço da seringa que o seringueiro entrega, como o valor dos víveres que ambos fornecem ao seringueiro. E duplamente explorado e, conseqüentemente, sempre endividado.

49% dos entrevistados declararam que colhem castanha. O preço por lata de castanha varia de Cr\$ 30,00 a 100,00. Assim como ocorre com a seringa, a castanha também é entregue ao marreteiro ou patrão.

Com relação à produção de subsistência, 70% produzem alguma espécie de cereal (arroz, feijão, milho) e também mandioca. Em grande parte, é para o próprio consumo. Apenas 12% produzem gêneros de primeira necessidade para venda.

No tocante à criação de animais domésticos, apenas as aves e suínos estão presentes na maioria das famílias. Os demais animais praticamente inexistem.

4.1. TRANSPORTE

Quadro 9

MEIO DE TRANSPORTE	%
Não têm	63,45
Canoa / barco	23,00
Animal	6,55
Trator *	0,25
Moto *	0,25
Não responderam	6,50
TOTAL	100

** O trator e a moto são de propriedade do seringueiro.

Nota-se portanto, que a grande maioria não tem nenhum meio de transporte, o que aumenta ainda mais a dependência em relação ao marreteiro ou ao patrão.

4.2. AQUISIÇÃO E PREÇO DOS VÍVERES

Já dissemos acima que os produtos são adquiridos ou vendidos pelo patrão ou marreteiro. A observação fundamental com relação aos preços, é a disparidade. A lata de óleo, por exemplo, varia de Cr\$ 80,00 a 700,00; o quilo de sal varia de Cr\$ 40,00 a 500,00; a barra de sabão, de Cr\$ 60,00 a 500,00; e um quilo de chumbo, de Cr\$ 500,00 a 2.000,00. A lata de leite em pó que na época valia Cr\$ 300,00 no Brasil, na Bolívia variava de Cr\$ 400,00 a 800 cruzeiros.

5. PROBLEMAS

Ao serem interrogados se, de modo geral, encontram algum problema na Bolívia, a grande maioria, 62%, disse que não tem nenhum tipo de problema, sendo que alguns disseram que encontram dificuldades com os impostos altos e também pelo fato de serem estrangeiros. No que se refere à terra, 60% declararam não existir qualquer problema.

Se, de modo geral, os entrevistados dizem que não encontram maiores problemas, o mesmo não ocorre com relação à compra dos víveres, à venda dos produtos e à infra-estrutura.

5.1. COMPRA E VENDA DOS PRODUTOS

Mais de 60% reclamam que os víveres que adquirem do patrão ou do marreteiro, são muito caros. Apenas 1,60% disseram que o preço dos produtos é normal, ou seja, está bom assim. Os demais não quiseram se pronunciar sobre o assunto, por medo de ficarem sem os produtos, apesar de caros. E que não há outra alternativa.

Dos que se manifestaram, 68% disseram que o produto que vendem não tem valor, ou é muito baixo o que recebem pelo que produzem. É estranho que 35% não se manifestaram, tanto em relação ao preço dos víveres como no preço dos produtos que vendem.

5.2. INFRA-ESTRUTURA

No item relativo à escolaridade, vimos que há uma porcentagem alta de analfabetos e semianalfabetos (60%). Perguntados sobre se há problemas relativos à escola, apenas 2,50% disseram haver algum tipo de problema. A grande maioria disse que não tem problema, ou seja, não é um problema para eles não ter escola. Mesmo porque isso permite poder contar desde cedo com a mão de obra dos filhos.

Resta saber se realmente está tudo bem ou se a situação é tão difícil que sequer há condições de perceber este problema.

Desafio: Como trabalhar com uma população analfabeta que diz não haver problemas em relação à escola?

Com relação à saúde não apareceram problemas também, sendo que 65,80% disseram que sequer existe posto de saúde ou algum tipo de atendimento à saúde. O fato é que inexistem postos de saúde na região.

6. ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

Para avaliar o grau de participação foi perguntado em que os entrevistados participam. Para isto foram apresentadas alternativas tais como: sindicato, cooperativa, igreja, associação e partidos. O quadro mostra que a participação é mínima.

Quadro 10

PARTICIPAÇÃO	%
Não participam de nada	78,80
Participam de alguma atividade	10,68
Não responderam	10,52
TOTAL	100

Os que declararam participar de alguma atividade, participam das seguintes atividades em ordem de importância: sindicato 6,19%; cooperativa 1,50%; igreja 1%; partidos 0,75%; associação 0,25%; os demais não responderam. Os que disseram que participam, o fazem no Brasil. Os 14,52% que não responderam é porque não conhecem e portanto não participam. O índice de não participação é de 89,32%.

Desafio: Com esse índice de participação, que pastoral é possível desenvolver?

7. RELIGIÃO E PASTORAL

As religiões às quais pertencem os entrevistados, são as seguintes:

Quadro 11

RELIGIÃO	%
Católica	85,00
Assembleia de Deus	11,75
Pentecostal	1,00
Evangelista	0,75
Congregação Cristã	0,25
Nenhuma	0,75
Não responderam	0,50
TOTAL	100

Quando interrogados se participam de alguma atividade comunitária, 75% declarou: "não participar de nada. Como entender um número tão elevado de não participantes, se 85% disseram que são católicos? Pode-se concluir que não há vida estruturada comunitária ou se consideram católicos devido a outros fatores (terem sido batizados por exemplo), que não envolvem uma vida comunitária ou algum outro tipo de compromisso.

No que diz respeito à organização da igreja, a maioria disse que não há, ou há pouca organização. Aqueles que disseram haver algum tipo de organização, ainda que poucos, apontam os seguintes trabalhos pastorais: Desobriga, comunidade e festas religiosas. Dentre elas, destacam-se: São Francisco, São Sebastião, Santo Antônio, Santa Luzia, São João e São Pedro.

7.1. SACRAMENTOS

Das 2.003 pessoas pertencentes às 393 famílias pesquisadas, 332 famílias declararam-se católicas. O total de católicos, relativos às famílias pesquisadas é de 1.660 pessoas. Entretanto, há 20,3% que não são batizados, apesar de se declararem católicos, ou seja, 20,50% dos católicos não são batizados.

Apenas 36% dos pais católicos e 27% das mães fizeram a primeira eucaristia. Das 332 famílias católicas, 33% dos pais disseram que são caridos na igreja. Os demais são ajuntados, amigos, e 12% não responderam a esta questão. 42% dos pais disseram que são crismados, e 35% das mães também o foram; 25% dos pais disseram que já se confessaram e 21% das mães também já o fizeram. O índice elevado de pessoas crismadas deve-se ao fato de que antigamente o batismo e o crisma eram ministrados na mesma ocasião.

Constatamos, portanto, que há uma parcela significativa de não batizados, sendo que a maioria não participa dos demais sacramentos. É interessante notar que o índice de não participação nos demais sacramentos, é bem maior entre as mulheres do que entre os homens. Por quê? E porque as mulheres têm que ficar em casa cuidando dos filhos.

7.2. ATENDIMENTO DA IGREJA

Embora a maioria diga que não há praticamente nenhum atendimento por parte da igreja, 58,50% declararam estarem satisfeitos com o atendimento por ela dispensado, e 30% não estão satisfeitos.

Há, portanto, uma grande contradição entre o que a igreja faz, que é muito pouco, e o grau de satisfação dos católicos. A aparente satisfação com o trabalho da igreja se deve ao fato de que a maioria desconhece a atuação da igreja hoje. E de se levar em conta a mentalidade do povo: igreja em função de sacramentos como batismo e casamentos. Só num contato mais íntimo e prolongado é que aparecem os problemas.

7.3. SUGESTÕES AO TRABALHO DA IGREJA

Na pesquisa foram solicitadas sugestões aos entrevistados a fim de que a igreja possa melhorar a sua ação pastoral na região. Embora praticamente inexistente uma prática eclesial, as sugestões dadas pelos entrevistados são muito interessantes. Por aquilo que sugeriram, percebe-se que muitos deles devem ter tido uma prática eclesial no Brasil, com uma possível ligação nas CEBs.

Quadro 12

SUGESTÕES AO TRABALHO DA IGREJA	%
Visita às famílias	26,45
Comunidade/Grupos de evangelização	22,90
Apoio	9,40
Ajuda nos problemas sociais	4,60
Reuniões com o povo	2,80
Não sabem *	33,85
TOTAL	100

* "Não sabem" é porque não conhecem, não têm nenhuma experiência.

8. ANÁLISE E COMENTÁRIOS

A pesquisa realizada no período de dezembro de 1990 a janeiro de 1991, ao longo do Rio Abunã, que divide o Acre da Bolívia, Mamã, Caramano, Chipamano e Alto Rio Acre, numa região que vai desde Extrema, na divisa de Acre ou Rondônia, até a divisa com o Peru, numa extensão de 700 quilômetros de comprimento por 50 quilômetros de largura, revelou algumas características e tendências que passamos a destacar.

8.1. ÁREA OCUPADA POR BRASILEIROS

Antes de fazer o levantamento haviam muitas dúvidas e contradições com relação ao número de seringueiros brasileiros que ocupam aquela região da Bolívia. Pelas informações obtidas pelos pesquisadores, após ter contacto com 470 famílias, pode-se afirmar que existem em torno de duas mil e quinhentas famílias na região, ou seja, cerca de 15 mil brasileiros e não quarenta ou cinquenta mil como se estimava antes da pesquisa. Pode-se ver que há um número superior de brasileiros adentrando mais no território boliviano. Isto implicaria em outro estudo.

É uma população, situada em território boliviano, composta quase que exclusivamente de brasileiros, que dificilmente se fixa. Muda constantemente de um seringa para outro e de colocação, da Bolívia ao E asil e vice-versa. O movimento se dá segundo o tempo da colheita da castanha ou seringa.

Por outro lado, essa população deslocou-se para lá, em sua grande maioria, em torno de 50%, na década de 50 sendo que 77% dos seringueiros brasileiros que estão naquela região, nasceram no Acre. Faz-se necessário um estudo para saber das transformações ocorridas na estrutura fundiária e na agricultura daquele Estado para entender porque tantas famílias se mudaram para lá na década passada. O que aconteceu com os seringais do Acre? Foram extintos, mudaram de donos?

8.2. GRAU DE INSTRUÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Trata-se de uma população com elevado grau de analfabetismo, cerca de 66%. A isto soma-se a porcentagem de 46% sem documentos. Qual é o futuro desta população analfabeta e sem documentos? Terão condições de permanecer no país vizinho? Até quando? E, se um dia tiverem que voltar, o que farão? Trabalharão nos seringais dos quais por um motivo ou outro tiveram que sair? Onde?

Pastoralmente falando, há uma série de dificuldades. Além da distância, da inexistência de meios de transporte, da falta de infraestrutura, das famílias que não sabem ler. Que pastoral desenvolver junto a uma população com tais características e que tende a ficar cada vez mais pobre econômica e culturalmente?

8.3. MIGRAÇÃO EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

Se examinarmos com atenção o quadro número 5, veremos que todas as motivações dizem respeito à procura de melhores condições de vida, condições estas não encontradas na terra natal. Pelos dados revelados constata-se que as condições de vida não melhoraram, pelo contrário, a vida na Bolívia apresenta as mesmas agruras enfrentadas no Brasil, com a agravante de estarem num país estrangeiro, onde não há a quem se dirigir para reivindicar os direitos ou defender-se das arbitrariedades da polícia, comissários, marreteiros ou patrões, constata-se, ainda, a realidade: não houve melhora. Basicamente a migração para a Bolívia se deu por questões econômicas, ou seja, falta de oportunidade de trabalho ou de lugar para trabalhar. A pesquisa revela que os objetivos buscados não foram atingidos.

8.4. EXPLORAÇÃO NOS VÍVERES E PRODUTOS

Talvez seja este o maior problema desta população. Na venda dos víveres quem faz o preço é o marreteiro e o patrão; o mesmo ocorre na venda da seringa, ou melhor, na entrega da seringa e castanha. Os seringueiros não estabelecem preços, e sim, entregam a seringa para saldar a conta da aquisição de víveres, cujos preços são determinados pelo patrão ou marreteiro. Aos seringueiros resta aceitar tais condições. É um comércio injusto, autoritário, explorador e expropriador.

No levantamento, apenas seis chefes de família fizeram referência à cooperativa e um, apenas, disse participar de associação. Isto significa que os seringueiros estão completamente desprovidos de algum órgão que os possa defender. Além disso, apenas 6% disseram que a Igreja Católica se envolve nas questões sociais.

Portanto, esses emigrantes brasileiros estão à mercê da sorte ou da boa vontade dos comerciantes e intermediários. A pesquisa não revelou haver algum início de organização para fazer frente a esta situação.

8.5. PARTICIPAÇÃO

Pastoralmente falando, talvez este seja o dado mais preocupante que a pesquisa revelou.

Falando de participação em geral, 75% declararam não participar de nada. Apenas em relação ao sindicato 6% disseram ter algum tipo de participação. Com relação às demais organizações, o índice não passa de 1,50%. Isto vale para cooperativa, igreja, partido e associação. Com relação à associação, só uma pessoa declarou estar participando.

Conclui-se que a vida eclesial na região é pequena, diríamos insignificante. O que eles sabem, e apontaram como sugestão para a vida eclesial católica, provavelmente é fruto de uma experiência anterior no Brasil.

9. SUGESTÕES PARA O TRABALHO DA IGREJA

Segundo as indicações da pesquisa e pelas sugestões dos próprios entrevistados apontamos as seguintes atividades ou linhas de ação para uma pastoral junto aquele povo migrante.

9.1. VISITA ÀS FAMÍLIAS

É indispensável, para se ter um conhecimento, um entrosamento e encaminhamento de algum trabalho onde se façam visitas sistêmicas às velas famílias. Foi o que elas mesmas mais solicitaram por parte dos sacerdotes ou agentes de pastoral.

9.2. CRIAÇÃO DE CEBs OU GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO

É necessário que se criem muitas CEBs para reunir esse povo disperso, seja para celebrar e aprofundar a fé, seja para projetos buscarem saídas para os inúmeros problemas que a pesquisa revelou e que, para solução dos mesmos, não há quem esteja fazendo algum tipo de trabalho.

9.3. APOIO ÀS LUTAS SOCIAIS DO POVO

Como igreja, é necessário dar um apoio real e efetivo para livrar os seringueiros sobretudo da exploração no preço dos víveres e da expropriação a que são submetidos quando entregam o produto que colhem com tanto sacrifício. Neste sentido, a igreja em sua pastoral pouco ou nada tem feito nesta área.

9.4. SAÚDE E EDUCAÇÃO

Apoiar o povo para conquistar estes direitos. Para isto é necessário que sejam feitos os documentos das pessoas. Como reivindicar sem estar documentado?

9.5. INCENTIVO E ACOMPANHAMENTO NA CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

Dar incentivo e apoio a fim de que os próprios seringueiros criem os seus mecanismos de organização e defesa dos seus direitos, sobretudo em relação ao preço dos seus produtos.

9.6. VALORIZAÇÃO DAS FESTAS RELIGIOSAS

Valorizar estas festas em que o povo se reúne, também para fazer uma catequese sacramental, além de realizar os sacramentos e regularizar as situações irregulares.

9.7. QUESTIONAMENTOS POLÍTICOS

Quem é responsável pela situação?

O que o governo brasileiro está fazendo?

Os convênios só atingem a cidade, e o campo como fica?

O que pensa o governo boliviano e o que faz por esta gente?

M A P A

Os Mapas identificam os locais que foram objeto de pesquisa, não contém medidas milimetrográficas, com exceção do Mapa 15.

O RIO BRANCO

POLÍTICA

Aleac investiga denúncia

e escravidão

de caso
escravidos

A Comissão Especial formada pela Assembléia Legislativa para investigar a situação e as condições de sobrevivência de 15 mil seringueiros brasileiros, residentes no território da República da Bolívia — segundo dados da Diocese de Rio Branco e da Igreja Católica do Departamento de Pando, no vizinho país — viaja hoje a partir das 14 horas. A Comissão é suprapartidária e é composta pelo deputado Osmarino Amâncio (PT) — autor da proposição — Elson Bózera (PRN), Adalberto Ferreira (PMDB), Sérgio Taboada (PC do B), Armando Salvatierra (PDS) e Manoel Machado (PDS). O período de investigação dos parlamentares acreanos se estenderá até o dia 07 do próximo mês. Os levantamentos iniciais sobre as atividades oxifalvistas, sendo iniciados no Serim, Itiquinia, localizados a aproximadamente 90 quilômetros de Brasília, na direção do município de Assis, Brasil.

No próximo domingo os seis deputados farão uma visita de inspeção no Projeto de Assentamento Santa Quitéria, localizado a 90 quilômetros de Brasília e Assis, Itiquinia, na segunda-feira próximo um encontro, por via com o movimento sindical de Brasília, em contato com as autoridades locais. Na terça-feira os deputados serão recebidos em audiência pelas autoridades diplomáticas da Bolívia, oportunidade em que será explicado o motivo da visita à área da fronteira daquele país com o Brasil. Nos dias seguintes os deputados se deslocarão até a cidade de Santo Ildefonso, seguindo de carro pela estrada que liga a cidade peruana de Porto Rico. Também será visitada a localidade denominada Vera Cruz, constituída por seringaais e, segundo informações oficiais, por diversos garimpeiros brasileiros.

mente explorados. Na sequência consta da programação uma visita à BR que liga a Bolívia a Bolpeta, no Peru e que está incluída dentro do itinerário da integração entre Brasil-Bolívia e Peru, conforme as informações prestadas pelo deputado Osmarino Amâncio.

Somente hoje os parlamentares pretendem apresentar na Assembléia a relação completa dos servidores e assessores que farão parte da comitiva, bem como sobre esclarecidos os custos do deslocamento da delegação à Bolívia e a algumas partes do território peruano. Por força do Regimento Interno da Assembléia, todos os parlamentares foram obrigados a comunicar formalmente a Mesa Diretora, os motivos da viagem ao vizinho país. Ou seja, a realização de diligências para apurar a realidade das denúncias encaminhadas à Assembléia Legislativa pelos membros do PL e Comissão Pastoral da Terra e pelo Conselho Nacional dos Seringueiros. Consta que os brasileiros não possuem direitos individuais e coletivos, seus filhos são obrigados a ingressar compulsoriamente no Exército boliviano, são forçados a pagar taxas extorsivas caso queiram permanecer naquela paisagem de estarem completamente abandonados nas matas, sem assistência médica, hospitalar, religiosa e educacional.

Os deputados estaduais pretendem fazer os levantamentos e será enviado à Presidência da República, Congresso Nacional, Ministério das Relações Exteriores, Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e outros órgãos, um relatório circunstanciado sobre as reais condições de vida dos 15 mil brasileiros que forçadamente foram obrigados a se transferir para a República da Bolívia. (A/1)

A Gazeta, quinta
19-11-92

Governo boliviano já expulsa seringueiros

Os brasileiros que vivem nos seringais da Bolívia já começaram a ser expulsos. A denúncia foi feita ontem na Assembleia Legislativa pelo vice-líder do PT, deputado Osmarino Amâncio. Disse que nos últimos dias, duas famílias de seringueiros foram expulsas. Segundo ele, para este fim de semana estão previstas novas expulsões. "Devido a isso, o clima é de apreensão entre os cerca de 15 mil brasileiros que cortam seringa e colhem castanha nos seringais da Bolívia", afirmou o deputado.

Para Osmarino, as expulsões de brasileiros são represálias ao trabalho dos membros da Comissão Especial de deputados que, no início do mês, esteve nos seringais da Bolívia para averiguar denúncias de maus tratos praticados com os seringueiros. Osmarino disse que o governo boliviano estaria dando o prazo de 48 horas para os brasileiros se retirarem do país. O deputado revelou, por exemplo, que as denúncias de expulsão dos se-

ringueiros foram confirmadas pelo comerciante Waldemar Lopes, que atua nos seringais bolivianos.

O deputado denunciou também que a Carteira de Migração da Bolívia vai mandar a polícia expulsar mais famílias de seringueiros no final desta semana. Antes disso, ocorrerá, alertou Osmarino, "é preciso chegar gente neste um acordo com o governo boliviano. Do contrário, todos os brasileiros vão ser expulsos dos seringais". Com a expulsão dos brasileiros, o deputado Osmarino Amâncio prevê que haverá um grande conflito social do lado brasileiro.

Não temos como receber esses brasileiros. Aliás, as cidades não oferecem as mínimas condições, afirma Osmarino, "é necessário ser necessária a intervenção do Ministério das Relações Exteriores para evitar que mais brasileiros sejam expulsos dos seringais da Bolívia". Osmarino cobrou também a elaboração imediata do relatório da



Osmarino Amâncio, vice-líder do PT, denunciou a situação dos brasileiros que vivem nos seringais bolivianos. O deputado disse que a Comissão Especial deve se reunir hoje na Assembleia Legislativa para começar a elaborar o relatório.

*O Rio Branco,
Quinta, 26*

Caso dos seringueiros é discutido na Federal

A Comissão Especial que investigou a situação de sobrevivência dos seringueiros brasileiros residentes na Bolívia, composta pelos deputados Osmarino Amâncio (PT), Sérgio Taboada (PC do B), Manoel Machado (PDS), Armando Salvatierra (PDS) e Elson Bezerra (PRN), visita hoje a Polícia Federal, segundo informou a vice-liderança petista na Assembleia Legislativa. Osmarino disse que vai informar à Superintendência da PF sobre os protestos formais efetivados no Congresso Boliviano pelo senador Leopoldo Fernandes. Segundo Osmarino, durante a transmissão de uma partida internacional de futebol, um locutor de um canal de televisão afirmou que o jogador Diego Maradona (argentino) está mais marcado do que boliviano em aeroporto ou rodovia.

ria, atacou. Ocorre que a Bolívia é vítima de acusações gratuitas e acusada de ser produtora e exportadora de cocaína e seus derivados, disse Osmarino.

Apesar das estatísticas fornecidas pela Igreja Católica do Departamento de Pando e da Diocese de Rio Branco, lerem tornado público que na área fronteiriça entre o Acre e a Bolívia vivem, aproximadamente, 15 mil seringueiros, em regime de semi-escravidão, aversão não foi comprovada pelos parlamentares da Comissão Osmarino. O deputado Adalberto Ferreira (PMDB) diz que "os brasileiros são tratados na Bolívia como irmãos". Já o deputado Osmarino Amâncio denunciou que "várias famílias estão sendo obrigadas a deixar o território boliviano devido às

informações prestadas aos membros da Comissão Especial que visitou o vizinho país. Os parlamentares também confirmaram para hoje uma audiência com o governador Rômulo Magalhães, envolvendo a exposição completa sobre os levantamentos realizados dentro da área boliviana, na primeira quinzena deste mês. O deputado Armando Salvatierra (PDS) recomendou ao vice-líder do PT precatório nos seus pronunciamentos e referências contra o governo boliviano para que não sejam criadas situações embaraçosas ou diplomáticas com a Bolívia. O chefe da imigração boliviana, Hector Gonzales, também será recebido em audiência pelo governador Rômulo Magalhães, segundo informações prestadas pelo deputado Armando Salvatierra. (AJ)

*A gazeta, sext
28-10-92*

Comissão investigará escravidão

A Assembleia Legislativa acatou ontem o pedido do deputado Osmarino Amâncio, do PT, para a formação de uma Comissão Especial, que terá o objetivo de analisar as condições de vida dos brasileiros — cerca de quinze mil — que vivem nos seringaais da Bolívia, onde cortam seringa e colhem castanhas e que estariam submetidos a um regime de semi-escravidão. O requerimento foi aprovado pela maioria dos deputados. Ontem mesmo foram indicados os nomes dos deputados que vão compor a Comissão Especial.

Os deputados indicados foram: Elson Bezerra (PRN), Armando Salvatierra (PDS), Osmarino Amâncio (PT) e Sérgio Taboada (PC do B). A bancada do PMDB deverá indicar, na terça-feira, dois deputados para fazer parte da Comissão Especial. Também será definida na terça-feira a data em que os deputados irão viajar para a Bolívia, onde, segundo Osmarino, vão se reunir com as autoridades daquele País para discutir a situação dos brasileiros que, há anos, vivem nos seringaais.

A Comissão Especial terá a

incumbência de verificar o pagamento de impostos por brasileiros ao governo da Bolívia, a exigência da Carteira de Estrangeiria e por quais motivos os filhos dos seringueiros são forçados a servirem ao Exército boliviano. O deputado Osmarino Amâncio, que propôs a formação da Comissão, disse que durante a visita será feita uma reunião com o vice-cônsul do Brasil em Cobija, com o prefeito de Pando, além de uma visita ao Departamento de Porto Rico, que fica localizado a 180 Km de Cobija. Osmarino explicou que nas

margens da estrada que liga Cobija e Porto Rico existem milhares de seringueiros brasileiros. A intenção do deputado é que a Comissão Especial chegue até La Paz, capital da Bolívia.

Depois da inspeção nos seringaais da Bolívia, afirma Osmarino, "nos iremos à Brasília para entregar um relatório ao Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, e pedir uma ação imediata para resolver a situação dos brasileiros que vivem nos seringaais da Bolívia".

*U Rio Branco, quinta
29-10-92*

Deputados viajam para investigar os casos de escravidão

A Comissão Especial formada pela Assembleia Legislativa para investigar as condições de sobrevivência de 15 mil seringueiros brasileiros residentes no território da República da Bolívia. Segundo denúncias da Diocese de Rio Branco e da Igreja Católica do Departamento de Pando, vizinho país, a Comissão é suprapar-

tidária e os levantamentos iniciais sobre as atividades extrativistas serão iniciados no Seringa, Iquitos, localizado aproximadamente 60 quilômetros de Brasília, na direção do município de Assis Brasil.

No próximo domingo os seis deputados, que compõem a comissão farão uma visita de inspeção no Projeto de Assen-

tamento Santa Quitéria - localizado no quilômetro 90, estrada Brasília e Assis Brasil - onde, na segunda-feira, promoverá um encontro popular com o movimento sindical da Bolívia, Epitaciolândia e com as autoridades locais. Na terça-feira os deputados serão recebidos em audiência pelas autoridades diplomáticas da Bolívia. (Pág. 3)

0685463070

STRB ID ACRE (CUT)

474 P01

08/12/92 10:28

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília - Acre

Fundado em 21-12-75 -- Reconhecido pelo MTTB em 20-10-78

Rua Geny Assis, 297 -- CEP. 69.930 - Brasília - Acre

Trabalhador Rural Sindicalizado é Trabalhador Protegido

04046090/0001-0

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília

Rua Geny Assis, 297

CEP 69.930

REIVINDICAÇÃO DOS TRABALHADORES DE BRASÍLIA

EPITACIOLÂNDIA - Brasília-AC, 03 de nov. de 1992

Senhores Deputados,

O STR de Brasília chega às vossas Senhorias(V. Sr.) com nossas reivindicações para os trabalhadores que se encontram abandonados pelo governo do Estado, Prefeitura e Governo Federal.

Esperamos que os Senhores Deputados encaminhem nossos pedidos aos respectivos órgãos responsáveis pela solução das necessidades dos trabalhadores, motivo esta. relatamos as nossas reivindicações:

a) Abertura de ramal no município de Brasília e Epitaciolândia numa área aproximada de 2200Km (dois mil e duzentos quilômetros) de ramal.

b) Assistência médica e construção de postos de saúde na área rural que aproximadamente deveria ser construído em torno de 40(quarenta)postos de saúde com atendimento médico e medicamentos.

c) A ampliação da rede de educação na área rural com escolas de primário ao ginásio.

d) Financiamento para os pequenos produtores com subsídio, ou seja, quarenta linhas que 3% dos recursos do Estado devem passar para a produção agrícola.

e) Ampliação da linha de transporte para os pequenos produtores no município de Brasília e Epitaciolândia.

Desde já agradecemos aos senhores deputados das nossas reivindicações e esperamos que a aprovação de nossas reivindicações.

[Handwritten signature]
SECRETÁRIO GERAL



1885463070

STRB DO ACRE (CUT)

474 P32

08/12/92 10:29

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília - Acre

Fundado em 21-12-75 — Reconhecido pelo MTB em 20-10-78

Rua Geny Assis, 297 — CEP. 69.930 - Brasília - Acre

Trabalhador Rural Sindicalizado é Trabalhador Protegido

REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DE BRASÍLIA e EPIFANIOLÂNDIA-Brasília-Ac, 03 de nov. 1992

O STR de Brasília chega à V. Srs com as seguintes preocupações nos seringais dos municípios de Brasília e do Estado, porque estes trabalhadores estão abandonados sem educação, sem assistência médica e sem preço da borracha, castanha e outros produtos.

Esperamos que os Senhores Deputados em conjunto com o governo do Estado possam achar uma saída para os problemas dos povos da floresta junto ao governo Federal, no Ministério do Meio Ambiente para subsidiar os produtos da floresta e apressar a entrega dos documentos para os seringueiros do título de Uso e Concepção da Reserva.

Desde já nos colocamos antecipadamente a disposição dos Senhores Deputados e esperamos ser atendidos em nossas reivindicações.

Recebemos: 03/11/92
José da Silva Pereira
T. L. Silva Pereira
SECRETÁRIO GERAL
Sr. Sérgio Taboada - P. do B
Sr. ADALBERTO FERREIRA (PMDB)
Sr. Armando Selva, etc (POS)
R. Osório

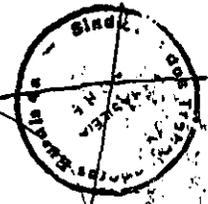
04046690/0001-02

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília

Rua Geny Assis, 297

CEP 69.930

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~



Filiado à CUT

0000481070

SIBR DO HIRE (CUT)

474 P03

08/12/92 10:32

Reinaldo Rodrigues de Freitas

04046090/0001-02
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília
 Rua Celso Assis, 2/4
 CEP 70.830
 Brasília - DF



Filiado à CUT

Francisco Alves Pereira

Anatalia Antaneto dos Santos

Arnaldo Carneiro

leciona:

Dep. Sérgio Taborda (PMDB)

DEP. Osmarino Amancio (PT)

Dep. Aryando Selostiana (PDS)

Dep. Adalberto Ferreira (PMDB)

Estado do Acre
Assembléia Legislativa

REQUISITOS PERMANÊNCIA TEMPORAL

1. — *Passaporte vigente com Visa de Objeto Determinado*
2. — *Memorial dirigido al Subsecretario de Inmigración solicitando la permanencia Temporal*
3. — *Contrato de Trabajo legalizado por el Ministerio de Trabajo especificando la duración del mismo*
4. — *Certificado de la Misión a la que pertenece. Certificado de estudios (Solamente para estudiante universitario y estudiantes de los ciclos (Básico, Intermedio y Medio)*
5. — *Certificado de antecedentes Policiales (c. Sucre Criminalística)*
6. — *Registro domiciliario (Criminalística)*
7. — *Formulario de solicitud de Permanencia Temporal*
8. — *Formulario de Cambio de Visa*
9. — *Para solicitud Temporal por 2 años adjuntar valoradas por Bs. 100.*

Nota. — Es facultad del Estado boliviano, acceder o rechazarla. Permanencia temporal de extrajeros en el país.

Estado do Acre

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

Realizada em: 5-11-92

Local: Vera Cruz

Objetivo: Ouvir os brasileiros que moram na Bolívia

Deputado Osmarino Amâncio: Nós que fazemos parte dessa Comissão Especial, viemos até aqui, para ouvir de vocês, como se encontra a situação de vocês nos seringueiros, da Bolívia, porque geralmente, a gente só vê Deputado quando é candidato, só em época de eleição pra pedir voto, então esses Deputados vieram agora, fora de eleição, discutir os problemas. Temos com nós o vice-prefeito de Brasília e outras pessoas que nos acompanha, agora a gente gostaria de ouvir de vocês, e a gente espera que vocês tenha a liberdade de colocar sem qualquer cisma, para que a gente possa ouvir vocês, tanto, as autoridades da Bolívia quanto a do Brasil. E daqui pra frente, nós vamos tentar resolver os problemas juntos as autoridades.

Sr. Francisco Rodrigues de Andrade: Eu moro numa localidade aqui perto; eu quero falar aqui; é que a borracha é muito barata, a mercadoria muito cara, a dificuldade de ir na cidade é grande, o patrão só vem aqui pra buscar a borracha. Sobre o transporte, aqui é ruim mesmo, se adocece uma pessoa aqui, morre à míngua, porque não tem uma pílula aqui pra vender. Aqui tudo é difícil, quando tem o açúcar falta o óleo. Sobre a estranria, ou nunca paguei, eu não sei do valor e cheguei aqui no dia dois de junho desse ano, só sabe o valor quem mora aqui a tempo.

Sr. José Alberto Feliciano de Araújo: Esse imposto, até agora eu não paguei nada, a estrangeira, quando eu vim das eleições de Brasília, eu deixei a minha carteira, ouvi falar que é cento e cinquenta boliviano, tá com dois anos que moro aqui, não paguei estrangeira este ano de 92, nos outros anos passado eu paguei, a primeira vez, eu paguei cem quilos de borracha, que na época dava quatro mil cruzeiros, a segunda vez eu paguei sessenta quilos de borracha, e agora são cento e cinquenta bolivianos.

Sr. Mulher do Sr. Francisco Rodrigues de Andrade: Tem uma escolinha aqui, mas os alunos vem, a professora algum dia vem aí.

Sr. Raimundo Valentino de Souza: Eu quero dizer sobre escola, porque tem escola mas é mesmo que não ter, porque não tem professor, vem um professor passa um mês, e aí sai pra rua e não vem mais e, quando vem, os meninos estão enjuados de andar.

Dep. Armando Salvatierra: É a terceira vez que eu venho até a escola, até o Vera Cruz é a segunda vez. Então na última vez que eu tive aqui foi em noventa, a estrada estava bem pior, não pudemos nem entrar, porque a ponte estava caída e também ficamos atolados, tinha professor, só que não era da localidade, não era nem de Cobija, era o interior, e certamente não ia ficar nunca. Eu acho que tem que ser feito é a escola, ter um professor daqui, ter um agente sanitário daqui, aí entra uma pessoa treinada desta localidade. Agora nós que estamos fazendo parte desta Comissão Espécial, que estamos sendo acompanhados do Deputado do Departamento do Pando, do Administrador da Migração, além do oficial da Polícia Boliviana, e Consul e todas essas autoridades que estão nos acompanhando, o Dr. Tufi, que faz parte da regional de saúde de Brasília, pra sentir o drama de vocês. O problema de vocês não é muito diferente dos problemas dos seringueiros que moram no Brasil, mais pelo menos hoje, nós estamos trabalhando em conjunto, dois países, fora de época eleitoral, não estamos pedindo voto de vocês, porque nós queremos mesmo é trabalhar por vocês que votaram na gente e agora nós queremos retribuir, é isso mais ou menos para dinamizar, para que vocês não tenham medo de falar, as questões, a estrangeira, o problema da borracha que cobraram, como é que está a questão do serviço militar, essas coisas que nós queremos ouvir, se de fato tem algum problema nesse sentido, porque nós vamos tentar ajudar vocês. Não vai ter represália, vamos fazer um relatório que pode chagar ao Presidente da República, pra tentar ajudar, nós sabemos que a cada dia o seringueiro está sumindo, porque a borracha está desse preço. Podem falar à vontade que nós estamos aqui para ouvi-los.

Deputado Osmarino Amâncio: As autoridades bolivianas confirmaram para nós, que a renda dos vinte quilos de borracha, que as vezes algumas pessoas entram cobrando por uma estrada de seringa não é permitido por eles, então as pessoas entram cobrando impostos, sem ter autorização das autoridades da Bolívia. Então o cara chega lá e diz: é vinte quilos de borracha por estrada, quem tem três estradas é sessenta quilos, se tem seis estradas funcionando já paga cento e vinte quilos, e nós estamos constatando que há um chamado pirata, uma pessoa que não tem autorização dos órgãos governamentais e chega aqui e tira proveito em cima de vocês, cobrando a carteira de estrangeira, eles confirmaram que a recrutagem que acontecia aqui pegando o pessoal, principalmente quem não tinha documento, pra servir o exército parou, ninguém mais está sendo forçado a ir servir o serviço militar. A questão da renda que se paga, não tem autorização, o que é lei é pagar pra abrir os caminhos, tem uma taxa que se paga, mas isso é lá, tem que ser cumprida, a carteira de estrangeira é obrigatoriamente a pagar, um preço atual de cento e cinquenta bolivianos, que dá trezentos mil cruzeiros. E os conflitos que tem aqui dentro, quer dizer, caso que o rapaz falou que quando ele chegou, o boliviano já estava dentro da colocação de seringa dele dizendo que tinha feito solicitação. São problemas como esse que com a gente aqui e as autoridades a gente vai tirar a limpo, pra saber o que está certo e o que está errado, nós já sabemos que vocês irão pagar vinte quilos de borracha por cada estrada de seringa, paga quem quiser, porque não tem autorização e eles vão confirmar isso aqui, vocês tem que se certificar que a pessoa é credenciada a cobrar isso.

Deputado Sérgio Taboada: Francisco, eu acho que é bom vocês nos informar com mais detalhes pra gente, os preços, pra que a gente tenha uma idéias do preço das coisas — o óleo, o açúcar, café, dos que vocês comprem. Outra questão, por exemplo, o serviço

militar, obrigação de brasileiros que estão na faixa de idade de servir o exército. Outro, tem acontecido de se tomarem a posse dos bens dos seringueiros brasileiros, que está numa colocação com suas benfeitorias, tem ocorrido casos recentes desse tipo, de agressão, de outro chegar e tomar. E outra pergunta, é se há algum tipo de arbitrariedade por parte da polícia, de perseguição por parte de autoridade.

Sr. Francisco Rodrigues de Andrade: Aqui dentro da Bolívia nunca teve um militar que me forçasse a pagar alguma coisa.

Sr. Alexandre Ferreira: Eu compro a mercadoria do Sr. Hugo aqui perto, pra eu revender, então eu vendo o quilo de açúcar a cinco mil cruzeiros, a lata de óleo a dez mil cruzeiros e tem outras mercadorias de vários preços. Mais eu não posso fazer mais barato porque, se o meu fornecedor não vim deixar a mercadoria, eu tenho de pagar o frete do Cobiça até aqui, então as coisas já são difíceis pra mim. O preço da borracha aqui não é muito bem o preço que eu revendo a borracha é de dois mil e quinhentos cruzeiros, então eu pago pro seringueiro a dois mil e trezentos cruzeiros pra poder ganhar duzentos cruzeiros. Não posso falar mal do homem que me fornece a mercadoria, a borracha tem o preço baixo, mas ele tem de ganhar o dele.

Deputado Sérgio Taboaba: Queremos saber de vocês, a quanto tempo vocês estão aqui, e qual o motivo da vinda de vocês pra cá, se foram convidados por alguém, algum tipo de patrão ou se foi por causa de problemas ocorrido no Brasil.

Sr. Raimundo Valentino de Souza: Eu estou com trinta e cinco anos que moro aqui, cheguei aqui com dezessete anos e estou com cinquenta e dois anos. Eu vim prá vá, eu sou amazonense e eu vim porque é o destino, vim pra voltar logo, mais ahei bom e fiquei, não sei quando é que vou sair daqui, porque eu não tenho o que dizer dos bolivianos, todos são meus amigos, eu tenho trabalhado tranquilo, e tenho no sentido de permanecer muito tempo aqui, enquanto estiver dando certo.

Deputado Osmarino Amâncio: Eu queria saber se aqui continua acontecendo ou deixou de acontecer, se alguém já se sentiu prejudicado, na colocação de seringa, por um boliviano, porque uma pessoa falou que o boliviano chegava e dizia que tinha solicitado a colocação e ele tinha de se retirar, e a pessoa foi obrigado a vender por duzentos mil cruzeiros pra não perder tudo, se já aconteceu fatos assim como esse aqui.

Sr. Raimundo Alfredo de Carvalho: Eu estou queixoso por uma coisa, eu moro aqui dentro há muitos anos desde de cinquenta e oito e hoje tenho o meu lugar, comprado e pago e existe hoje um boliviano que se diz meu amigo, que quer se colocar dentro do que é meu, eu quero saber se vão dar razão a ele ou a mim ele quer tomar conta do que é meu, e eu vou ficar aonde?

Deputado Osmarino Amâncio: Então ele está querendo ficar com a sua colocação de seringa, o senhor está com quantos anos lá?

Sr. Raimundo Alfredo de Carvalho: Eu estou com onze anos lá, e desde de cinquenta e oito que estou aqui, eu ajudei a abrir aqui. Isso que eu quero saber de vocês, a razão.

Deputado Osmarino Amâncio: Esse é um dos problemas, na estrada de Porto Rico já aconteceu muito, tem lugar lá que no ano passado deve ter saído quinze a vinte famílias por problema desse tipo. Essa é uma das questões, que nós vamos querer trabalhar junto as autoridades da Bolívia, porque, se você tem o seu trabalho, trabalhou suou, aí o boliviano chega, faz uma casa e quer tomar de conta, você vai ter de procurar os meios legais, vai ter que ir à migração, com o vice-consulado, vai ter que procurar o prefeito, e nós podemos ir com você tentar discutir porque primeiro, você vai ter que ter uma indenização. Esse problema que está acontecendo com você, é um problema que as autoridades bolivianas estão aqui e vão respon-

der pra você, porque tá tendo muito aqui, e vamos ver como é que vai se trabalhar esse problema.

Deputado Sérgio Taboaba: Aproveitando o que ele falou no seu caso, você conhece outros casos, outras pessoas, seringueiros que estão na mesma situação do senhor?

Sr. Raimundo Alfredo de Carvalho: Só o meu caso aqui, porque tá com cinco anos que ele vem tentando fazer uma casa dentro do que é meu, ele diz que é boliviano e se clama Severino Alves.

Dep. Boliviano: Sr. Manthion, o que está acontecendo é ao contrário do que a imprensa estrangeira vem comentando muito, num caso que não tem nenhuma relação com a coisa que se comete. Eu queria perguntar, vocês estão pagando alguma renda pela goma e pela castanha a alguma pessoa?

Sr. Raimundo Alfredo de Carvalho: Pagamos na Florestal, o ano passado eu paguei cinquenta e dois mil cruzeiros.

Dep. Boliviano: Você teve outro abuso por parte de outras pessoas?

Sr. Raimundo Alfredo de Carvalho: Não, eu nunca tive abuso de ninguém, só quem está me abusando só é esse.

Dep. Osmarino Amâncio: Qualquer tipo de problemas que ocorrer, vocês procuram o vice-consulado, o Dr. Emanuel, que aí ele encaminha, à migração, à prefeitura, à florestal, mas vocês não têm que ficar acreditando na conversa desses que chega aí qualquer hora, cobrando isso cobrando aquilo, têm que saber se ele tem autorização, porque muitas vezes eles não tem permissão pra isso, tem que ver lá com que direitos ele quer ficar com a colocação e é um problema que o vice-cônsul vai averiguar junto às autoridades da Bolívia.

REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

Realizada em: 5-11-92

Local: Estrada que vai à Balpebra

Objetivo: Ouvir os Brasileiros que moram na Bolívia

Deputado Osmarino Amâncio: bem pessoal, essa visita dessa Comissão Especial, foi uma indicação que nós fizemos lá na Assembléia, pedindo para a Assembléia do Estado do Acre, que os Deputados pudessem vir, numa época, conversar com os brasileiros que cortam seringa na Bolívia, que moram na Bolívia, como também com os brasileiros que cortam seringa e trabalham do lado do Brasil, é uma espécie de atuação da Assembléia, que a gente nunca viu até hoje, a gente sempre vê os candidatos na época de eleição, para pedir o voto, depois que acaba a eleição, aí some todo mundo e as pessoas que dão os votos, ficam na mesma pindaíba, como a gente chama, sem saber o que fazer com os problemas que enfrenta. Do lado da Bolívia, nós sabemos que tem um número muito grande de brasileiros, e a gente vem para conversar com as autoridades da Bolívia, conversar com as autoridades do lado de Brasília também, e tentar ver se a gente começa a fazer um trabalho em conjunto, para ver se melhora a situação, tanto dos brasileiros que estão cortando seringa aqui, quanto dos próprios bolivianos é uma visita aonde nós queremos ouvir os problemas que os brasileiros enfrentam, como a gente está ouvindo em outras áreas também, porque a gente sabe que muitas vezes no meio desses matos acontecem muitas coisas, e que as notícias surgem, as pessoas levam as vezes as reivindicações, se socorrem de um, vai com outro, e as coisas não melhoram, cada vez ficando mais difícil a situação. Nós queremos ver de que forma nós vamos conversar com as autoridades do Brasil; porque tenho certeza que muitos vieram para cá pra tentar sobreviver para tentar manter a sua família, mais que até gostaria de estar no Brasil, mais não teve apoio,

outros foram expulsos, outros, o projeto de colonização feito lá, fez com que ele abandonasse o lado de lá, porque ele só sabia cortar seringa então tem uma série de questão que eu tenho conhecimento, porque eu já cortei seringa do lado da Bolívia na estrada de Porto Rico, trabalhei do lado de cá, sempre bem do lado da Bolívia e vejo reclamações diversas do pessoal que trabalha aqui, nós já conversamos com o Senador Leopoldo daqui da Bolívia, já conversamos com o Prefeito da Bolívia, com o Chefe da Migração; conversamos com o Presidente da Câmara do Departamento de Pando, temos aqui um Deputado da Bolívia, e tem essa equipe de Deputados: Sérgio Taboadá que é do Partido PC do B, tem o Deputado Armando Salvatierra do PDS, temos o Deputado Elson Bezerra do PLI, temos o Deputado Adalberto Ferreira do PMDB; temos um outro que foi fazer uma viagem e ainda não voltou o Deputado Manoel Machado, nós já fizemos outras viagens por aí, temos o Vereador Bira e agora é o Vice-Prefeito eleito junto com o professor Milton, nós temos mais o pessoal do sindicato dos trabalhadores rurais a Nathalia, temos o Vice-Consulado que atua na Cobija, vendo a questão, os problemas tentando resolver, e temos um outro sindicalista Antonio Carneiro, e temos essa equipe de jornalistas que estão acompanhando e cobrindo a viagem da Comissão; a gente daqui pretende fazer um relatório falando da situação, qualquer problema que o pessoal tenha enfrentado aqui, que enfrente, a gente não culpa o Governo da Bolívia, as autoridades, eles tem as leis deles aqui a serem cumpridas; mais nós temos os compromissos com os brasileiros que moram aqui, então a gente tem que tentar ver como é com o Governo Brasileiro, porque uma das preocupações é se o pessoal de uma hora para outra decide ir para o lado de lá, como é que vai ser, vai trabalhar em que, viver de que, lá os seringais já foram quase todos desmatados, virou colônia, ou virou fazenda; mais por outro lado o pessoal está trabalhando aqui, então vamos ver se melhora a situação se juntando o Governo do Brasil com o Governo da Bolívia, pra ver se melhora a situação do pessoal, tanto dos bolivianos quanto dos brasileiros que convivem do lado de cá; a gente espera que vocês possam colocar os problemas que vocês enfrentam para a gente poder sair com uma realidade concreta da situação; porque aí nós vamos poder ao sair daqui dizer lá a situação é essa, se for uma situação boa, a gente vai dizer tá bom, eles não tão reclamando de nada, se tiver alguma coisa que vocês desejam colocar sem sobressos, sem preocupação porque tá aqui os Deputados porque tá o pessoal da Bolívia, sem qualquer timidez falar dos problemas que vocês sempre falam quando vão do outro lado da situação que vocês enfrentam aqui, então eu passo a palavra para o Deputado Armando Salvatierra, que vai fazer ouvir os outros Deputados e vamos ouvir vocês também.

— Deputado ARMANDO SALVATIERRA: Obrigado Osmarino, inicialmente meu bom dia a todos, só para complementar, para não tentar repetir o que já se foi dito, pra que a gente dê uma seqüência, as reuniões que certamente outros Deputados vão dizer o que faltou que o diga também. Além das autoridades brasileiras que aqui estão, deputados dessa Comissão composta lá em Rio Branco, representando o Poder Legislativo, uma parte de um poder que são três, o Poder Judiciário, o Poder Executivo, que o o Governador, e o Poder Legislativo que é o nosso Poder, o poder dos Deputados, no caso acompanhando, nessa situação tem o Sr. Bira que é Verador de Brasília e que hoje é Vice-Prefeito eleito, ainda não empossado que vai ser no dia primeiro de janeiro, que

ele é o Vice-Prefeito do Milton, temos aqui o Deputado Boliviano German, e o chefe da Migração, Elithon Gonçalves, além de autoridades, de pessoas ligadas aos trabalhadores que aqui estão nos acompanhando, e o Dr. Potin que está como cinegrafista, mais ele é médico, ele é da regional de Brasília, isso atende Brasília, Xapuri, Epitaciolândia e Assis Brasil que é a área dele. O Osmarino disse bem que a nossa Comissão vem para levantar, para averiguar, para escutar, o que vocês realmente estão sentindo de drama, ou de problemas. É certo que o problema é nacional ou até mundial, a crise que se atravessa é uma situação que não é só do Brasil, é também da Bolívia e talvez até do Mundo; eu vendo um programa que aconteceu nos Estados Unidos que ocorreu uma inflação mínima e já deu problema e até mudou o Presidente; imagine vocês, que nós estamos aqui numa mata aonde nos falta de tudo, onde o drama do Boliviano e do Brasileiro é parecido; é claro que antes de irmos pra cá, nós fomos visitar os seringais brasileiros, e os dramas dos seringueiros lá se assemelham ou até está um pouquinho pior do que o que é a verdade, mais na realidade o que nós tentamos é resolver o problema como um todo, mais profundo ainda do que vocês imaginam, o relatório, que daqui vai sair e que hoje nós contamos com a ajuda das autoridades bolivianas, que a reunião que tivemos antes com o Prefeito do Departamento de Pando, com o Alcaide de Cobija, com os Deputados, com o Senador Leopoldo Fernandes, o Presidente da Câmara Municipal Adolfo Sanches, e mais outras autoridades, o chefe da Migração, foi de muito proveito, porque já começou a ser discutido esse assunto, alguns Deputados do Brasil, Federal já escutaram o galo cantar, mais não sabe de onde está cantando; as vezes falam o que não deve, e não estão nem sabendo, como nós que saímos do nosso lar, da nossa casa para escutar o que vocês falam dos problemas de vocês. Eu que já morei desse lado também, como o Osmarino, conheço os problemas de vocês, agora comparando de quando eu morava, aqui há vinte anos atrás trinta anos atrás, hoje em dia tem uma estrada vicinal desse tipo, desse porto, piçarradinha e ainda comparando, vamos dizer aquilo com um sonho, eu quando fui Secretário de Saúde Pública, tentei implantar no Brasil isso, ter umas comunidades onde tenha posto de saúde, onde tenha água sanitária tratada, onde tenha um rádio para se comunicar quando for ferrado um morador de cobra ou um pau que caia na cabeça ou um acidente qualquer, ou uma doença, ou uma malária, realmente nós estamos notando que muitas coisas já se fez na Bolívia em prol dos moradores daqui, seja eles bolivianos, seja eles peruanos, seja eles brasileiros, já foi feito alguma coisa, mais como a nossa missão, nós fomos eleitos por vocês, eu tive muitos votos que foi daqui do morador que mora na Bolívia que foram votar lá, eu tive votos e eu tenho repostas, a dar, igual ao Osmarino, igual ao Adalberto Ferreira também ligado a região, e acompanhado hoje com o Deputado Sérgio Taboadá, com o Deputado Elson Bezerra, que tem uma outra área de atuação mais que também quer ajudar ao trabalhador ligado também que são os compromissos que tem com o seu eleitor, então essa é que é a nossa missão verdadeira nós não estamos aqui para esconder nada, nem queremos também que vocês se enibam ao contar qualquer coisa, é claro que quando a gente tem uma ponte e essa ponte cai, a gente quer que outra vez seja feito a ponte, mais quando não tem ponte a gente se acomoda, a gente pensa, foi isso que Deus me deu mesmo. As autoridades bolivianas estão trabalhando, eu estou sentindo, isso aqui era o seringueal Nazaré se eu não me engano, eu me lembro

que eu vim uma vez vacinar na beira do rio, eu demorei dias para poder chegar, e ainda mais chegar nas colocações era uma aventura, hoje nós saímos nove horas de Brasília e estamos aqui com vocês antes do almoço, quer dizer, vamos voltar talvez até dormir em casa, melhorou muito daquela época para cá, mais nós estamos aqui para escutar, para ouvir o que vocês tem a dizer, para que a gente, como disse o Osmarino, vamos fazer um relatório, as autoridades bolivianas hoje trabalhando em conjunto, está aqui um Deputado está aqui o chefe da Migração que fazem parte de delegação conjunta, bilateral, e vamos levar também as autoridades brasileiras, tantos estaduais, como o Governador, como inclusive até o Presidente da República, para tentar solucionar de uma maneira global, os problemas, é claro vocês vão dizer aqui o que tem de problemas, as autoridades bolivianas também tem algumas coisas que acham que vocês não tem, que a documentação, que nem todos estão documentados, eles querem isso não é para vigiar, é para saber e até proteger vocês, que são homens sérios que já vivem aqui há anos, que já tem raízes aqui, que cuju os filhos já estudam aqui, pra não deixar entrar malandro e homens violentos, criminosos e assassinos que venham de outro lugar e se infiltram entre vocês, talvez fazendo coisas que vocês não estão sabendo, quer dizer homens maus existem tanto no Brasil como na Bolívia, no Japão, nos Estados Unidos, mais assim como a maioria são de homens bons que querem trabalhar e verem seus filhos crescerem. Então essa é a nossa missão, como disse o Osmarino, mais ouvir do que a gente falar, nós só estamos fazendo essa introdução para que vocês fiquem a vontade, falem, e contem o que vocês tem, mais que nós estamos sentindo que a nível de cúpula, isso é a nível das autoridades bolivianas e tanto das brasileiras, há vontade de a gente mudar e fazer alguma coisa por vocês, tantos eles que estão aqui nos acompanhando como nós lá, se não nós não sairíamos de Rio Branco, e nós só temos a agradecer a presença de todos vocês, e vamos escutá-los, ou da minha parte me coloco a disposição, assim como todos os Deputados que aqui estão, e para ouvir, fazer um relatório, depois vamos votar, vamos discutir, o que é bom o que é mal, enfim é o que eu tinha a dizer; passe a palavra antes da região, depois certamente vai falar o Deputado Sérgio Taboada e Elson Bezerra, vamos escutar o Deputado Adalberto Ferrera, que também é da região.

Deputado Adalberto Ferreira: Companheiros, eu sou o Deputado Adalberto Ferreira do PMDB, filho aqui de Epitaciolândia, eleito com os votos da população de Brasília, e que tenho procurado no meu trabalho na Assembléia Legislativa demonstrar sempre o meu compromisso com os problemas e com o desenvolvimento dessa região nossa aqui, e quero dizer a vocês que para mim é uma satisfação, e um orgulho muito grande fazer parte dessa Comissão, que é uma Comissão suprapartidária, que tem Deputados de todos os partidos que tem acento lá na Assembléia Legislativa do Estado e pela primeira vez o Poder Legislativo compõe uma Comissão, pelo menos nessa legislatura, uma Comissão com a finalidade de ir à campo, de conhecer de perto os problemas da nossa população, normalmente nós fazemos esse trabalho individual cada um vai para suas áreas para onde tem o seu eleitorado, converse com os Vereadores, procura as lideranças políticas, as lideranças sindicais, prefeitos, etc... para tratar dos problemas para tentar viabilizar junto ao Governo do Estado, junto ao Governo Federal os recursos para os projetos de desenvolvimento da região, mais nós não fazemos isso assim em conjunto, como nós estamos fazendo agora, independentemente de

cor partidária, viemos todos nós com o melhor dos propósitos aqui, para ouvir, para colher informações junto a vocês de como estão as condições de vida, as condições de trabalho de vocês para que a gente possa com isso, conhecendo de perto essa realidade, transmitir uma informação mais real, mais precisa, mais confiável, para que aquilo que a gente fala lá na Assembléia seja realmente o espelho da verdade, fantasias, mais que transmita de fato uma realidade a nossa preocupação de interceder para que haja alguma mudança naquilo que estiver errado, esse é o nosso trabalho. Nós somos parlamentares, portanto, nós fazemos leis, nós fiscalizamos, nós denunciemos, nós cobramos, esse é o nosso papel, nós não executamos, nós não temos como resolver, o problema é que nós não somos Governo nós somos parlamentares, mais nós podemos cobrar das autoridades constituintes a solução para os problemas da nossa população esse é o nosso trabalho e é para isso que somos eleitos. E eu quero dizer a vocês que para nós que estamos aqui nesse País vizinho, nesse país irmão; é uma satisfação para nós muito grande, porque antes e durante todos esses dias, desde sábado que nós estamos em Brasília, nós tivemos contatos com diversas autoridades, como já foi dito brasileiras, Prefeito atual, Prefeito eleito, Vereadores atual, Vereadores eleitos, lideranças políticas do nosso município de Brasília e Epitaciolândia, expondo as nossas preocupações, o nosso objetivo da nossa vida aqui e pedindo informações deles, o apoio, o entendimento deles sobre essas questões: Tivemos, naturalmente nem poderia ser diferente, um contato, um entendimento com as autoridades bolivianas, nós não poderíamos ter a pretensão de tratar de uma questão dessa importância, dessa condição de vida e de trabalho de nossos irmãos que vivem nesses seringuais da Bolívia, sem respeitar a soberania desse país, a suas leis, e sem que as autoridades bolivianas nos permitissem esse ingresso de vir aqui conversar com vocês. Então nós viemos aqui, inclusive nós tivemos uma reunião com as autoridades máximas aqui do Departamento de Pando, com a presença também do Senador Leopoldo Fernandes, e nós saímos tranquilo porque nós tivemos um carinho muito grande, uma receptividade muito boa, por parte das autoridades bolivianas, fomos muito bem recebidos, nos abriram a porta para que nós chegássemos aqui inclusive acompanhados pelas autoridades bolivianas, aqui como já foi dito, está um Deputado do Departamento de Pando, está o nosso Consul, o nosso Vice-Consul aqui em Cobija, que é quem faz por parte das autoridades brasileiras, os contatos com as autoridades bolivianas para resolver os problemas das brasileiras que estão aqui a nos acompanhar, e viemos com a imprensa brasileira, que vai dá a divulgação a esses acontecimentos, e estamos aqui também com o representante da imprensa boliviana, através do nosso amigo Eduardo Velosks, que está aqui conosco, que vai dar também essa divulgação. Então isso, eu acho que é o momento até histórico, é uma questão da maior importância para nós que vimos aqui conversar com vocês, ouvir porque as autoridades bolivianas nos asseguraram o seguinte: pode ir daqui tranquilo porque não há motivo para preocupação, problemas existe em todos os lugares, condições de vida difícil os brasileiros, nos seringuais e projetos brasileiros, vivem dificuldades, e estão aqui na Bolívia, muitos por opção, outros porque não tinha mais condição de desenvolver o seu trabalho, de manter as suas famílias dentro do Brasil, mais que fora as autoridades bolivianas, segundo nos asseguraram, não há discriminação, brasileiros e bolivianos perante as leis bolivianas são iguais, o brasileiro só deve pagar aquilo que

o boliviano pagar, não há nenhuma diferença, então é preciso que nós estejamos seguros disso, e ninguém melhor que vocês para testemunhar ou para negar ou para questionar isso aí. Então é por isso que nós estamos aqui e nós queremos sair daqui convencido que nós levamos daqui as melhores informações para que nós nos coloquemos a disposição para ajudar, quem sabe, na solução das dificuldades, problemas que vocês possam enfrentar, nós sabemos que hoje nós temos em Brasília em Epitaciolândia, como temos em Rio Branco, como temos em todos os municípios do Acre, muitos bairros novos, em Brasília mesmo, o Samauma I e II, o bairro da Liberdade, Internacional, José Assem, que são bairros novos, de ocupação recente, notadamente de pessoas que estão vindo dos seringueiros das colônias, seja do Brasil, seja da Bolívia, mais que estão saindo do campo, porque não tem mais condições de trabalhar de sobreviver, estão indo procurar na cidade um meio de sobrevivência, para educar os seus filhos, para ter saúde, para ter emprego, etc... então nós sabemos disso então lá essa preocupação, isso não é um problema dos brasileiros que moram aqui na Bolívia, é um problema também de quem mora no Brasil que não tá tendo assistência no campo, nós temos conhecimento disso e é por isso que nós estamos aqui, para começar esse bate-papo, era isso que eu tinha a dizer.

Deputado Sérgio Taboada: Eu não vou me alongar muito, porque o Deputado Adalberto Ferreira e o Deputado Osmarino Amâncio já algumas questões que eu gostaria de falar, outros falaram por eles mesmos. Eu sou o Deputado Sérgio Taboada do Partido Comunista do Brasil, que é um dos partidos que estão integrando essa Comissão. Nós estamos preocupados com essa situação de vocês, porque entendemos que é necessário que o Governo brasileiro, principalmente o governo brasileiro tenha uma política acertada pra região de fronteira do Brasil com a Bolívia, especialmente no tocante a esses problemas dos brasileiros, dos nossos irmãos brasileiros, que estão aqui nesse país vizinho. Nós como idéia, como proposta política, como pensamento, defendemos que os direitos dos trabalhadores, independente da sua nacionalidade, seja respeitado, com a reunião que tivemos com as autoridades bolivianas, foi nós inclusive feito queixas de tratamentos inadequados por parte até de órgãos oficiais brasileiros com relação aos bolivianos no Brasil, ou até na fronteira nós vamos tomar providências, nós vamos cobrar com as autoridades brasileiras, que de fato os nossos amigos bolivianos sejam respeitados, dentro das leis internacionais, porque existe uma convenção internacional de respeito mútuo, inclusive não só, é dever do Governo Brasileiro, tá preocupado com os brasileiros que moram na Bolívia, como preocupados com qualquer brasileiro que mora em qualquer país do mundo e muitas vezes esse governo brasileiro não está preocupado, principalmente num problema como esse, que não há nem uma política governamental brasileira nesse sentido de resolver alguns problemas e de buscar alternativa para a questão, da mesma forma, nós também, naturalmente, vamos acionar o governo brasileiro pra que o governo brasileiro respeite os bolivianos e os estrangeiros no Brasil, dentro das regras internacionais, também vamos querer que os brasileiros em qualquer país, inclusive na Bolívia, sejam respeitadas, dentro dos seus direitos, dentro também dos respetos as leis de cada país. Eu quero finalizar, porque nós viemos aqui pra ouvir, nós não viemos aqui pra se antecipar e dizer o que vocês estão sentindo, porque vocês é quem sabem. Então o que a gente quer é ter o máximo de segurança, de sinceridade, pra pelotar como

é que estão sendo a vida de vocês aqui, quais os problemas que tem enfrentado, junto ao problema da produção da borracha, que hoje os seringueiros estão em crise, piorou, não melhoraram, a situação piorou nos seringueiros no Brasil na Bolívia em qualquer lugar, e nós vamos buscar que o Governo brasileiro e o Governo boliviano tenha uma política alternativa pra essa situação, mais também queremos saber de vocês, e eu acho que vocês tem de ser bem sinceros, pra evitar, porque nós viemos procurar dar um bom passo de colocar possíveis abusos, possíveis situações, aonde vocês se consideram prejudicados como brasileiros. Porque nós estamos preocupados no respeito aos brasileiros aqui, mas também no respeito aos bolivianos lá, lá nós vamos brigar, e também vamos exigir que os brasileiros também sejam respeitados já que convoque as autoridades bolivianas estão sendo mais vocês é que vão colocar pra gente uma cruciante realidade de vocês, porque nós vamos cobrar do Governo Brasileiro uma política adequada não só no campo da relação com o Governo boliviano, como também no tocante a resolver a situação que também pra Bolívia com certeza é incômoda, seria essa a minha colocação.

Deputado Elson Bezerra: Eu sou o Deputado Elson Bezerra, eu fui eleito praticamente por Cruzeiro do Sul no Vale do Juruá, é a primeira vez que nós estamos aqui no Vale do Acre, e especialmente em Brasília, e aqui na Bolívia também, fazendo parte dessa Comissão honrosamente, e que foi uma iniciativa louvável do Deputado Osmarino Amâncio, pra que a gente pudesse chegar até aqui, e verificar in loco a situação que vocês estão, porque houve muita denúncia, muito papo furado, mais aí a gente veio, realmente, com as autoridades bolivianas, e aqui com vocês pra que pudéssemos ouvir mais do que falar pra que a gente possa ao final das visitas preparar um relatório e encaminhar as autoridades brasileiras pra que algo possa ser feito em favor de vocês, então nós estamos fazendo parte dessa comissão e gostaríamos mais de ouvir muita coisa já foi dita, qual a finalidade da comissão e vamos ouvir vocês.

Deputado Boliviano: sou o Deputado que venho na verdade ver o trabalho que têm, porque antes de brasileiros e bolivianos somos seres humanos que merecemos um trato. O preço de goma (leite) e da castanha que é uma questão geral que todos a conhecemos, pessoalmente queremos escutar todas as queixas que vocês têm porque assim como vocês escutaram eles vão corrigir certos erros no lado brasileiro, que existe no lado boliviano também, e nós também vamos por nossa mão, pra poder corrigir as coisas, porque não existe coisas difíceis que se possa corrigir. Antes de continuar falando, eu prefiro escutar vocês. Tendo a presença do diretor de migração, e um oficial de polícia e eu como Deputado acompanhando a comissão, quero dizer-lhe que a palavra está livre para falar o que vocês bem entenderem, sem nenhum temor que nós viemos para escutá-los, porque essa é a nossa missão, ao acompanhar a missão do parlamento acreano.

Vice-Consul Brasileiro em Cobija; Emanuel, eu apenas queria dizer a vocês que eu, como representante do Governo brasileiro aqui em Cobija no departamento de Pando, eu estou aqui apenas como um acompanhante da Comissão Especial que foi formada na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, e estou procurando aqui dá todo o apoio possível das necessidades que eles tenham para contatos com as autoridades bolivianas, e inclusive o acesso dessa comissão até os lugares desejados.

Chefe da Migração: eu estou acompanhando essa comissão de parlamentares, e simplesmente quero que os brasileiros fiquem à vontade e relate todos os tratos que a Bolívia lhe dão que relate a verdade, como são tratados, isso é a minha colocação.

Deputado Osmarino Amâncio: Agora nós queremos que vocês falem, porque nós vamos ter que fazer alguma coisa pra resolver esse problema, mais pra gente fazer alguma coisa, e gente precisa saber o que é que tem a se resolver.

Sr. Emiliano Belarmino de Oliveira: eu sou morador aqui na Bolívia há trinta anos, vivo aqui na localidade Labirinto, é duas horas daqui pra frente, fora da estrada uma hora e dez minutos, eu moro aqui há trinta anos, eu nunca tive atropelo com as autoridades bolivianas, sempre pago os meus direitos porque em todos os lugares a gente tem de pagar, se paga aqui se paga no Brasil, então eu vivo pagando os meus direitos, então não achei atropelo até agora. Tenho filhos e todos estão aqui comigo, então até agora não achei problema, se procurar pra eu pagar o direito, eu pago, se chegar na minha casa me procurar eu pago, nunca soneguei. Eu não posso falar que estou mal aqui na Bolívia, por isso ou por aquilo outro não, eu faço o produto, trago aqui pra estrada, levo pra rua, vendo, pago o carro pra vim deixar a gente, que justamente temos que pagar, porque não vem deixar de graça, ou não tenho carro próprio, e tem de ser assim. A única coisa que eu achei uns vinte dias pra cá, foi de eles terem botado essa tranca na estrada, o batalhão mais numa parte a gente considera porque ele diz que os caminhões trunqueiro estão derrotando a estrada, mas pelo menos a partir do verão eles deixassem correr o carro, porque a gente adoessa, e quer sair com um filho doente e vai lá, trás o carro e chega aqui e não pode passar, se ficar doente e for o caso da gente sair, tem que morrer porque aqui não pode passar um carro. É só isso que eu tenho a dizer, sobre as autoridades bolivianas não tenho o que dizer.

Sr. Manoel Ribeiro da Silva: moro no Esperança, é três horas daqui até lá, eu não vou dizer que fui atropelado pelas autoridades bolivianas, isso aí eu não vou dizer, agora existe um imposto da estrangeira, eu acho que seja muito exagerado pra nós pobre, porque hoje cento e quarenta bolivianos vale trezentos e poucos mil cruzeiros, quer dizer que um pai de família com cinco, seis filhos fica pesado, como aconteceu o ano passado, outro o cobrador de renda, tratado por Sr. Penha, então eu sou um pai de família, tinha batido trezentos quilos de feijão e eu me vi obrigado a vender tudo pra poder pagar a renda, quem pagou por mim foi o Sr. João Porto, quer dizer tirou o pão da boca dos meus filhos, eu acho que nós todos temos de pagar os direitos, se viver no Brasil ou na Bolívia, todos nós tem de pagar um pouco, agora eu gostaria que fosse menos um pouco, que desse pra todo mundo pagar, e sim uma coisa justa, que eu pagasse, eles pagassem, todo mundo pagasse, mais não, vinte por cento pagar e o resto não pagar, isso que eu quero dizer, não foi dizer que tive atropelo, porque eu sou um cidadão brasileiro honrado vivo do meu trabalho, não vivo perseguindo e nem atropelando ninguém, e outra, que as vezes já houve caso de ter um brasileiro numa colocação o boliviano dizer que solicitou, não vou dizer que veio lá das autoridades que ele tem de desocupar e de ficar com o lugar porque ele já solicitou, isso já existiu, comigo não, mais com companheiro meu já, que se chama Genário Moreira, ele vive agora no Brasil.

Deputado Sérgio Taboada: Quando ocorreu isso?

Sr. Manoel Ribeiro da Silva: O ano passado, ele foi assujeitado a ver por duzentos mil cruzeiros o ano passado, porque ele tinha vendido por quatrocentos, aí o próprio que ele ofereceu venda, mandou uma carta de Cobija lá pro lugar, que ele desocupasse o lugar que ele queria, que o lugar era dele.

Deputado Osmarino Amâncio: De quem era o lugar?

Sr. Manoel Ribeiro da Silva: O lugar era do Sr. Genário Moreira, aí ele foi se assujeitado a vender por duzentos mil cruzeiros pra esse Mango que tem aqui é Mango Santos da Cruz eu não sei bem o nome dele.

Deputado Armando Silvatierra: Esse imposto de estrangeiro é anual ou mensal?

Sr. Manoel Ribeiro da Silva: É anual, a gente acha que seja exagerado por ano, trezentos e pouco mil cruzeiros para um pai de família que vive nessa situação. Mais ninguém se escusa de pagar, mais que seja uma coisa mínima mais confortável, não muito cara assim, cobra de um e de outro não cobra, a onde é distante que o cobrador tem preguiça de ir, ele não vai só cobra a onde é mais perto, é só isso que tenho a dizer.

Sr. João Porto: o que eu falo presente a todos os meus amigos, que eu tenho trinta e cinco anos na Bolívia, eu entrei na Bolívia em abril de cinquenta e seis, criei nove filhos, me casei com uma mulher boliviana, até hoje não tive um atropelamento aqui comigo, não vou mentir pro senhores, um homem não deve mentir, e se aparece uma lei eles me dá uma permissão de se eu não posso pagar tudo de uma vez ainda pago no meio do ano.

Sr. Repórter Boliviano: A imprensa internacional brasileira lamentava que, os brasileiros emigrantes em Bolívia, Pando particularmente, são escravizados, é certo isso?

Sr. João Porto: Não, a mim, não.

Deputado Sérgio Taboada: O imposto da estrangeira anual, é por família ou por pessoa?

Sr. Emiliano Belarmino de Oliveira: Pago eu a minha família, mulher não paga, mas os filhos de maior paga, sendo homem, mulher não paga.

Sr. João Oliveira: Eu moro aqui numa colocação dentro dos seringais Corações chamado Triunfo, na verdade aqui nós vivemos bem, não temos dúvidas nenhuma, nem um atrito, comigo nunca teve, mais que nós vivemos assustados assim, por poucas pessoas, não é por todo mundo, não pelas autoridades grandes, somos assustados porque eu sou um homem novo ainda, trabalho, e tenho medo de fazer um benefício e quando sair, dizem, que eu não tenho idenização, mais eu não me assusto com isso e continuo trabalhando, é isso que eu queria dizer, se chegar uma lei por acaso, a gente sair daqui, se pode idenizar o nosso trabalho, porque o homem que trabalha deve ter valor o que é dele. É só isso, pra mim tudo bem.

Sr. Edminson Gerônimo: Eu moro na colocação Arranca Toco, são dezesseis quilômetros aqui pra frente, o que eu quero falar é que por aqui tudo bem, o que eu quero pedir um pouco de Escola pra frente, aqui são quarenta quilômetros pra frente e não tem nenhuma escola, e problema de estrangeira a gente paga anual todo tempo, só quero falar isso, pedir escola, porque eu já tenho oito anos que moro aqui, já tenho filho com oito anos e até agora não tem escola pra lá, e posto de saúde não tem também, e transporte, já faz vinte dias que eles fecharam aqui, pra gente trazer mercadoria da rua, tem de trazer animal até aqui.

Deputado Elson Bezerra: E o tratamento aqui?

Sr. Edmilson Gerônimo: Outro dia um irmão meu foi ferrado de cobra, nós trouxemos na rede até aqui, aqui o seu João Porto tem um carro, e daqui foi pra rua numa condução.

Deputado Osmarino Amâncio: E a renda, como é que é paga?

Sr. Edmilson Gerônimo: A renda, a gente paga vinte quilos de borracha por estrada.

Deputado Sérgio Taboada: Paga para o patrão, para o dono do seringal?

Sr. Edmilson Gerônimo: Não, vem lá de Cobija.

Deputado Osmarino Amâncio: Uma autoridade ou um particular, quem é?

Sr. Edmilson Gerônimo: Um particular que vem cobrando com um papel.

Deputado Osmarino Amâncio: Como é o nome dele?

Sr. Edmilson Gerônimo: Rodolfo Penha.

Deputado Armando Salvatierra: Desde quando vocês não pagam estrangeira, ou estão pagando todo ano.

Sr. Edmilson Gerônimo: Eu estou morando aqui há oito anos e só estou com três anos que pago.

Deputado Armando Salvatierra: Você sabe o nome da pessoa que está cobrando agora, vem no teu local ou você vai em Cobija?

Sr. Edmilson Gerônimo: Este ano não veio não é assim passa um ano sem vim outro ano vem, e não vem anual a cobrança da renda, mais a estrangeira é todo ano.

Deputado Armando Salvatierra: — Mais vocês pagam aqui ou lá em Cobija?

Sr. Edmilson Gerônimo: As vezes paga aqui, as vezes paga lá, a última vez que paguei foi cento e vinte boliviano, por um ano.

Deputado Osmarino Amâncio: São duas coisas que vocês pagam, uma coisa é a renda que vocês pagam vinte quilos de borracha por cada estrada, quantas estradas vocês tem?

Sr. Edmilson Gerônimo: Eu tenho muitas estradas, mais a gente só paga a que está trabalhando, aquelas que estão vagas, não se paga não.

Deputado Sérgio Taboada: Fora essa renda e a estrangeira, tem mais algum outro imposto que você lembre, que paga?

Sr. Edmilson Gerônimo: Não, tem assim, pra gente botar um roçado, a gente paga dez bolivianos por hectares.

Deputado Armando Salvatierra: — Você tem o recibo de tudo isso que você paga?

Sr. Edmilson Gerônimo: Não, tenho em casa.

Deputado Adalberto Ferreira: Isso é para o pessoal que estava reclamando da taxa de estrangeira, que nós temos informações que, no ano passado e este ano, foi suspenso não foi cobrado, alguém pagou este ano já.

Sr. Edmilson Gerônimo: Alguns pagaram, outros não pagaram.

Sr. Bira, Vice-Prefeito de Brasília: Eu queria saber de vocês se no ano seguinte, por exemplo, dia primeiro de janeiro é o dia de vocês pagarem essa renda, e se acontecer de vocês estarem doente ou a família adoecer e vocês não terem o recurso para pagar a renda da estadia de vocês aqui na Bolívia se vocês são perseguidos ou precionados para que vocês consigam esse recurso emprestado para pagar, isso acontece aqui?

Sr. Edmilson Gerônimo: Não, a renda eles não obrigam, vem um ano outro não vem, a estrangeira eles dão prazo pra gente, aí agente batalha e consegue pagar e eles entregam a estrangeira pra gente.

Deputado Armando Salvatierra: O Senhor que vendeu o feijão pra poder pagar a renda, você sabe o nome dessa pessoa?

Sr. Manoel Ribeiro: É Rodolfo Penha, foi o que cobrou.

Deputado Armando Salvatierra: Segundo nós soubemos ele não tinha autorização para cobrar nada fora a estrangeira.

Sr. Manoel Ribeiro: Tá aqui o senhor João Porto de testemunha, que foi o Sr. João que comprou o meu feijão pra mim poder pagar paguei para o Sr. Rodolfo Penha, agora eu não sei se ele tinha ou não autorização, eu não sei, o certo é que eu paguei.

Deputado Boliviano: Mancho: Está proibido pagar a renda da estrada, não há autorização para cobrar a renda da estrada, se há um cobrador fazendo isso, é ilegal, ele está se passando por vivo. Aqui é assim, por exemplo, se uma pessoa que vai sair daqui, ele não pode vender a terra, só o benefício.

Deputado Adalberto Ferreira: Qual foi a última vez que o Sr. Rodolfo Penha veio cobrar a renda?

Sr. Manoel Ribeiro: Foi em setembro do ano passado que ele cobrou de mim.

Deputado Sérgio Taboada: Qual o anseio de vocês em relação a educação, a língua que vocês querem que seja ensinada aqui?

Sr. Edmilson Gerônimo: Queremos ensino em português, ou pode ser os dois, casteliano e português.

Deputado Sérgio Taboada: Os filhos de vocês tem servido o exército aqui da Bolívia?

Sr. João Porto: São cinco filhos meus, mais só um quiz servir o exército de livre e espontânea vontade, e os outros não quiseram, e eles não vieram obrigar, e todos tem os documentos brasileiros.

Sr. Bira: Vice-Prefeito de Brasília: Senhor Emiliano, o senhor confirma essa resposta do senhor João Porto, em relação ao filho do brasileiro sendo precionado pela pátria boliviana?

Sr. Emiliano Belarmino de Oliveira: Eu tenho três filhos, um é nascido no Brasil, os outros é nascido aqui, nenhum serviram o quartel e nem foram precionado por autoridades bolivianas, eles são documentados brasileiros, porque o cidadão tem que ter documentos. Agora uns anos atrás aconteceu, de eles virem aqui e aconteceu de eles correrem atrás de mim, eu tinha quatorze anos, mais eu não deixei eles me pegar, tirei meus documentos e até hoje moro aqui dentro sem atropelo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno.

Entrementes, por dever de ofício, devolvo-lhe a presidência dos trabalhos, Senador Nabor Júnior. Antes, porém, concedo a palavra ao nobre Senador Aluizio Bezerra, último dos oradores inscritos desta sessão.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, assistimos, com bastante atenção, à luta que o Presidente da República vem travado com relação à questão de medicamentos no País. O problema é antigo e do interesse da população.

No auge da discussão sobre a proposta do Presidente Itamar na área dos medicamentos, o **Financial Times**, representante do pensamento da grande finança internacional, fez uma crítica frontal aos projetos de gastos sociais do Governo brasileiro. E fez isso justamente quando, na segunda semana

de janeiro, o Ministro Jamil Haddad anunciava o projeto de distribuição gratuita de remédios para aposentados e população de baixo poder aquisitivo, e o Presidente Itamar Franco anunciava o seu apoio concreto à fabricação de medicamentos pelo setor público.

Colocando-se contra, aquele jornal, vinculado aos interesses financeiros internacionais, alegava a inexistência de recursos públicos para gastos sociais no Brasil. Combatia a preocupação com medicamentos para as faixas de baixa renda. E, portanto, na prática, somava-se ao coro daqueles que simplesmente qualificam de demagógica qualquer preocupação significativa com o social, com o estado de calamidade pública, por exemplo, no campo sanitário, no campo de alimentos, de moradia ou de emprego.

Esse é um problema muito sério.

Aliás, em relação à questão da produção de medicamentos, tenho em mãos um artigo, publicado hoje no **Jornal de Brasília**, que traz em sua manchete: "Inamps e Ceme serão extintos ainda este ano". O autor dessa matéria, jornalista Mosconi, foi meu colega na Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de fazer um apelo com relação à extinção da Ceme. A Central de Medicamentos foi inicialmente concebida como empresa responsável pela produção de medicamentos básicos para servir aos interesses da população brasileira. Mas, devido à pressão dos grandes laboratórios internacionais, foi-lhe atribuída a atividade de comercialização de medicamentos.

É claro que têm havido muitos problemas de corrupção na Ceme. Mas creio que se deve fazer uma cirurgia nesse lado negativo a fim de eliminar esses problemas, buscando, através do aperfeiçoamento do projeto inicial desse órgão, fazer com que a Ceme seja a empresa responsável pela fabricação e distribuição dos medicamentos básicos para a população.

Podemos citar como exemplo o Hospital das Clínicas, em São Paulo que, ao produzir vários medicamentos de seu uso diário, faz uma economia de bilhões de cruzeiros anualmente. Se esses medicamentos fossem comprados no mercado, seria altamente dispendioso para essa entidade.

Ora, a produção de medicamentos básicos para atender à população, tarefa que apoiamos integralmente como proposta do Governo Itamar Franco, através do Ministro Jamil Haddad, além de minorar o sofrimento da população de baixa renda, responde aos abusos dos laboratórios que elevam seus preços muito acima da inflação e criam toda uma política conchada e denunciada, há muitos anos, por médicos e por parlamentares.

De um lado, estamos diante de um quadro deplorável, onde a maioria da população, que necessita de medicamentos, não pode ter acesso a eles, ao mercado. De outro, estão interesses poderosíssimos, como os das grandes finanças e das megacorporações que produzem e vendem medicamentos no mercado internacional e que dominam sobrejamente o mercado brasileiro.

Tiveram, no ano passado, como sempre, lucros enormes, aumentaram preços acima da inflação e, invariavelmente, agem e se comportam com o poder absoluto de monopólios. Esse setor, segundo o Dr. Roberto Chabo, do Ministério da Saúde, além de ser altamente cartelizado, gira nada menos que US\$ 300 bilhões no mercado mundial.

A partir de todo esse poderio econômico, desenvolvem uma preocupação social zero. Faz parte da sua lógica. Multina-

cional não vai estar preocupada com quem está fora do mercado consumidor de alto poder aquisitivo, com quem não pode pagar seu preço. Seu "neoliberalismo" é pouco mais que isso.

Sendo assim, por que então o governo federal não pode tomar medidas a favor dessa grande massa excluída do mercado? A moda agora, em alguns setores do poder econômico, é atacar o Presidente Itamar pelo fato de que Sua Excelência simplesmente não dá continuidade à chamada política neoliberal de Collor. Até dizem que "Collor era ruim, mas o neoliberalismo é bom.

E consideram absurda a preocupação do Ministro Jamil Haddad, do Presidente Itamar em buscar reforçar a produção nacional de medicamentos, em tomar medidas para que quem mais precisa de remédios a eles, tenha acesso. Apelamos a uma tomada de posição de todas as forças nacionais, pautadas pelo interesse nacional.

Claro está que somente medidas na área dos remédios pouco adiantam, que é um problema de combate mais radical à pobreza e, até mesmo, de transformação profunda, e reestruturação radical do atual modelo de desenvolvimento, excludente, voltado para fora, elitista.

Collor esteve preocupado com **sua modernidade**, que acaba fazendo com que o povo coma menos. Essa modernidade descartamos. Dezenas de milhões mal comem um refeição por dia.

O Brasil moderno é esse ou é aquele, onde o povo começa a ser integrado à Nação, tem acesso à saúde pública, moradia, alimentos e vida digna?

Nenhum de nós, que lutamos precisamente por este País, para que todos disponham de iguais oportunidades, pode concordar com o **Financial Times**. Eles alegam que não há recursos. Em outras palavras, é como se dissessem que o social pode esperar até que existam recursos, até que o bolo cresça, como naquele velho filme, nosso conhecido, da época da ditadura militar. Enquanto isso, os recursos estão indo embora, os lucros do setor especulativo crescem, e o setor financeiro, nas palavras do próprio Presidente Itamar, é o mais **privilegiado do mundo**.

Isso significa, pura e simplesmente, que não existem recursos para enfrentar a pobreza nem para fortalecer a produção. Tampouco existem recursos para distribuição de medicamentos pelo setor público ou para fortalecer e democratizar o mercado interno. Recursos para isso não existem, mas recursos para engordar o setor financeiro, os credores internacionais, a sonegação fiscal, aí, sim, existem.

Discordamos dessa idéia de modernidade praticada pelo setor financeiro, que controla a alavanca decisiva da nossa economia, e o que é pior, Sr. Presidente, a partir de fora. Modernidade para nós não é aumentar o pedaço da Índia, a banda mais pobre do nosso País, modernidade para nós, para o povo brasileiro, é incorporar o pedaço da Índia ao progresso. É esta a intenção do Presidente Itamar Franco e do Ministro Jamil Haddad, os quais apoiamos integralmente nesses pontos que estamos abordando aqui, nesse momento.

Sabemos que, se estivesse funcionando a pleno vapor o setor público de medicamentos, ele atenderia a 40% das necessidades de remédios essenciais. Temos que caminhar nesse sentido e já, de outro modo como se falar de soberania, de preocupação pelo social? A quase totalidade da população do meu Estado, o Acre, por exemplo, não pode ter acesso a medicamentos, imediatamente, se não contar com medidas de emergência, como acabamos de ouvir, agora, na exposição

do Relatório da Comissão da Assembléia Legislativa, dos Deputados Estaduais, feita pelo Senador Nabor Júnior, relatando, exatamente, o fato da população extrativista em nosso Estado.

Portanto, sem medida de emergência, não só o Acre, mas grande parte da população brasileira dos Estados mais pobre do nosso País não sobreviveria. Medidas nessa linha do que vem propondo o Governo Itamar Franco devem avançar e serem aplicadas o mais rápido possível.

Sr. Presidente, não podemos continuar andando para trás, não apenas no que diz respeito à questão dos medicamentos, à produção, ao consumo de gêneros de primeira necessidade e à geração imediata e maciça de empregos.

O grande debate nacional no meio político, sindical, estudantil, militar, acadêmico e não acadêmico, tem que ser esse: a formulação de uma proposta de desenvolvimento nacional auto-sustentado.

É preciso criticar o que for necessário, mas não se pode negar o apoio a toda medida, a toda a preocupação do Governo Itamar Franco na busca desse desenvolvimento nacional voltado para a superação de um crescente estado de decomposição social, de perda maciça dos mais elementares direitos humanos à alimentação, à moradia, à escola e ao emprego.

No campo dos medicamentos não podemos vacilar. É necessário apoiar e aprofundar a política do Governo, aprofundar medidas em direção à nossa emancipação nesse setor tão estratégico e atualmente tão cartelizado.

Livre mercado não é solução. Livre mercado ignora a concentração de renda, ignora a grande massa que fica sem remédios, a qual por ser tão explorada sequer pode fazer parte do mercado.

Ora, Sr. Presidente, se vamos discutir uma questão de livre mercado, temos que ter em conta um certo número de elementos, vários indicadores; é claro que caminharemos na direção de um mercado livre, mas dentro de um contexto global onde uma série de fatores sejam analisados.

Não podemos colocar em igualdade de condições uma realidade desigual, que é a realidade do desenvolvimento dos países dentro do contexto mundial. É claro que as nações mais ricas, desenvolvidas, têm um poder de negociação, um poder de impor a sua ação no mundo financeiro, no mundo econômico, no mundo de comercialização muito maior do que os países em desenvolvimento, sem levar em conta o nível tecnológico da pesquisa científica, que é outro ponto que coloca os produtos industrializados numa diferenciação muito grande dentro do mercado internacional.

Segundo dados do próprio Governo federal, essa população carente de medicamentos chega, hoje, a 115 milhões de pessoas. Esta é uma estatística muito grave.

Ao mesmo tempo, sabemos que 45 dos 350 laboratórios, que operam no Brasil, são multinacionais, que responderam por 80% do faturamento de 1992. Puro monopólio!

A quem interessa isso? À Nação brasileira? Certamente que não. É uma cartelização inaceitável, afóra outros absurdos. Comercializam mais de 30 mil medicamentos. É um número excessivo, pois, na própria Europa, gira em torno de 7 mil, enquanto que nos países em desenvolvimento, como aqui, há cerca de 30 mil.

Segundo a Ceme, para atender a maioria esmagadora da nossa doença de massa, seria necessário pouco mais de 3 centenas de apresentações medicamentosas diferentes. Temos que ir por essa via, a começar por revolucionar o setor de vigilância sanitária, pela proibição de propaganda de remé-

dios nos meios de comunicação, pela proibição de comercialização no nosso País de remédios que são proibidos no seu país de origem.

Sr. Presidente, temos a mencionar aqui o gravíssimo exemplo da talidomida, quando uma médica responsável pelo setor no **Food and Drug Administration** barrou a sua comercialização, foi até retirada do seu cargo. Mas, posteriormente, quando os resultados da talidomida começaram a aparecer — crianças nascendo mutiladas, sem perna, sem braço — a população começou a compreender que ela tinha absoluta razão. Este é um exemplo de médicos honestos, de profissionais corretos que barraram o remédio para que não houvesse danos gravíssimos com relação à população.

Este é apenas um exemplo de medicamento, dos gravíssimos outros, que atinge a mais de 5% de mortalidade geral.

Todo apoio a nossa pesquisa de medicamentos é um outro ponto importante.

A auto-suficiência na produção de matérias-primas ou a quase auto-suficiência tem que ser uma estratégia nossa, rumo à nacionalização da produção de insumos para os medicamentos essenciais. A Ceme precisa ser regionalizada, democratizada e não extinta, como está nos jornais de hoje.

Os laboratórios públicos não podem ser impedidos de entrar no mercado cartelizado pelas multinacionais. O objetivo tem que ser a população necessitada, não a estratégia de acumulação das multinacionais.

Temos também que ter outras medidas, a partir do debate nacional. Por exemplo, podemos abraçar mais a nossa relação de medicamentos essenciais (Rename), valorizando o uso de certos produtos chamados naturais, medicamentos de origem biológica, vegetal. Nossa flora não é de se desprezar; devemos valorizar muito mais esse lado.

Não podemos deixar de fazer um trabalho importante com relação à flora medicinal, sem se falar em outras medidas como a que está sendo proposta pelo Ministro da Saúde, Jamil Haddad, de se proibir o nome fantasia, para medicamentos constantes da lista de medicamentos essenciais (Rename).

Em outras palavras, significa fazer prevalecer a lógica de que todo medicamento que contém a mesma substância deve ter o mesmo nome, o chamado nome genérico. Os preços são aumentados a partir desse pretexto de mudar o nome do remédio, de se adotar um nome fantasia. Por exemplo, o diurético Furosemide pode ser obtido a Cr\$ 24 mil, mas se for vendido com o nome fantasia de Lasix passa a ficar mais caro, em torno de Cr\$ 106 mil.

Está claro que é preciso acabar com isso. O Presidente Itamar Franco quer que o medicamento passe a ter, na rede pública, o nome genérico, obrigatoriamente, o que é bastante lógico, mesmo que não seja essa a lógica das mults ou do mercado.

Apoiamos também a idéia do Presidente de furar o bloqueio dos cartéis privados, procurando comprar matérias-primas para medicamentos na China, na Romênia, na Bulgária, em Cuba e outros países que comercializam excedentes de sua produção de fármacos e os vendem a preços menores que os dos cartéis.

É preciso que se comece a discutir um controle mais rígido das importações de matérias-primas para a produção de medicamentos. A imprensa fala em abuso nessa área. Faz-se necessária uma planificação, em função da necessidade da população. Por que não discutir a presença da Ceme no

controle das importações dessas matérias-primas, das quais dependemos para a fabricação dos medicamentos essenciais?

Em suma, há inúmeras discussões que podem e devem ser feitas.

Há todo um campo de debate fecundo para o qual estão convocadas as forças populares, progressistas, socialistas e nacionalistas. Ninguém deve ficar de fora, com o pensamento de que "são problemas do Governo". Grandes questões brasileiras estão em pauta. Se as forças nacionais não pesarem nessa discussão, com propostas, com iniciativa política, os lobbies dos cartéis, da grande finança, pesarão mais, e nós iremos apenas colecionando "décadas perdidas" e perpetuando o reino da indignidade nacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Em virtude das alterações ocorridas na representação numérica dos Partidos nas Comissões Permanentes, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 81 do Regimento Interno, fica assim fixada a proporcionalidade partidária para a presente Sessão Legislativa:

Comissão de Assuntos Sociais:

PMDB — 10 membros

PFL — 06 membros

PSDB — 03 membros

PTB — 03 membros

PRN — 02 membros

PDS — 01 membro

PDT — 01 membro

PDC — 01 membro

PP — 01 membro

PSB — 01 membro

PT — 01 membro

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Serviços de Infra-Estrutura:

PMDB — 08 membros

PFL — 05 membros

PSDB — 03 membros

PTB — 02 membros

PRN — 01 membro

PDS — 01 membro

PDT — 01 membro

PDC — 01 membro

PP — 01 membro

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional:

PMDB — 06 membros

PFL — 04 membros

PSDB — 02 membros

PTB — 02 membros

PRN — 01 membro

PDS — 01 membro

PTD — 01 membro

PDC — 01 membro

PP — 01 membro

Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Econômicos:

PMDB — 09 membros

PFL — 05 membros

PSDB — 03 membros

PTB — 03 membros

PRN — 02 membros

PDS — 01 membro

PTD — 01 membro

PDC — 01 membro

PP — 01 membro

PSB — 01 membro

PT — 01 membro

Durante o discurso do Sr. Aluizio Bezerra o Sr. José Paulo Bisol deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Presidência comunica ao Plenário que determinou a retirada, da Ordem do Dia de segunda-feira, dia 8, do Projeto de Resolução nº 62, de 1991, anteriormente agendado para aquela data, por ter sido constatada, falha de instrução na matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira a seguinte.

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 29, DE 1992

Em regime de urgência nos termos do art. 336; "c", do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, tendo

— Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, — Relator: Senador Elcio Álvares, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento: (sobre o Projeto), 2º pronunciamento (sobre a Emenda de Plenário);

— Relator: Senador Elcio Álvares, em substituição à Comissão Diretora, 1º pronunciamento: (sobre o Projeto), 2º pronunciamento (sobre a Emenda de Plenário);

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 30, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, — Relator: Senador Elcio Álvares, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça;

— Relator: Senador Nabor Júnior, em substituição à Comissão Diretora

— 3 —

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA

AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 264, de 1991
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento de Interno)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1991 (nº 3.490/93, naquel a Casa), que estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol profissional, parcelamento dos débitos e dá providências. (Dependendo de Parecer).

— 4 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1993

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993 (nº 48/91, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional), tendo.

Pareceres sob nº 25 e 34, de 1993, da Comissão

— De Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre a Proposta), favorável; 2º pronunciamento (sobre as Emendas), contrário. (3º sessão de discussão).

— 6 —

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 1991
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 1991- Complementar, de autoria do Senador Moisés Abrão, que altera a redação do parágrafo 2º do art. 2º e do parágrafo 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, tendo.

Parecer favorável, sob nº 370, de 1992, da Comissão.

— de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 15 minutos.)

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 44, DE 1992**

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de acordo com o disposto no artigo 28 de Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no artigo 1º do Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista a decisão adotada na 1ª reunião extraordinária, realizada em 27 de janeiro de 1993 e o que consta dos Processos nºs 010898/92-1 e 018478/87-5,

Resolve reintegrar o servidor Ricardo Vargas, no cargo de Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir de 11-12-1990.

Senado Federal, 4 de março de 1993. — **Humberto Lucena** — **Júlio Campos** — **Nabor Júnior** — **Júnia Marise**.

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 159, DE 1993**

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto na Resolução SF nº 130, de 1980, e no que consta do Processo nº 002.850/93-1,

Resolve alterar o Ato nº 358, de 1991, para que Regina Cláudia Pamplona Fiúza, ocupante do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, código SF-DAS-102.1, passe a ter lotação e exercício no Gabinete do Líder do PMDB, Senador Mauro Benevides, a partir de 2 de fevereiro de 1993.

Senado Federal, 5 de março de 1993. — **Senador Humberto Lucena**, Presidente.

**PORTARIA DO PRESIDENTE
Nº 1, DE 1993**

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e tendo em vista requerimento subscrito pelos Excelentíssimos Senhores Senadores Mauro Benevides, Alexandre Costa, Carlos De'Carli, Márcio Lacerda, Saldanha Derzi, Iram Saraiva, Lavoisier Maia, Meira Filho, Lucídio Portella e Beni Veras, membros da Mesa do Senado Federal, no biênio 1991/1992, resolve designar os Senadores Júlio Campos, 1º Secretário, Nabor Júnior, 2º Secretário e Júnia Marise, 3º Secretário, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar as denúncias veiculadas pelo Senador Dirceu Carneiro, em órgãos da imprensa.

Senado Federal, 4 de março de 1993. — **Senador Humberto Lucena**, Presidente.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4, DE 1993**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de sua competência regulamentar e de acordo com o art. 6º, § 4º, do Ato do Primeiro-Secretário nº 2, de 1993:

Considerando as dificuldades operacionais de controle inicial da frequência eletrônica;

Considerando que o Senado Federal foi convocado extraordinariamente, gerando a necessidade de cancelamento e alteração do período de férias de alguns servidores;

Considerando que o período de implantação do controle de frequência eletrônica ainda necessita de adaptação;

Resolve:

Art. 1º Ficam abonadas as faltas e impontualidades do registro de frequência dos servidores do Senado Federal, no sistema eletrônico, correspondentes ao mês de fevereiro de 1993.

Art. 2º As alterações de frequência dos servidores, no período a que se refere o artigo anterior, deverão ser comunicadas à Subsecretaria de Administração de Pessoal, pelos respectivos órgãos de lotação.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 4 de março de 1993. — **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral do Senado Federal.

**6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA
REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 1993**

Às onze horas e quinze minutos do dia dois de março de um mil, novecentos e noventa e três, reúne-se a Comissão diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores HUMBERTO LUCENA, Presidente, CHAGAS RODRIGUES, Primeiro Vice-Presidente, LEVY DIAS, Segundo Vice-Presidente, JÚLIO CAMPOS, Primeiro-Secretário, NABOR JÚNIOR, Segundo-Secretário, e JÚNIA MARESE, Terceira-Secretária.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Excelentíssimo Senhor Senador Nelson Wedekin, Quarto-Secretário.

O Senhor Presidente dá início à reunião e submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) Requerimento nº 160, de 1993, no qual o Senhor Senador Eduardo Suplicy solicita ao Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre os produtores de açúcar e álcool (pessoas físicas e jurídicas) com débitos vencidos e não liquidados junto a instituições oficiais de crédito e demais organismos federais.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

b) Requerimento nº 192, de 1993 no qual o Senhor Beni Veras solicita seja informado pelo Banco do Brasil S.A, o total das aplicações de recursos, por Estados da União, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam, a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

c) Requerimento nº 193, de 1993, no qual o Senhor Senador Jonas Pinheiro solicita a transcrição nos anais, do discurso pronunciado pelo Senador Mauro Benevides por ocasião de sua visita à sede da Associação Latino-Americana de Integração, em Montevidéu.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

d) Requerimento nº 194, de 1993, no qual o Senhor Senador Mauro Benevides solicita a transcrição no anais, do artigo "O brilho do Senado", de autoria do jornalista João Emílio Falcão, publicado no *Correio Braziliense* na edição de 24/2/93.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

e) Processo nº 003380/93-9, no qual a Secretaria de Documentação e Informação solicita entendimentos com a Câmara dos Deputados, no sentido da permanência do mobiliário do antigo Palácio Monroe no Salão Negro.

Os presentes autorizam a Secretaria a estabelecer tais entendimentos.

f) Processo nº 001913/92-1 (CG) que encaminha os Balancetes com seus respectivos Demonstrativos Contábeis e Conciliação Bancária do Centro Gráfico do Senado Federal - CEGRAF, incluindo o FUNCEGRAF, relativos ao período de julho e agosto de 1992.

É designada a Senhora Terceira-Secretária para relatar a matéria;

g) Processo nº 014860/92-9, no qual o servidor Fernando Arruda Moura requer a revisão nos seus assentamentos funcionais do pagamento dos "quintos" a que se refere a Lei nº 6.732, de 1979.

É designado o Senhor Primeiro Vice-Presidente para relatar a matéria;

h) Processo nº 002694/93-0, no qual o Senhor Senador Antônio Mariz solicita o ressarcimento de despesas médicas.

A Senhora Terceira-Secretária é designada para relatar a matéria e, de imediato, apresenta parecer oral favorável ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do total solicitado.

O parecer é aprovado pelos presentes;

i) Ofício nº 002/92, no qual a Frente Parlamentarista Nacional "Ulysses Guimarães" solicita tratamento equivalente ao de Liderança para a Frente Parlamentarista e a cessão, por empréstimo, de assessores e servidores de apoio.

É designado o Senhor Primeiro-Secretário para relatar a matéria;

j) Ofício nº 157/93, em que a Subsecretaria de Assistência Médica e Social indaga a respeito da concessão de passagens aéreas ao excelentíssimo Senhor Senador Antônio Mariz, para tratamento em São Paulo, haja vista que o Ato nº 30, de 1989, da Comissão Diretora, não prevê casos dessa ordem.

Os presentes autorizam a concessão das passagens aéreas solicitadas;

l) projeto de Ato da Comissão Diretora que fixa o do Auxílio-Moradia para o mês de fevereiro de 1993.

Após discussão, a matéria é aprovada e o Ato assinado pelos presentes.

A propósito, e diante de debates de que participaram os presentes, o Senhor Presidente incumbiu o Senhor Primeiro-Secretário de promover estudos que possam levar a uma redução dos gastos que o Senado Federal despense no momento com hospedagem de senadores que não dispõe de apartamento funcional. Tais estudos serão analisados pelo Primeiro-Secretário em próxima reunião da Comissão Diretora.

O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Primeiro Vice-Presidente que submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) coloca a questão do registro eletrônico de frequência dos servidores, particularizando dificuldades dos que são lotados na SSAMS que, por cumprirem plantões e pela inadequação do sistema de transporte ao horários destes plantões, sofrem atraso em seus registros.

O Senhor Presidente pede ao Senhor Diretor-Geral que, em conjunto com o Senhor Primeiro Secretário, examine o assunto;

b) solicita a tramitação dos processos objeto de pedido do Senador Beni Veras para exame do parecer por este exarado.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro-Secretário que expõe os seguintes assuntos:

a) pedido de autorização para a nomeação de candidatos aprovados em concurso público, dentro das vagas existentes no Serviço de Segurança.

A solicitação é por ele aprovada;

b) aprovação da solicitação para que a firma SI-TRAN - Indústria e Comércio LTDA. continue prestando serviços de manutenção e limpeza no Senado Federal durante o mês de março de 1993, com dispensa de licitação, de acordo com o artigo 19, inciso IV, do Ato nº 31, de 1987, da Comissão Diretora.

A matéria é encaminhada à Secretaria Administrativa para exame;

c) solicitação da Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos informando que necessita de mais 4 (quatro) servidores nas Áreas de Contabilidade

e Auditoria, assim como 10 (dez) na Área de Planejamento e Orçamentos Públicos.

É autorizada a abertura de Concurso para Auditoria em número de 4 (quatro) em cada uma das Áreas necessitadas.

O Senhor Presidente faz, a seguir, referências ao noticiário sobre o reajuste salarial no Senado Federal, pedindo

ao Senhor Primeiro-Secretário que esclareça o assunto junto à imprensa.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às treze horas, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 2 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena - PMDB - PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues - PSDB PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias - PTB - MS

1º Secretário

Júlio Campos - PFL - MT

2º Secretário

Nabor Júnior - PMDB - AC

3º Secretário

Júnia Marise - PRN - MG

4º Secretário

Nelson Wedekin - PDT - SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia - PDT - RN

Lucídio Portella - PDS - PI

Beni Veras - PSDB - CE

Carlos Patrocínio - PFL - TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DP PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Lourenberg Nunes Rocha

Vice-Líderes

Valmir Campelo

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Aureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Wilson Martins
Antonio Mariz		Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho		César Dias
José Fogaça		Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nelson Carneiro		Nabor Júnior
Pedro Simon		Ronaldo Aragão
Alfredo Campos		João Calmon
	PFL	
Josaphat Marinho		Henrique Almeida
Francisco Rollemberg		Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio		Júlio Campos
Odacir Soares		Lourival Baptista
Elcio Álvares		Meira Filho
	PSDB	
Eva Blay		Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães		Teotônio Vilela Filho
Beni Veras		Almir Gabriel
	PTB	
Luiz Alberto		Vaga cedida p/ o PST (*)
Valmir Campelo		Lourenberg Nunes Rocha
	PDT	
Magno Bacelar		Pedro Teixeira
	PRN	
Júnia Marise		Áureo Mello
	PDC	
Amazonino Mendes		Moisés Abrão
	PDS	
Esperidião Amin		Jarbas Passarinho
	PSB + PT	
José Paulo Bisol		Eduardo Suplicy
	PST	
		Enéas Faria (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramal 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel
Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Alfredo Campos
Antonio Mariz		Flávio Mello
César Dias		Irapua Costa Júnior
Cid Sabóia de Carvalho		José Fogaça
Divaldo Suruagy		Mansueto de Lavor
Garibaldi Alves Filho		Nabor Júnior
Wilson Martins		Nelson Carneiro
João Calmon		Ron. Tito

Ronaldo Aragão
Onofre Quinan

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

Pedro Simon
Coutinho Jorge (*)

Dario Pereira
Ávaro Pacheco
Bello Parga
Meira Filho
Lourival Baptista
Elcio Álvares

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

Mário Covas
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

PTB

Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST(*)
Jonas Pinheiro

Valmir Campelo
Luiz Alberto
Levy Dias

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

Nelson Wedekin
Magno Bacelar

PRN

Ney Maranhão
Áureo Mello

Vago
Albano Franco

PDC

Epiácio Cafeteira

Amazonino Mendes

PDS

Lucídio Portella

João França

PSB + PT

Eduardo Suplicy

José Paulo Bisol

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito - Ramal 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares		Suplentes
	PMDB	
(Vaga cedida para o PT)		Amir Lando
Aluizio Bezerra		Antonio Mariz
César Dias		Cid Sabóia de Carvalho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nabor Júnior		Wilson Martins
José Fogaça		João Calmon
Ronan Tito		Onofre Quinan
Ruy Bacelar		Pedro Simon
Ronaldo Aragão		Humberto Lucena
	PFL	
Guilherme Palmeira		Odacir Soares
Meira Filho		Bello Parga
Raimundo Lira		Júlio Campos
Henrique Almeida		Ávaro Pacheco
Dario Pereira		Elcio Álvares
João Rocha		Josaphat Marinho

Mário Covas José Richa Beni Veras	PSDB	Fernando H. Cardoso (*) Almir Gabriel Chagas Rodrigues	Jarbas Passarinho	PDS	Lucídio Portella
Afonso Camargo Valmir Campelo. Levy Dias	PTB	Lourenberg Nunes Rocha Jonas Pinheiro Marluce Pinto	Vaga cedida para o PMDB (*)	PSB + PT	Vago
Nelson Wedekin Lavoisier Maia	PDT	Darcy Ribeiro Pedro Teixeira	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, Às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546		
Júnia Marise Albano Franco	PRN	Vago Ney Maranhão	(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações		
Moisés Abrão	PDC	Gerson Camata		COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Júlio Campos Vice-Presidente: Mário Covas	
Espeditão Amin	PDS	Jarbas Passarinho		Titulares	Suplentes
Eduardo Suplicy	PT			PMDB	
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 3515/3516/4354/3341. Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344				Flaviano Melo Wilson Martins Irapuan Costa Júnior Nabor Júnior Onofre Quinan Divaldo Suruagy Ruy Baccelar Garibaldi Alves Filho	Amir Lando César Dias Juvêncio Dias Manoeto de Lavor Ronald Aragão Ronan Tito Antonio Mariz Humberto Lucena
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações					PFL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE (19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Irapuan Costa Júnior Vice-Presidente: Lourival Baptista				Dario Pereira Henrique Almeida Lourival Baptista Júlio Campos Hydelkel Freitas	Raimundo Lira Elcio Álvares Joseph Marinho Odacir Soares Meim Filho
Titulares		Suplentes			PSDB
Aluizio Bezerra Irapuan Costa Júnior Nelson Carneiro Pedro Simon Ronald Aragão Ronan Tito Humberto Lucena (*)	PMDB	Antonio Mariz Flaviano Melo João Calmon José Fogaça Nabor Júnior Ruy Baccelar		Teotônio Vilela Filho Mário Covas Fernando H. Cardoso (*)	Beni Veras Jutahy Magalhães José Richa
Marco Maciel Guilherme Palmeira Lourival Baptista Álvaro Pacheco	PFL	Francisco Rollemberg Joseph Marinho Raimundo Lira Hydelkel Freitas		Marluce Pinto Lourenberg N. Rocha	Levy Dias Vaga cedida p/ o PST (*)
José Richa Chagas Rodrigues	PSDB	Jutahy Magalhães Evo Bloy		Pedro Teixeira	Lavoisier Maia
Jonas Pinheiro Marluce Pinto	PTB	Levy Dias Valmir Campelo		Ney Maranhão	Áureo Mello
Pedro Teixeira	PDT	Darcy Ribeiro		Gerson Camata	Epitácio Cafeteira
Albano Franco	PRN	Júnia Marise		João França	Lucídio Portella
Moisés Abrão	PDC	Epitácio Cafeteira		Eduardo Suplicy	José Paulo Bicôl
					PST
					Enéas Faria (*)
				Secretário: Celso Antony Parente - Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286 (*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**(27 Titulares e 27 Suplentes)****Presidente: Louremberg Nunes Rocha**
Vice-Presidente: Coutinho Jorge**Titulares****Suplentes****PMDB**Alfredo Campos
Juvêncio Dias
Flaviano Melo
Garibaldi Alves Filho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Humberto Lucena
Amir LandoAluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Nelson Carneiro
Wilson Martins
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacciar
Vago**PFL**Josaphat Marinho
João Rocha
Meira Filho
Álvaro Pacheco
Júlio Campos
Bello PargaDario Pereira
Odair Soares
Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira
Carlos Patrocínio
Henrique Almeida**PSDB**Aimír Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Eva BleyMário Covas
Beni Veras
José Riche**PTB**Louremberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro
Levy DiasLuiz Alberto
Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)**PDT**Darcy Ribeiro
Lavoisier MaiaPedro Teixeira
Nelson Wedekin**PRN**Áureo Mello
Júnia MariseNey Maranhão
Albano Franco**PDC**

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Enéas Faria(*)

Secretária: Mônica Aguiar Inocente -
Ramais 3496/3497/3321/3539**Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas****Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121**
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

SEÇÃO II (Senado Federal)

Seção de Remessas Postais - 311-3728

Seção de Cobrança - 311-3803

Os pedidos devem ser acompanhados de Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Obs.: O CEGRAF não receberá Cheque via cartas para efetivar assinaturas.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -

Alcides de Mendonça Lima

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*

Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*

Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Juruena Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência FCT Senado Federal - CGA 470775.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 800,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

- Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Ademar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*
- Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*
Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*
Bem de família – *Zeno Veloso*
Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*
"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*
A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*
Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*
La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M^a Loça Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal – Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes. CEP 70160-900 Brasília. DF. Telefones 311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 1.000,00

À venda na Subsecretaria de Edi-
ções Técnicas - Senado Federal, Anexo
I, 22º andar - Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones
311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.